

**Rodrigo Paulo de Jesus**

**De “Vila Operária” a bairro dos trabalhadores: processo de  
constituição do bairro Vila “C” – 1977 a 2008**

*Dissertação apresentada ao  
curso de mestrado de História e  
a Banca examinadora na  
Universidade Estadual do Oeste  
do Paraná (UNIOESTE, Centro  
de Ciências Humanas, Educação  
e Letras) como exigência parcial  
para a obtenção do título de  
Mestre em História, sob a  
orientação do **Professor Doutor  
Rinaldo José Varussa***

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História  
2009**

**Rodrigo Paulo de Jesus**

**De “Vila Operária” a bairro dos trabalhadores: processo de  
constituição do bairro Vila “C” – 1977 a 2008**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História  
2009**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR.,  
Brasil)

J58d	<p>Jesus, Rodrigo Paulo de De "Vila Operária" a bairro dos trabalhadores: processo de constituição do bairro Vila "C" - 1977 a 2008 / Rodrigo Paulo de Jesus. - Marechal Cândido Rondon, 2009 129 p.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Rinaldo José Varussa</p> <p>Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2009.</p> <p>1. Foz do Iguaçu (PR) - Bairro Vila "C". 2. Foz do Iguaçu (PR) - Usina Hidrelétrica de Itaipu - Vila Operária. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.</p> <p>CDD 21.ed. 982.064 307.76 331 CIP-NBR 12899</p>
------	---

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

*Aos meus pais Ramon de Jesus e  
Terezinha Ivonise de Jesus,  
a qual tanto amo e admiro,  
exemplo de honestidade, perseverança,  
luta e trabalho.  
Para Cléo...*

## **Banca Examinadora**

---

**Professora Doutora Heloisa Faria Cruz**

---

**Professora Doutora Aparecida Darc de Souza**

---

**Professora Doutora Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro**

---

**Professor Doutor Rinaldo José Varussa**  
(orientador)

## **Agradecimentos**

De modo geral agradeço a todos os professores e aos mestrandos da linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”, pelo debate e companheirismo durante a passagem pelo programa.

Em especial ao meu orientador José Rinaldo Varussa pela atenção, sugestão, críticas, durezas, apontamentos que foram fundamentais para a concretização desse trabalho. A ele vai meu reconhecimento principalmente pela dedicação, paciência, que teve comigo, que sem dúvida deixará pra mim um eterno exemplo de professor/orientador, mas principalmente de ser humano.

Em especial agradeço aos membros da banca de qualificação professor Doutor Antônio de Pádua Bosi e a professora doutora Sarah Iurkiv Tibes Ribeiro, pelas duras, mas valiosas sugestões e apontamentos que se dúvida foram importantes para a redefinição de determinadas questões que no limite do meu desempenho me ajudaram a problematizar questões fundamentais nessa dissertação.

Em especial também todo o meu reconhecimento e agradecimento a professora agora Doutora Aparecida Darc de Souza, que carinhosamente posso chamá-la de “Cida”, e por tudo que ela representa no meu avanço intelectual desde a graduação. Como professora e principalmente pelo incentivo, amizade e ternura nas críticas, sugestões e conselhos, além do acolhimento em sua casa em determinados momentos que estava concluindo os créditos das disciplinas. A ela todo o meu carinho especial.

Em especial também agradeço pela amizade e incentivo do meu amigo Odirlei Manarim pelo companheirismo e diálogo a que venho tendo desde a graduação.

Ao Emílio González e João Paulo, que me acolheram me oferecendo pouso, que sem dúvida vou carregar comigo esse gesto de amizade.

Ao Felipão companheiro de República, parceiro, mano velho que sempre esteve disposto a dialogar comigo questões da pesquisa. Ao Johnny amigo de sempre, que ainda me ajudou a transcrever as entrevistas. Abraço a esse parceiro incrível. Sem esquecer-se do Chen.

Ao Rudão amigo, desejo a ele toda sorte na conclusão do seu trabalho.

Agradecimento em especial aos moradores que gentilmente concederam as entrevistas a eles o meu abraço fraterno.

Agradecimento também a minha amiga irmã Edna Silvania pelas suas palavras de incentivo que mesmo de longe é capaz de suscitar ânimo.

Enfim ao meu pai Ramon de Jesus e minha mãe Terezinha Ivonize de Jesus, que não há palavras para descrever a importância que ambos representam em minha vida e também na concretização desse trabalho. A eles um grande abraço fraterno e um grande beijo no coração.

## **Resumo**

Este trabalho de investigação histórica procura analisar o processo de constituição do bairro Vila C na cidade de Foz do Iguaçu entre 1977 a 2008, construído com a finalidade de ser moradia provisória para os operários que se deslocaram até a cidade para trabalhar na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu em meados da década de 1970. A principal preocupação do trabalho consistiu em problematizar a transformação da “Vila Operária” construída provisoriamente para os operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu entre 1977 a 1978, em moradia dos trabalhadores, quando estes adquiriram definitivamente as moradias após o processo de privatização que o bairro atravessou a partir de 1991. Nesse sentido, esse trabalho dialoga com a memória dos moradores que residem no bairro desde aquele período, e a forma como narram o processo de constituição do bairro, contrastando com a versão postulada pela Itaipu Binacional acerca do mesmo processo. Com essa perspectiva foi possível visualizar pela memória dos moradores, um processo conturbado de disputa pelo bairro, verificado ao longo dos anos, mas que ainda não se encerrou nesse mesmo cenário.

**Palavras-chave:** “Vila Operária”, trabalhadores, experiência, Itaipu.

## EL resumen

Este trabajo de investigación histórica para analizar el proceso de formación del barrio Vila C en la ciudad de Foz de Iguazú entre 1977 y 2008, construido con el propósito de ser de vivienda temporal para los trabajadores que el movido a la ciudad para trabajar en la construcción de Planta Hidroeléctrica de la Itaipú a mediados de los años 1970. La principal preocupación del trabajo era cuestión de la transformación de la "Vila de los trabajadores" construido temporalmente para los obreros de la construcción de la Hidroeléctrica de Itaipú, entre 1977 y 1978, sobre la vivienda de los trabajadores, cuando finalmente adquirido las casas después de que el proceso de privatización que el barrio tiene experimentado desde 1991. En consecuencia, este trabajo y discutir con los recuerdos de las personas que viven en el barrio desde entonces, y la forma en que narran el proceso de formación del distrito, en contraste con la versión postulado por la Itaipú Binacional sobre el mismo proceso. Con esta perspectiva puede ver las memorias de los residentes, un proceso de disputa por el barrio, se produjo a través de los años, producido a lo largo de los años, pero aún no cerradas en ese escenario

**Palabra-llave:** "barrio de los obreros", trabajadores, experiencia, Itaipú.

## SUMÁRIO

<b>Apresentação.....</b>	<b>1</b>
<b>Mapa I .....</b>	<b>18</b>
<b>Mapa II .....</b>	<b>19</b>
<b>Capítulo I</b>	
<b>Transformando o “fim” do mundo num paraíso: os trabalhadores de Itaipu e a construção da Vila C.....</b>	<b>20</b>
<b>Mapa III .....</b>	<b>49</b>
<b>Capítulo II</b>	
<b>A constituição da “Vila” para os trabalhadores.....</b>	<b>50</b>
<b>Capítulo III</b>	
<b>A transformação em bairro de trabalhadores: o processo de venda das moradias .....</b>	<b>93</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>121</b>
<b>Relação de Fontes.....</b>	<b>124</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>127</b>

## APRESENTAÇÃO

O presente texto é resultado de um trabalho de pesquisa que vem se desenvolvendo desde 2007 e está vinculado à linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – doravante Unioeste – Campus de Marechal Cândido do Rondon.

Neste trabalho procurei investigar o processo de constituição do bairro Vila C de Itaipu em Foz do Iguaçu, a partir da experiência vivida e narrada pelos moradores. Tomou-se como pressuposto principal a transformação da “Vila Operária”, montada provisoriamente para os operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu entre 1977 e 1978, em moradia dos trabalhadores quando estes adquiriram, definitivamente, a posse após o processo de privatização que o bairro atravessou a partir de 1991.

O bairro Vila C está localizado numa dimensão de mais de quarenta mil metros quadrados, formando um retângulo de 1,35 km por 3,645 km, desde a Avenida Tancredo Neves até o Refúgio Biológico Bela Vista<sup>1</sup>, e abriga mais de dez mil pessoas segundo os últimos relatórios da prefeitura de Foz do Iguaçu<sup>2</sup>. Localizado dentro da divisão arbitrária dos relatórios da prefeitura como “região da Vila C”, o bairro outrora era Vila C de Itaipu. Tal Vila foi construída com a finalidade de ser “alojamento provisório” para os operários que erigiram a Hidrelétrica de Itaipu e hoje em seu entorno apresenta um composto de bairros, em seus locais e arredores, formando um

---

<sup>1</sup> O Refúgio Biológico Bela Vista encontra-se às margens do reservatório da Central Hidrelétrica de Itaipu e é um dos dois refúgios do lado brasileiro do Rio Iguaçu. A área do Refúgio compreende uma extensão de 1.920 ha, tendo como limite sul a barragem de terra, a leste a Vila "C", a oeste o reservatório e a norte áreas de reflorestamento e preservação. As atividades desenvolvidas no local englobam desde o plantio de mudas para reflorestamento das margens do reservatório até a criação e recuperação dos animais nativos para sua procriação e re-inserção no habitat natural.

Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/institucional/inst26/inst26.asp>

<sup>2</sup> Quando refere-se à região da Vila C, menciona-se um composto de bairros que formam a região norte de Foz do Iguaçu. Segundo os dados da Prefeitura “a região da Vila C é formada por 34 bairros, que abrigam uma população de 34.952 habitantes, possuem 4.952 residências, 276 comércios e 152 edificações de outros tipos, como igrejas, creches, escolas, associações e barracões. Nas sete escolas municipais, quatro colégios estaduais e duas universidades da região, o contingente de alunos chega a 13.964 estudantes. Há ainda oito creches, três unidades de saúde, oito quadras de esportes, dois campos de futebol, dois ginásios, três canchas de bocha e um kartódromo. Na região estão instaladas a Usina Hidrelétrica de Itaipu, a subestação de Furnas, o Ecomuseu de Itaipu e o Templo Budista, além do campus local da Unioeste e da Faculdade Uniamérica”. (Fonte: Prefeitura Municipal – Perfil da População de Foz do Iguaçu (2004), em função das Regiões, Quantitativo Populacional e Mapa por Região).

Disponível em: <http://www.cmfi.pr.gov.br/noticiasdetalhes.php?p2=592>.

imenso aglomerado urbano, com lojas, escolas e colégios, farmácias, supermercados, mercearias, bordéis, bares, bancos, pizzarias, etc.

O bairro tem quase todas as ruas asfaltadas, fator que merece destaque já que em grande parte dos bairros das periferias da cidade as ruas são apenas calçadas com pedras. Pessoas transitam diariamente por estas vias, seja através dos transportes coletivos e particulares, ou, simplesmente, a pé, empurrando carrinhos de materiais recicláveis, ambulantes, trabalhadores, percorrendo as ruas em busca de sobrevivência.

Como o bairro é dividido fisicamente entre a Vila C Nova e Velha há duas Associações de moradores que possuem sedes e diretoria própria. No total, existem dezoito ruas que separam as quadras desde a Rua Goiânia, na Vila C Velha, até a Rua Teresina, na Vila C Nova. Há duas escolas municipais que oferecem ensino fundamental (séries iniciais) e dois colégios estaduais que ofertam ensino fundamental e médio, além de creches nas duas vilas. O bairro possui um posto da Polícia Militar que está localizado na Vila C Nova.

Tanto na Vila C Nova quanto na Velha, há espaços consideráveis destinados ao lazer, os quais, todavia, encontram-se depredados pela falta de manutenção e investimentos públicos de recuperação. Na Vila C Velha há duas faixas que foram destinadas para esse fim, uma delas situa-se entre a Rua Sapucaí e Andradina, onde também está localizado o antigo Centro Comercial, da época em que o bairro ainda pertencia à Itaipu. Na Vila C Nova, encontra-se uma faixa que corta a Vila ao meio e que se estende desde a Paróquia da Igreja Católica até a metade do bairro na Rua Recife. Nesse ponto localizam-se o Colégio Estadual Paulo Freyre, a Escola Municipal, a Igreja Católica, a creche, a Associação de moradores, campos de futebol de grama e de areia, além do Posto da Polícia Militar.

Para a construção da barragem de Itaipu, houve a necessidade de montar uma ampla infraestrutura<sup>3</sup> de apoio, composta por conjuntos residenciais destinados a abrigar as diversas categorias de trabalhadores que se deslocaram para a região, tanto na

---

<sup>3</sup> A infraestrutura de apoio foi um dos componentes fundamentais para a execução do projeto Itaipu, que compreendeu a construção dos conjuntos residenciais nas duas margens (Paraguai e Brasil) com toda a estrutura urbana disponível para cada conjunto (escolas, hospitais, área de lazer, etc.), além de outras transformações na estrutura urbana da cidade, como construção de asfalto, equipamentos, etc., para viabilizar a obra. Ver, Revista Construção Pesada: Energia Elétrica. Novo Grupo. Ed. Técnica. Ano 7 nº 82 novembro/1977. P. 176.

margem brasileira como na paraguaia. No total, foram construídas cerca de nove mil moradias, das quais 4.125 no lado brasileiro, divididas em três conjuntos habitacionais.

A Vila C de Itaipu foi um destes conjuntos criados pela Itaipu Binacional, entre 1977 e 1978, na margem brasileira, para abrigar funcionários tanto da Itaipu como das empreiteiras, localizada na zona norte de Foz do Iguaçu. Os três conjuntos habitacionais apresentavam estruturas diferenciadas e eram ocupados de acordo com o cargo exercido: a Vila B destinava-se aos engenheiros; a Vila A aos funcionários com cargos técnicos e administrativos; e a Vila C aos trabalhadores como serventes, carpinteiros, pedreiros, etc<sup>3</sup>.

De acordo com o projeto de moradia de Itaipu<sup>4</sup>, a Vila C deveria ser o conjunto residencial mais próximo ao canteiro de obras, com moradias multifamiliares, destinadas aos casados, geralmente, serventes, carpinteiros, pedreiros, ou seja, trabalhadores ligados à construção civil. Durante o período de maior intensidade da construção, funcionários ligados a outros ramos como o administrativo, por exemplo, também ocuparam as casas. Eram construções simples, em blocos de concreto e que teriam apenas a duração da obra, devendo ser desmontadas quando concluído o projeto final de Itaipu.

Apesar do caráter provisório do bairro, em 1985, a Diretoria da Itaipu Binacional decidiu manter o bairro na estrutura urbana de Foz do Iguaçu. Então, o contrato de venda das casas para os moradores foi selado em dezembro de 1991 quando as dezoito turbinas entraram em operação marcando o fim da construção da barragem e em janeiro de 1992, efetivamente, foi iniciado o processo de venda das casas aos moradores. Nesse processo, uma empresa ficou responsável por intermediar a venda das moradias, uma cooperativa local com experiência na venda de casas populares na cidade, a COAHFRONTEIRA, e a Caixa Econômica Federal ficou responsável por ser a agente credora.

No final de 1993, após a venda de mais de quatrocentas moradias ficou constatada uma irregularidade, pois a agente vendedora COAHFRONTEIRA não havia repassado a quantia devida para a Caixa Econômica e, deste modo, o processo de venda não pôde ser reconhecido legalmente. Esse fato resultou em inúmeros processos judiciais, tanto individuais como coletivos movidos pelos moradores, além de uma ação

---

<sup>3</sup> Revista Construção Pesada, 1977. p. 176 p. 04

<sup>4</sup> Construção Pesada. op. cit..

tramitada pelo Ministério Público contra a agente vendedora COAHFRONTEIRA e a Itaipu.

Assim, a partir de 1994, o primeiro contrato foi rompido e a venda passou a ser realizada diretamente pela Caixa Econômica Federal. Essa situação tramitou na Justiça até que, em 2003, através do Programa Energia Solidária, a Itaipu Binacional propôs um acordo com os moradores que ainda estavam em débito, embora tivessem pagado os direitos pela casa para a COAHFRONTEIRA. Uma das exigências do Programa era que os moradores retirassem a ação para a regularização definitiva das casas.

A escolha pelo tema e o recorte tanto espacial como temporal ligam-se a dois fatores fundamentais: o primeiro à minha experiência de vida como morador do bairro; e o segundo, à minha experiência acadêmica.

Embora meus pais não tivessem trabalhado na Usina de Itaipu, já que a chegada de minha família, em meados de 1993, foi por outros motivos de trabalho e não pela construção da barragem, algumas curiosidades me despertavam. Procurava saber o passado do bairro, ainda quando pertencia a Itaipu e, até mesmo, como as pessoas se lembravam daquele outro momento.

Na infância, em meio à convivência com muitos filhos de ex-funcionários da hidrelétrica, percebia sempre em suas falas uma forte recordação do bairro, como estudantes do Colégio Anglo-americano, ou como na descrição de como era disposto o espaço da convivência, do lazer, das brincadeiras e dos jogos de futebol antes da venda das casas. Foi assim, nesse ambiente, que muitas curiosidades despertaram, mesmo na infância e adolescência, um possível historiador.

Dessa época, também me recordo das diversas vezes em que meu pai saiu para as reuniões da Associação de Bairro, quando na pauta se discutia o escândalo da venda das casas pela COAHFRONTEIRA e as medidas a serem tomadas pelos moradores dali em diante.

A segunda motivação, como já mencionado, está relacionada ao amadurecimento de algumas questões que se colocaram, nos tempos de graduação na Faculdade União das Américas, juntas ao interesse de pesquisar um tema para o Trabalho de Conclusão de Curso. Neste sentido, a disciplina optativa de História e Memória, ministrada pela Professora Aparecida Darc de Souza e ofertada no segundo ano da graduação, permitiu estabelecer uma primeira tentativa de articular as discussões teóricas com o universo prático da pesquisa ligada a uma preocupação política muito

forte de trazer elementos alternativos à história oficial da cidade a partir da experiência e das memórias dos trabalhadores no seu viver.

Então, no último ano da graduação, o primeiro mapeamento da pesquisa se concretizou quando tive acesso aos arquivos da Usina de Itaipu e a partir daí realizei a primeira experiência de pesquisar um tema focado no bairro. Nesse primeiro contato, também tive acesso à parte da historiografia regional preocupada em atribuir interpretações relacionadas ao desenvolvimento urbano no qual passou a cidade nos últimos trinta anos. Principalmente, com o intuito de buscar explicar de diversas formas os problemas ligados à vida dos trabalhadores e o seu viver na cidade.

Foi possível perceber como essas versões, quase que em sua totalidade, atestavam como foco principal de análise a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu como um controvertido elemento de desenvolvimento econômico, progresso tecnológico e, ao mesmo tempo, de desagregação social, gerador de problemas como: exclusão, marginalização, pobreza e violência.

É unânime, nessas explicações, a importância da construção da barragem como uma espécie de marco divisor na história da cidade. Da obra partiu o crescimento e o progresso, mas junto à face perversa, os graves problemas sociais, passando *“de uma cidade pacata, tranqüila e “esquecida” do interior do interior do Brasil, para uma nervosa, neurótica, “moderna” do interior do país*<sup>5</sup>.

É evidente que não havia como afastar-se desse processo, negando esses fatos, pois seria talvez anacrônico não relevar os impactos gerados na cidade após a construção de Itaipu, pois os dados estatísticos revelam em grande medida a violência da explosão populacional. Entre a década de 1970 e o ano de 2000, a cidade aumentou 800% (foi de cerca de 30 mil habitantes em 1970 a 250 mil habitantes em 2000)<sup>6</sup>. Isso se deve também pelo fato de que a Usina de Itaipu teve importância considerável na configuração de toda uma infraestrutura urbana na cidade.

Nessa perspectiva, as rotinas dos ciclos econômicos desenvolvimentistas foram fundamentais para a dinamização da explosão urbana, trazidos pela construção de Itaipu que foi capaz de viabilizar a constituição de toda uma infraestrutura física para o comércio e a “indústria” do ramo turístico, que teve implicância significativa na alteração nos costumes da cidade.

---

<sup>5</sup> CATTÁ, Pena. Cotidiano de uma Fronteira a perversidade da modernidade; Cascavel, 1º edição, Edunioeste, 2003. P. 12.

<sup>6</sup> Censo IBGE 2000. Foz do Iguçu/Pr.

Em um surto econômico passageiro através de sua opulência e com o seu fim, a barragem acabou por produzir desemprego, miséria, pobreza, problemas de moradia, segregação, exclusão, etc., onde a válvula de escape de muitos desses trabalhadores que permaneceram na cidade foi a ocupação em atividades ligadas ao comércio no Paraguai ou a integração na economia do Turismo.

Por mais que essas abordagens se constituam dentro de um quadro de importância a um pensar alternativo a respeito da história oficial da cidade, as opções por esses temas, de alguma forma, corroboravam em legitimar uma história de dominação sobre os trabalhadores, que não fizeram mais do que resistir e se adaptar aos projetos dominantes de organização do espaço.

Assim, alguns trabalhos buscaram discutir e relevar os problemas da fronteira e como ela se constituiu como palco natural de trânsito de trabalhadores a partir de processos migratórios, isto é, atraídos pela promessa de melhores condições de vida e garantidos pelas benesses do progresso dinamizado pela construção da barragem.

O que foi possível constatar na diferença dessas abordagens e o que garantia o seu status de um trabalho eminentemente crítico, é que esse desenvolvimento foi descontínuo e desigual, pois poucos foram os que desfrutaram de suas realizações. Ainda, foi determinante para estancar os antigos laços tradicionais de vida, inventando um novo cotidiano pautado por outros valores desconhecidos a uma cidade considerada de interior.

Os resultados do forte impacto trazido pela construção da barragem, enaltecido pelo discurso de desenvolvimento nacional, foram determinantes para atrair milhares de pessoas que chegaram à fronteira com sonhos e aspirações e que depois amargaram o desemprego, submetidos à realidade da fronteira.

Com o esforço de reconstituir o cotidiano da fronteira foi possível perceber a utilização da fala dos trabalhadores para legitimar a ideia de serem vítimas diretas desse processo. Enfocando por exemplo, a distribuição e a desigual de infraestrutura das vilas construídas para abrigar os trabalhadores, retratando também as condições precárias de vida, de transporte dos operários ao canteiro de obras, de condições de trabalho, etc.

Tomando esses referenciais como pressupostos, elaborei um projeto de pesquisa para desenvolver um trabalho investigativo dentro do programa. Na ocasião, tratava-se de recuperar, a partir da visão dos moradores, a experiência de ter morado na “Vila Operária” e, principalmente, por muitos deles terem continuado a residir no bairro,

procurando identificar como os moradores se viam e situavam suas narrativas dentro desse processo.

As leituras e as valiosas orientações, que vão desde a mais próxima especificamente com o orientador dessa pesquisa até os apontamentos dirigidos pela banca de qualificação, procuraram problematizar fundamentalmente como a noção do projeto de moradia da Itaipu, que previa a demolição da “Vila Operária” no final da década 1980, não se concretizou.

Evidente, convém mencionar outros trabalhos acadêmicos<sup>7</sup> que de uma forma ou de outra, nos últimos anos, ajudaram a diversificar e relativizar o perfil dessas interpretações e também a levantar questões dentre as várias que se apresentaram. Como um novo olhar lançado à cidade, a partir dos sujeitos que nela vivem, trabalham, e trabalharam na construção de Itaipu, permitiu ampliar a noção desses processos tomados como forma de exclusão e dominação.

A dissertação de mestrado de Odirlei Manarin, “*Peões da Barragem, Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu - 1975 a 1991*”, defendida em 2008 nesse mesmo programa de pós-graduação, permitiu dar enfoque a partir da perspectiva dos trabalhadores, recuperando as suas trajetórias de vida, seja em relação ao motivo das suas chegadas, da experiência das relações de trabalho no canteiro de obras da Usina, ou da situação de vida desses trabalhadores como moradores do bairro Vila C. Por outra via, permitiu, ainda, visualizar sujeitos com expectativas modificadas e re-significadas ao longo dos anos que interagiram em meio à dinâmica das relações sociais que se desdobraram durante e depois da construção de Itaipu.

Recuperando a trajetória dos trabalhadores entrevistados, esse trabalho crontrapõe com a memória produzida e reproduzida ao longo dos anos pelos administradores da Hidrelétrica de Itaipu através de seus mecanismos de comunicação social. Essa versão tenta sedimentar a ideia da epopéia da construção da barragem, da contribuição dos trabalhadores, da estrutura disponibilizada a eles, da importância da barragem no setor elétrico do Brasil, bem como da possibilidade efetiva de alavancar um projeto desse porte a partir de relações diplomáticas entre dois países vizinhos, selando uma relação de irmandade e mutualidade.

---

<sup>7</sup> Manarin, Odirlei. *Peões da barragem. Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2008.

A narrativa dos trabalhadores entrevistados por Odirlei Manarin é capaz de mostrar outro panorama acerca dessa mesma realidade narrada pela versão oficial.

Nessas narrativas, os trabalhadores revelam as dificuldades de se estabelecer na cidade, de conseguir um emprego nas empreiteiras, de ter acesso à estrutura que estava disponível, no caso ter acesso efetivo aos conjuntos habitacionais, além das relações de trabalho e exploração experimentada no canteiro de obras que desmistifica a ideia de cooperação e mutualidade entre o trabalho e o capital.

Como parte integrante desse processo conflituoso o autor percebe a construção das moradias como:

Não concebo que tal infra-estrutura organizada para atender os trabalhadores foi algo peculiar na construção de Itaipu, já que a própria empresa reconhece que o modelo é o mesmo utilizado em outras barragens, mas que inicialmente adotou-se para os fins de atrair mão-de-obra qualificada ou experiente em construções de barragens. Porém, estas eram ao mesmo tempo, necessárias para o controle e a extração do máximo de produção dos trabalhadores.<sup>8</sup>

Desse modo, a construção das moradias, segundo a visão do autor, foi um dos componentes fundamentais da infraestrutura organizada para atrair os trabalhadores experientes para o controle dessa mão-de-obra, viabilizando a intensa exploração dos trabalhadores no canteiro de obras.

Entretanto, o autor, mesmo considerando a noção da “Vila Operária” como componente fundamental para a viabilização da exploração dos trabalhadores, quando recupera as suas trajetórias de vida, ajudando-os a reconstituir os sentidos e significados das suas experiências, narrando às motivações das suas chegadas, identifica que:

Isso aponta (narrativa dos trabalhadores) para algumas das condições específicas que se referem à infra-estrutura que a barragem deveria construir para atrair os trabalhadores, além de ofertar um salário melhor. Assim sendo, os depoimentos desses trabalhadores demonstram que a infra-estrutura da barragem de Itaipu para atender os operários foi sendo realizada e melhorada a partir das insatisfações destes sujeitos no processo da chegada e durante a construção. Portanto, os trabalhadores agiam como sujeitos nesse processo, uma vez que expressavam interesses e condições como critérios para permanecerem no trabalho da barragem e na cidade.<sup>9</sup>

Sintetizando essa interpretação, a disponibilidade de moradias para os trabalhadores deve ser entendida a partir da luta entre forças sociais com interesses

---

<sup>8</sup> Manarin, op. cit. p. 43.

<sup>9</sup> Idem, ibid. p. 41.

conflituosos, ou seja, da tentativa por um lado da dominação da força de trabalho e por outro lado como fruto e resultado da demanda concreta dos próprios trabalhadores. Estes não só aproveitaram da estrutura disponível e viram nela um critério crucial para permanecerem trabalhando na barragem, como em suas práticas e insatisfações contribuíram para as transformações e para que a mesma estrutura fosse sendo melhorada.

Essa perspectiva de análise é muito significativa para o perfil desse trabalho de investigação histórica. Pois, a partir dos elementos que o caminho dessa abordagem inicia, reconstitui-se o processo de formação da “Vila Operária” transformada em bairro dos trabalhadores. Processo esse, entendido dentro da dinâmica das contradições de classes, mais precisamente, como um projeto urbano de “Vila Operária”, a partir da ótica do capital em disputa com os trabalhadores que moraram e ainda moram nesse local, e que foi transformado a partir dessas relações.

Para chegarmos ao conjunto desses questionamentos é bastante significativo destacar a importância e a influência do debate político trazido pela nova esquerda inglesa no decorrer da década de 1960, denotando novos olhares e perspectivas a respeito dos trabalhadores. A dimensão do conceito de experiência da classe trabalhadora e da formação da sua consciência, a partir dessa concepção, foi importante para a ampliação dos limites propostos pelos caminhos tomados nessa pesquisa a respeito de estender um olhar diferenciado à cidade.

As reflexões em torno da experiência da classe operária inglesa no século XVIII<sup>10</sup>, por parte de alguns historiadores, foram bases inspiradoras para muitas pesquisas dedicadas a reconstrução das vidas e ações das classes trabalhadoras e dos oprimidos.

A contribuição de E. P. Thompson<sup>11</sup> a respeito da formação da classe operária inglesa no processo de Revolução Industrial também foi fundamental, já que grande

---

10 Ver: THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Ver também THOMPSON, E.P. Costumes em Comum – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

<sup>11</sup> Parte destas reflexões foram apresentadas nos Anais do **III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?**, realizado em setembro de 2008, organizado pelo Grupo de Estudos de Política da América Latina da Universidade Estadual de Londrina, através do texto “Aspectos da Constituição Urbana de Foz do Iguaçu: experiência dos moradores do bairro Vila C (1976 a 2006)”. O texto pode ser consultado no link: <http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/rodrigopaulo.pdf>

<sup>12</sup> E. P. Thompson. In. Exploração. A formação da classe operária Inglesa II– A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1987.

parte das análises que tematizaram esse aspecto direcionava seus estudos, enfocando como as máquinas e o progresso tecnológico tinham “produzido” não só o capitalismo industrial, como: a miséria, a exclusão, a pobreza, a marginalidade e a própria classe operária, vinculada a esses termos. Thompson, por outro lado, caminha em direção ao “fazer-se” da classe trabalhadora.

“O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior – “a revolução industrial” – atuando sobre algum material bruto, indiferenciado e indefinível de humanidade, transformando-o em seu outro extremo, uma “vigorosa raça de seres”. As mutáveis relações de produção e as condições de trabalho mutável da Revolução Industrial não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres. Eles foram objetos de doutrinação religiosa maciça e criadores de tradições políticas. A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada <sup>12</sup>.

Os impactos trazidos por essas obras são de extrema relevância em termos políticos para a compreensão das lutas cotidianas constituídas pelos trabalhadores na configuração do capitalismo industrial no decorrer do século XX, a partir de seus modos de viver, de trabalhar e morar, em uma época de crise dos Partidos Comunistas com o fim do stalinismo na URSS. Período marcado pela indefinição de grande parte dos militantes do partido frustrada com os rumos do socialismo real, onde nessa atmosfera de crise dos referenciais de luta dos trabalhadores, o conceito de experiência vai sendo modelado na perspectiva de entender de forma histórica o processo de formação da classe trabalhadora e da sua consciência. Fora das instituições tradicionais como os sindicatos, os partidos, os movimentos sociais organizados e das grandes estruturas mecanicista.

“homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo, não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismo, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e cultura (...) das mais complexas maneiras (...).<sup>13</sup>

Portanto, é iniciada uma nova fase da história social do trabalho não limitada aos trabalhadores organizados, suas organizações e líderes, mas voltada, ao contrário, para a

---

<sup>13</sup> THOMPSON, E.P. Prefácio. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 12.

experiência das classes trabalhadoras. Com isso foi possível escapar das ordenações cronológicas e da história narrativa dos movimentos operários.

Esse deslocamento analítico influenciou uma forte geração de historiadores a ampliar o leque de investigação de seus estudos para além das fronteiras tradicionais da história social. No Brasil, por exemplo, o impacto dessas obras ocorreu, basicamente, no final e durante a década de 1980, quando algumas dessas obras passaram a ser traduzidas e a ser incorporadas nas análises referentes ao movimento operário e, principalmente, aos modos de viver dos trabalhadores no universo urbano.

O peso desse deslocamento às análises referentes ao entendimento da cidade no processo de expansão capitalista no Brasil também foi sentido. Enquanto que nas décadas do "milagre econômico brasileiro", mais precisamente durante a década de 1970, os estudos urbanos davam notoriedade mediante o processo crescente de industrialização no Brasil e o conseqüente processo de marginalidade e exclusão que uma cidade de terceiro mundo produzia, a prioridade agora incluía ouvir dos próprios sujeitos a narração da sua experiência e do seu viver na cidade. Basicamente, o que esses estudos destacavam eram os processos macroestruturais que incidiam na formação das cidades, evidenciando a face perversa do capitalismo conferindo um determinado papel do Estado na direção do crescimento, ao mesmo tempo em que dava margem ao aumento da desigualdade, pobreza e segregação.<sup>14</sup>

Assim, durante a década de 1980, os estudos sobre a cidade no Brasil começam a se direcionar buscando abranger as condições subjetivas dos atores e as produções simbólicas dos agentes que se representam e significam a vivência da exclusão. Como apontado por Rosangela Petuba em seu trabalho sobre o processo de ocupação de lotes na cidade de Uberlândia pelos trabalhadores na década de 1990.

“Se não se pode cair nas armadilhas das análises macro-estruturais, que diluem sujeitos históricos, projetos de vida e disputas políticas, que se dão no calor da hora, obedecendo a ritmos nem sempre inscrito *a priori* na teia das condições materiais objetivas; também não se pode ignorar o fato de que os processos de urbanização no Brasil, na América Latina e mesmo nos países de Terceiro Mundo estão inseridos dentro de uma lógica de desenvolvimento e expansão do capitalismo, principalmente se atentar para o fato de que esta é uma época em que a movimentação do capital desconhece regulamentações e fronteiras, em que alguns centros de poder orquestram políticas que mexem com a vida de milhares de trabalhadores no mundo inteiro, estejam eles no campo ou na cidade”.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> KOWARICK, Lucio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora, 2000, p. 34.

<sup>15</sup> PETUBA, R. M.S. PELO DIREITO À CIDADE Experiência e Luta dos Ocupantes de Terra do Bairro D. Almir Uberlândia (1990-2000). Uberlândia/MG. Universidade Federal de Uberlândia, Dissertação de Mestrado em História, 2001. p.p. 29.

A década de 1980, evidentemente, foi muito propícia para o desenvolvimento da temática nesta direção. A diversificação das reivindicações junto com a intensa politização da classe trabalhadora foi de extrema importância para aflorar diversos tipos de movimentos populares, configurando “novos” movimentos sociais, antes “ignorados” por outros paradigmas que identificavam os conflitos sociais urbanos a partir da ótica fábrica e sindicato.

Desse modo, é possível perceber um avanço teórico no sentido de pluralizar o olhar estendido às reivindicações populares, por exemplo, na organização dos clubes de mães de São Paulo, Movimento Feminista, Movimento de luta pela moradia, Movimentos sociais no campo, etc.

A obra de Eder Sader, “Quando novos personagens entram em cena”<sup>16</sup>, é talvez uma das principais expressões e um forte exemplo a ser destacado da importância que teve para mapear um conjunto de Movimentos Sociais Populares em São Paulo, que emergiram no contexto social e político brasileiro vivido na ditadura militar, manifestando a capacidade criativa, organizativa e mobilizadora, principalmente na década de 1980, sendo responsáveis por expressivas conquistas que garantiram melhorias na qualidade de vida de amplos setores sociais.

Podemos trazer outro exemplo à composição dos eixos temáticos no Programa de Pós-Graduação em História da PUC de São Paulo a partir de 1990<sup>17</sup>. A criação do núcleo de pesquisa de Estudos em Cultura, Trabalho e Cidade, mais precisamente em 1996, encabeçado pelas Professoras Heloisa Faria Cruz, Déa Ribeiro Fenelon e Yara Aun Khoury, mostrou ser possível estabelecer, no interior da História Social, um deslocamento dos grandes modelos de que colocavam em destaque as variáveis estruturais dos processos históricos para a experiência social e os modos de viver e trabalhar dos sujeitos históricos.<sup>18</sup>

Sintetizando esse percurso, poder-se-ia resumir, emblematicamente, que se oscilou do destaque das contradições estruturais para o das experiências, tendo como principal referência empírico-analítica a cidade, vista agora como processo imbricado de relações sociais de luta entre as classes sociais. Tratava de deslocar:

---

<sup>16</sup> SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo - 1970-1980. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

<sup>17</sup> CRUZ, Heloísa de Faria. “Cultura, Trabalhadores e Viver Urbano.” In: Revista *Projeto História*. São Paulo: PUC, n.º 18, maio/1999, 301 - 307.

<sup>18</sup> CRUZ, Heloísa de Faria. Op. cit. p. 302

Do trabalho como categoria abstrata para os trabalhadores, tematizando a experiência sociais de homens e mulheres, jovens migrantes negros em diferentes momentos e situações históricas; dos estudos sobre o processo de urbanização para sobre a cidade e o viver urbano; da industrialização e formação do mercado de trabalho para os modos de trabalhar e sobreviver dos trabalhadores bem como das populações empobrecidas em geral.<sup>19</sup>

Nesse sentido, as cidades passaram a ser problematizadas, a partir das relações sociais nelas desenvolvidas, tomando as múltiplas experiências dos trabalhadores e dos que enfrentam, cotidianamente, o ritmo dessas transformações, como um dos pontos centrais de análise à cidade. Nesse sentido, a pertinência desses estudos se estende a um conjunto de questões referentes aos desdobramentos que podem ser articulados:

Aos desafios emanados do mundo do trabalho contemporâneo que destacam a desindustrialização, a reestruturação dos processos de trabalho e a redefinição dos ofícios e profissões e em que a pobreza a exclusão e a informalidade e a precariedade dos vínculos trabalhistas assumem, ao invés de emprego e do trabalho a frente do cenário.<sup>20</sup>

Essa abertura provocada em buscar contemplar as diversas temporalidades que compõe o universo da cidade contemporânea permitiu, na mesma direção da autora, *enfocar o estudo da experiência dos trabalhadores que desenvolvem suas atividades nos espaços públicos e o embate mais direto com as instituições colocou em evidência a cidade dos trabalhadores.*<sup>21</sup>

Assim, na expressão de Déa Fenelon, *das relações sociais entre os moradores da cidade, dos modos de viver, lutar e trabalhar, se divertir, desenhar e impregnar e constituir, com suas ações a cultura urbana.*<sup>22</sup> Ou seja, abrindo a possibilidade de dar atenção aos diversos tipos de práticas sociais, capazes de revelar a cidade sob uma forma mais humana e contraditória, permeada de disputas e não só dominação, mas de resistências às tentativas de implantação de projetos dominantes que procuram ordenar o espaço da cidade partindo de uma ótica burguesa, limpa e ordeira.

Ou até mesmo, no sentido de “concessão” em que determinadas exigências e lutas dos trabalhadores se transformam em um meio das elites políticas dominantes se legitimarem, oficializando as reivindicações dos trabalhadores, estendendo a dominação

---

<sup>19</sup> Idem, *ibid.* p. 302.

<sup>20</sup> Idem, *ibid.* p. 302.

<sup>21</sup> Idem, *ibid.* p. 303.

<sup>22</sup> FENELON, Déa Ribeiro. Patrimônio Histórico-Cultural e Referencias Culturais. In Revista Projeto História. Espaço e Cultura. São Paulo, Educ, maio-1999, p. 290.

não só nos atos propriamente ditos, mas em uma tentativa de construir outros marcos de memória, que venham ocultar outras memórias consideradas subversivas ou irrelevantes, retirando a potencialidade da ação, da luta e intervenção humana no processo histórico.

Ao abrir a possibilidade de reconstituição temática nesta direção, enfocando os desdobramentos dos aspectos de constituição da “Vila Operária” de Itaipu, sob a luz da experiência dos moradores no processo que envolveu venda das casas, estou conivente, dentro do ponto de vista teórico, com deslocar o olhar à cidade a partir da abertura das “questões materiais” para os “sujeitos sociais”.

Dessa forma, compartilho com a concepção de história expressa por Yara Khoury em suas ponderações no artigo “*Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história*” do livro “Muitas Memórias, Outras Histórias”.<sup>23</sup> Ao considerar que as disputas entre as forças sociais envolvem valores, sentimentos, tanto quanto interesses, pondera-se sobre os significados políticos das desigualdades sociais, ou seja, como os processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história.<sup>24</sup>

Acredito que essa concepção leve o indivíduo a fazer uso da história oral, no dizer da mesma autora, “*como meio de aproximação de modos específicos como as pessoas vivem e interpretam os processos sociais, de como essas especificidades interferem na dinâmica da história.*”<sup>25</sup> A aproximação com os moradores permitiu, indelevelmente, perceber as diferenças em relação aos sentidos e significados nas imagens, recordações, que vão delineando horizontes diversos dos significados de morar.

Tomando as entrevistas como memória, procurei analisá-las como campo privilegiado de disputas sociais, observando como elas se instituem e circulam, como são apropriadas e se transformam na experiência social vivida. Conforme Yara Khoury:

É nesse sentido que tomamos as narrativas como práticas sociais, portanto em movimento na dinâmica social vivida. Tanto fatos como narrativas se constroem nas e pelas redes de relações em que estão inseridos.<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> KHOURY, Yara A. Muitas memórias, outras história: cultura e o sujeito na história. In *Muitas Memórias, Outras Histórias*. Org. FENELON, Dea Ribeiro. Olho d’água, maio/2004.

<sup>24</sup> Idem, *ibid.* p. 117.

<sup>25</sup> Idem, *ibid.* p. 117.

<sup>26</sup> KHOURY, Yara A. *Op. cit.*, p. 123.

Ao dialogar com a memória dos moradores, a respeito de suas experiências no bairro, procurei entender os diferentes sentidos e significados atribuídos à realidade social, que não depende apenas da vontade unilateral do pesquisador, mas como resultado de condições sociais que levam o pesquisador a ter com o entrevistado, segundo a expressão de Alessandro Portelli, um experimento de igualdade.<sup>27</sup>

Talvez uma das questões mais perigosas que me pôs em dúvida em vários momentos durante essa pesquisa, foi a possibilidade de existência de um movimento social organizado de luta pela moradia. O grande risco de não encontrar um movimento residia em circunscrever a experiência dos moradores que não resistiram às imposições de ordenação da “Vila Operária”, segundo os interesses empresariais da Itaipu.

O contato com outros trabalhos e perspectivas permitiu delinear horizontes, explorando outras formas não organizadas e captando nas entrevistas como as narrativas orais apresentavam perspectivas que iam além da versão oficial narrada pela empresa. Foram realizadas seis entrevistas durante a trajetória desse trabalho, a primeira delas, em 2005, teve como objetivo a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, quando na ocasião os questionamentos foram direcionados ao processo de venda das moradias.

Procurei realizar as entrevistas com moradores que residem no bairro desde quando este pertencia à Itaipu Binacional, ou seja, que presenciaram as dinâmicas da “Vila Operária”. A escolha dos depoentes se deu por indicação entre os próprios moradores entrevistados, que durante as entrevistas mencionavam outro morador.

Durante a pesquisa, uma questão importante tornou-se desdobramento de problemáticas que se apresentaram. Durante uma entrevista com um morador, por exemplo, percebi que as moradoras, esposas dos trabalhadores, tinham mais a dizer sobre o bairro do que os próprios maridos. Sendo assim, das cinco entrevistas realizadas, duas foram com moradoras, além da entrevistada em 2005. Portanto, a “questão de gênero” está dividida em três entrevistas para cada sexo.

Notadamente, também fez parte desta pesquisa um elenco de fontes, além das narrativas orais. Especialmente, tratei de dialogar com os materiais produzidos pelo Informativo Unicom e outros do Jornal Canal de Aproximação, referente àqueles que

---

<sup>27</sup> PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. In Revista Projeto História – Cultura e Representação, nº 14, 1997. Também o texto: A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: Revista Tempo. Universidade Federal Fluminense. Vol. 1. nº 2. 1996.

tratavam sobre os conjuntos residências de Itaipu.

Outro diálogo importante de fontes para a realização desse trabalho foi o Jornal Nosso Tempo, criado por dois jornalistas associados com alguns políticos locais no início de 1980. O jornal adotou uma linha editorial politicamente contrária à implantação do mega-projeto da Hidrelétrica de Itaipu na região, com a insígnia de ser porta voz das causas populares.<sup>28</sup> Portanto, através da leitura desse jornal foi possível dialogar não só com matérias que tratavam da construção de Itaipu e dos conjuntos habitacionais, mas com algumas reportagens que faziam referência ao desenvolvimento urbano de Foz do Iguaçu durante a década de 1980.

Destarte, tratei de organizar a dissertação em três capítulos:

No primeiro capítulo, a tentativa foi reconstituir a trajetória ocupacional dos seis trabalhadores entrevistados, moradores do bairro Vila C. Mapeando a chegada, os motivos para o deslocamento até a cidade de Foz do Iguaçu para trabalhar na construção da Usina de Itaipu, a primeira experiência de moradia, os motivos da permanência desses moradores no bairro, a aquisição de suas casas e, principalmente, como atribuem sentidos e significados a morar no bairro. Procurando perceber essas lembranças, não como um caixa de recordação, mas como se transformaram em narrativas, interligado com a experiência social. Para tanto, construiu-se um diálogo com a forma como a Itaipu Binacional vem narrando nos últimos anos o processo de constituição do bairro.

No segundo capítulo discuto o processo de constituição da “Vila Operária” desde 1977 em diante, tentando ponderar o diálogo com as fontes e com a literatura que vem tratando ao longo dos anos a “função” da “Vila Operária” como mecanismo de controle da força de trabalho pelo capital.

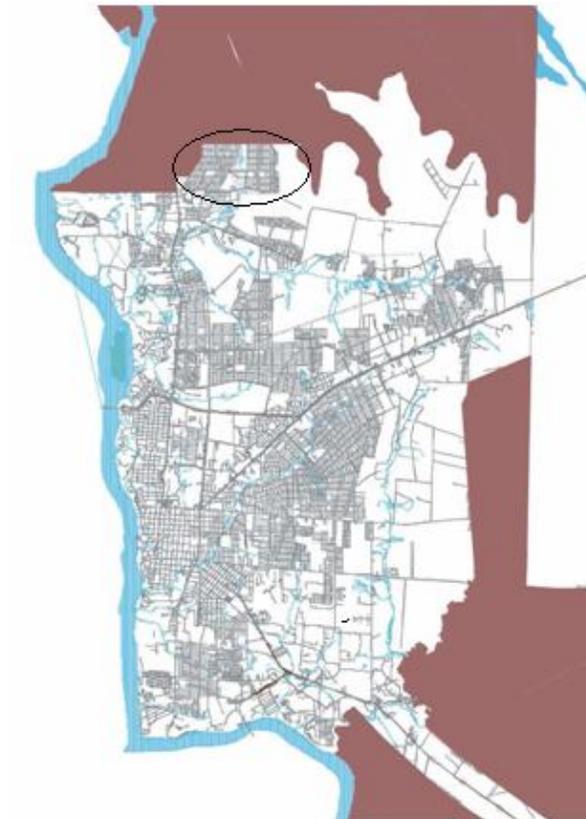
---

<sup>28</sup> Desde a primeira edição os editores procuraram estabelecer o perfil do novo periódico em circulação. Na ocasião buscavam caracterizá-lo a partir de determinados anseios políticos, que não podem ser analisados de forma isolada, mas a partir de um conjunto de relações que os editores têm com alguns políticos locais. Na ocasião levantavam bandeiras pela busca da liberdade de imprensa, da independência editorial, com a capacidade de analisar criticamente os fatos e pelo engajamento de seus editores.

*(...) Mas leitores e colaboradores, chegou as suas mãos a primeira edição de um Jornal Novo em Foz do Iguaçu. (...) Conseqüentemente buscamos a independência. Resistiremos até o limite em que este objetivo seja praticável por mais quimérico que possa ser. Ninguém poderá negociar conosco nossa opção. Nossos princípios não têm preço. Jamais faremos desse órgão de comunicação um carrasco de nossos princípios. (...) O jornalismo engajado, analítico e crítico não é facilmente digerido pelos privilegiados que não aceitam perturbações ao seu comodismo. Nem sempre o remédio mais eficaz é que mais agrada o paladar do doente. O NOSSO TEMPO estará sempre em busca do remédio eficaz, tenha o sabor ou dissabor que tiver. Acreditamos que esses propósitos sejam viáveis, porque entendemos ser está expectativa da nossa comunidade.*

No terceiro e último capítulo, procurei destacar os significados da decisão da Diretoria Geral Brasileira em manter as casas da “Vila Operária”, em 1985, na estrutura urbana de Foz do Iguaçu. A captação das práticas dos moradores/trabalhadores e ocupantes das casas, que as fontes passaram a indicar, proporcionou uma correlação dessa transformação com as dinâmicas que estavam se processando na estrutura urbana de Foz do Iguaçu, destacando as divergências de projetos políticos da cidade em disputa durante a década de 1980.

**Área municipal de Foz do Iguaçu- Mapa I**



Fonte: Plano Diretor de Foz do Iguaçu/VOL – I/14 – Aspectos urbanos.



## CAPÍTULO I

### Transformando o “fim” do mundo num paraíso: os trabalhadores de Itaipu e a construção da Vila C

A perspectiva desse capítulo é estabelecer as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores entrevistados e a forma como narraram o processo de constituição do bairro Vila C em Foz do Iguaçu. Tal bairro foi construído para abrigar os trabalhadores operários de Itaipu, no final da década de 1970, os quais além de trabalharem na construção da Hidrelétrica de Itaipu, moraram e ainda moram no bairro.

Esse exercício, entre outros aspectos, me parece importante como uma possibilidade de entender como esses trabalhadores e moradores da Vila C narraram as suas experiências de vida na cidade. Do mesmo modo, é possível visualizar como eles atribuíram sentidos e significados ao fato de morarem naquele lugar e, em conjunto, ao valor dado à posse da moradia.

O objetivo é fazer um caminho inverso a outras perspectivas de estudo, apontando para a possibilidade da problematização, a crítica a determinadas interpretações estabelecidas e a imagens construídas acerca dos trabalhadores moradores do bairro Vila C. Ou seja, a opção foi tentar pautar a construção do processo de constituição do bairro, a partir das interpretações produzidas e presentes nas memórias dos moradores que estão no bairro desde a sua formação.

Dessa forma, a prioridade foi realizar uma inflexão partindo das falas construídas pelos moradores, reconstituindo nelas suas trajetórias de vida e de trabalho, morando no bairro. Procurou-se, também, visualizar como as experiências de trabalhar e morar foram capazes de se expressar nas transformações que levaram o “alojamento provisório” para os trabalhadores que atuavam na construção da Hidrelétrica de Itaipu ao “bairro” eminentemente dos trabalhadores.

Assim, as entrevistas, vistas como materialização das memórias desses trabalhadores moradores do bairro, são entendidas, neste trabalho, como capazes de expressar a forma como estes sujeitos moveram o processo de constituição do bairro ao longo dos anos.

Ao privilegiar as narrativas destes trabalhadores, por vezes, afastadas das versões oficiais que narram o processo de formação da cidade, e dialogando com Michel Pollack, avaliei como uma possibilidade de chegar às práticas, intervenções e ações de grupos não hegemônicos, que estão silenciados pela “memória oficial”, mas que são portadores de formas diversas de se fazerem enquanto sujeitos sociais, contrapondo-me ao caráter homogeneizante daquela versão. Ou, nas próprias palavras daquele autor, “ressalto a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à memória oficial, acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória nacional”.<sup>29</sup>

Entretanto, considero também o caráter social da memória e o peso que a mesma, produzida por grupos hegemônicos, tem nas lembranças e avaliações dos moradores, ainda que nem toda lembrança seja determinada por aquela memória.

Como apontam as entrevistas, as falas das pessoas são reveladoras da capacidade que elas têm de refazer o que em outros momentos foi vivido, por exemplo, enquanto dificuldade e, a partir das suas perspectivas, evidenciar valores, possibilidades, costumes e o terreno conflituoso em que ela se constituiu.

Sendo assim, a possibilidade de novas narrativas vai além da interpretação subjetiva daquele que narra, atribuindo versões diferentes do que é narrado pela memória oficial. Esse caminho, sobretudo, me permite perceber que as versões criadas e narradas pelos moradores confrontadas com a memória constituída pela Itaipu são capazes de revelar um campo diverso de disputa de projetos políticos antagônicos.

Nessa direção percebo, como exemplo, a forma como a empresa binacional vem nos últimos anos tentando organizar políticas “sociais” que denotariam uma nova maneira de intervir no bairro. A partir do ano de 2004, a Diretoria de Coordenação da Itaipu Binacional do lado brasileiro criou o Programa Energia Solidária, com o objetivo de promover ações que visariam “melhorar a qualidade de vida dos moradores da Vila “C””.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. In Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol. 02, n.3, 1989, p. 3-15.

<sup>30</sup> Esse Programa foi criado na Administração de Jorge Samek, que assumiu a Diretoria Geral Brasileira da Itaipu Binacional em 2003. Um dos objetivos dessa administração foi ampliar uma política denominada de “responsabilidade sócio-ambiental” da empresa, que culminou não só na criação desse Programa voltado para a região da Vila C, mas também no Programa Cultivando Água Boa. Ver: Relatório de Sustentabilidade 2004. Publicação Conjunta da Coordenadoria de Responsabilidade Sócio Ambiental da Itaipu, Superintendência-Adjunta de Orçamento e Contabilidade e Assessoria de Comunicação Social.

No editorial retirado do site oficial da Itaipu Binacional, a empresa argumenta e justifica os campos de atuação do Programa:

(...) Dentro do programa Energia Solidária, uma série de ações busca promover a melhoria da qualidade de vida dos moradores da Vila C, situada nas proximidades da Itaipu e do Refúgio Biológico Bela Vista. A intervenção da Itaipu na vida da comunidade, em parceria com a sociedade civil, teve início em 2003. Desde então, 472 casas tiveram seus débitos quitados pela Itaipu. As moradias tiveram a documentação regularizada junto à Caixa Econômica Federal e à Foz Habita. Em parceria com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, outras 180 famílias que moravam em áreas de risco ou de preservação ambiental foram transferidas para um bairro com acesso à água tratada, saneamento básico, rede de energia elétrica e documentação do imóvel. Em 2005, a Vila C ganhou um Centro de Convivência e Capacitação que oferece à comunidade opções de cultura, lazer e capacitação, como cursos de informática e de formação de cozinheiros, cabeleireiros e manicures, aulas de dança, atividades esportivas, entre outras atividades destinadas a pessoas de todas as idades. Ainda dentro do programa, em parceria com o Conselho Comunitário da Vila C, Itaipu fornece sementes e assistência técnica a pequenos agricultores que cultivam alimentos nas áreas por onde passam as linhas de transmissão de Furnas. No projeto Agricultura Solidária, 35 famílias estão se dedicando ao cultivo de mandioca. Cada uma recebeu área de um hectare. Além da assessoria técnica, a Itaipu está ajudando com a estrutura de beneficiamento e no encaminhamento da produção, que deverá ser absorvida pela prefeitura para utilização na merenda escolar. Já para reforçar a segurança da Vila C, a Itaipu doou dois veículos que são utilizados pela Guarda Municipal no patrulhamento ostensivo da região ao redor das escolas do bairro. Todas estas ações foram colocadas em prática após a realização de um levantamento domiciliar das necessidades e anseios da população da Vila C, realizado em 2003. A pesquisa coletou informações e sugestões da comunidade para solucionar os problemas observados no bairro.<sup>31</sup>

O Programa Energia Solidária, criado em agosto de 2003, no primeiro ano da gestão do Diretor Geral Brasileiro Jorge Samek, fez parte de uma iniciativa em conjunto com outros programas denominados, pelo “relatório de sustentabilidade” de 2004 da empresa, como um “*novo jeito de administrar*”.

De acordo com aquele “novo modelo de gestão”, em 2003, uma série de programas foi criada dentro de uma verticalização hierárquica da diretoria geral, que encaminha determinados objetivos para serem executados pelos membros de cada programa. Sendo assim, o primeiro encaminhamento do Programa Energia Solidária seguiu essa mesma ordenação, na qual foi encomendada uma pesquisa com questionários para os moradores a fim de diagnosticar os problemas mais urgentes da comunidade *para delimitar os objetivos que coordena a ação*. A partir da coleta desses dados, ocorreu um direcionamento das ações, das quais, a principal foi a eleição, pelos moradores, do Conselho Comunitário da Vila “C”, que passou a ser composto por 23

---

<sup>31</sup> Matéria retirada do site da Itaipu Binacional no link responsabilidade social <http://www.itaipu.gov.br/?q=node/183>.

membros juridicamente constituídos, divididos em três instâncias – Diretoria do Centro de Convivência e Capacitação da Vila C, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal.

A partir dessa estruturação, pautaram-se as ações que estão mencionadas no texto, como a doação das viaturas para a Guarda Municipal, e reforma de antigos prédios da época da Vila C de Itaipu, etc.

Entendo que o campo estabelecido de atuação do programa parte de problemas concretos de ordem social que fazem parte do cotidiano da comunidade, que diariamente convive com dificuldades, como saúde, educação, moradia, desemprego, criminalidade, etc. Entretanto, vale salientar que tais iniciativas corroboraram com interesses específicos daquela administração da empresa.

Esse processo de intervenção na Vila C parece-me abarcar duas perspectivas de atuação por parte da empresa, não dissociadas.

A primeira em que, a partir de 2003 e dentro da nova gestão, ganha ênfase o discurso da delimitação de campos de atuação empresarial que vão além da responsabilidade de gerar energia. Ou seja, pautado, sobretudo no alargamento de políticas voltadas para o que conceituam como “responsabilidade sócio-ambiental” e que fomentou a criação de inúmeros programas como, por exemplo, o projeto Cultivando Água Boa, Coleta Solidária, etc.

A segunda, com a implantação de projetos nas proximidades do bairro e a possibilidade de novas intervenções no bairro Vila C, que não apresenta infraestrutura adequada, que vem à tona mascarada em torno do discurso empresarial da responsabilidade social. Como exemplo, é possível citar a transferência de cursos ligados a área de Ciências Exatas da Universidade Estadual do Oeste - UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu para o Parque Tecnológico Itaipu, localizado nos antigos pavilhões reformados dentro do canteiro de obras que servia como alojamento para os trabalhadores, a instalação da Universidade Latino Americana (UNILA) e o projeto, em parceria com a Fiat, de construir uma montadora de carros elétricos nos arredores da usina.

Nesse sentido, problematizar o significado da reaproximação da empresa com o bairro, com a justificativa de melhorar a qualidade de vida dos moradores, me permite uma reflexão sobre como uma versão do processo de constituição do bairro é narrada pela Itaipu para legitimar as suas ações pautadas em seus próprios interesses e que iniciaram a formulação das propostas na citação anterior:

A Vila C, um dos bairros mais populosos de Foz do Iguaçu, surgiu por iniciativa da Itaipu. A empresa construiu milhares de moradias para abrigar os chamados barrageiros, trabalhadores que construíram a barragem da hidrelétrica. No entanto, a região cresceu desordenadamente, sem a infra-estrutura adequada. E hoje carece do apoio da Itaipu.

A estruturação da narrativa destaca o processo de constituição da “Vila Operária”, criando laços que sedimentam a necessidade dos trabalhadores/moradores, ou seja, aqueles que trabalharam e ainda moram no bairro, sugerindo, por um lado, o surgimento do abrigo e, do outro, a manutenção ordeira do mesmo, criando uma dependência “natural” de apoio às intervenções da Itaipu Binacional.

Nesse sentido, duas questões se desdobram de acordo com a descrição do texto que resume a composição histórica do bairro definida como “crescimento desordenado”.

O primeiro desdobramento foi a proposta de resolver a situação das 472 moradias que estava em situação irregular. Essa irregularidade está relacionada ao processo de venda das moradias que ocorreu a partir de 1991, no qual, 511 moradores pagaram o valor requisitado na época, mas não receberam os documentos que confirmavam a posse legal e definitiva da moradia.<sup>32</sup>

O segundo desdobramento entendo que se trata dos processos de ocupação que afetaram a região da Vila C e que levaram ao estabelecimento de várias famílias em inúmeros locais no interior do bairro, próximos a córregos, áreas de preservação, etc., como as 130 famílias que residiam próximo ao córrego Brasília.<sup>33</sup>

<sup>32</sup> Isso resultou num moroso processo judicial movido pelo Ministério Público contra a cooperativa COHAFRONTTEIRA que agenciou o processo de venda<sup>43</sup>. Em 1994, em função das irregularidades que marcaram o processo de venda foi estabelecido outro contrato que colocava apenas a Caixa Econômica Federal como instituição para o financiamento dos imóveis. PLANO DE AÇÃO PARA CONCLUSÃO DO CONTRATO Nº 4090/91 CEF. FEVEREIRO DE 1994. Essa questão do processo de vendas das moradias será discutida no terceiro capítulo da presente dissertação.

<sup>33</sup> Descrição do plano diretor em relação às famílias que residiam (residem) na área em torno do córrego Brasília, dentre as outras famílias estabelecidas em outros lugares de preservação ambiental da cidade.

REGIÃO	Nº DE FAMÍLIAS	DENOMINAÇÃO
02	130	Avenida Aracaju Vila “C” Rio Brasília “Invasão” (termo utilizado no Plano Diretor) aconteceu no ano de 96, as famílias que moram na frente da Rua Aracaju têm água e luz, mas as que moram atrás vivem com “gato”.

Plano Diretor/VOL – I/14 – Aspectos urbanos. O Plano diretor pode ser consultado através do site

[http://www2.fozdoiguacu.pr.gov.br/PlanoDiretor/VOL\\_I/14\\_Aspectos\\_urbanos.pdf](http://www2.fozdoiguacu.pr.gov.br/PlanoDiretor/VOL_I/14_Aspectos_urbanos.pdf).

Ao longo da década de 1990, similarmente a outras regiões da cidade, a Vila C, também, atravessou a experiência de inúmeras ocupações de áreas, fossem elas públicas ou não, conforme frisava o Plano Diretor:

A maioria dos municípios brasileiros, inclusive Foz do Iguaçu, convive com o problema das ocupações irregulares de áreas urbanas às margens de rios, córregos e várzeas, sujeitas a inundações, algumas localizadas nas imediações de depósitos de lixo e áreas públicas.<sup>34</sup>

O conjunto dessas transformações revelou uma resposta dos trabalhadores ao processo excludente que pautou o desenvolvimento da cidade, mais rigidamente durante as décadas de 1980 e 1990, frente ao cenário de déficit habitacional, especulação imobiliária, etc., após a construção de Itaipu. A tabela abaixo permite visualizar o expressivo crescimento populacional que teve a cidade a partir do início da construção da barragem.

Tabela I

Foz do Iguaçu: evolução populacional	
1960	28,080 habitantes
1970	33,970 habitantes
1980	120,930 habitantes
1991	190,000 habitantes

(fonte: IBGE 2000)

É evidente que esses números, apesar das disparidades de cada ano realizadas por esse instituto de estatística oficial, são evasivos e pouco esclarecedores com relação às dinâmicas que provocaram o aumento populacional e o processo real de ocupação do solo urbano, que se deu na dinâmica da especulação imobiliária e da pouca ação efetiva do poder público em regularizar esse processo.

Diante desse quadro, pude entender como se constituiu as chamadas políticas sociais, criadas pela direção da Itaipu Binacional nos últimos anos, para com o bairro e com a justificativa de “*melhorar a qualidade de vida dos moradores*” a partir de interesses estratégicos da empresa.

Ou seja, a motivação, pela chamada carência de intervenção da Itaipu, cria dois marcos principais que levaram às transformações operadas na estrutura do bairro nas últimas décadas. Primeiro, com a permanência das moradias e a consequente venda das casas e, depois, com o estabelecimento de famílias em outros locais no interior do

<sup>34</sup> Em 1989, Foz do Iguaçu possuía 2.965 famílias cadastradas em 18 favelas. Este número triplicou em 13 anos, e em 2002, segundo a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, o número de favelas e ocupações irregulares subiu para 57. Plano Diretor/VOL – I/14 – Aspectos urbanos.

bairro, usando o argumento que procura legitimar as ações do programa, explicando aquele processo anterior como fruto de um “*crescimento desordenado*”.

Sendo assim, com uma proposta que aparentemente integra os moradores a partir de um modelo de gestão participativa, a empresa delimita possibilidades de intervenção no bairro, configurando o restabelecimento de uma ligação com o bairro, “lavando sua alma” e ocultando a sua responsabilidade frente àquele processo.

Na matéria é possível identificar a Itaipu buscando constituir-se, ainda, como sujeito das ações e se colocando acima dos conflitos que marcaram o processo de constituição do bairro. Em diversas colocações verbais como: *surgiu, carece, intervenção, fornece, recebe, etc.*, pode perceber essa preocupação, assim como a ideia aparente da expansão de suas políticas, que vai além de seu objetivo principal que é gerar energia. Para tanto, cria métodos envoltos em uma racionalidade embasada na “responsabilidade sócio-ambiental”, para legitimar a sua importância no desenvolvimento das comunidades locais.

Em meio às narrativas construídas pelos moradores entrevistados da Vila C e às possibilidades em que elas podem oferecer algo em comum, aparecem nas falas, nas recordações e nos valores anunciados, diferentes interpretações daquelas atribuídas pela Itaipu em relação ao bairro operário.

Ao narrar, os depoentes vão construindo enredos sobre os fatos, carregados de interpretações, em que eles não só se situam, mas também aos outros com os quais compartilharam a dinâmica social daquele período. Nessa recriação, o passado do bairro é reorganizado em torno de experiências, ao mesmo tempo individuais e sociais de cada um, recriando o passado a partir de significações do presente e projeções futuras.

Recuperar essa dimensão da interpretação dos moradores possibilita não só diversificar os olhares diferentes que se projetam nesse mesmo processo, mas também avaliar as dimensões fundamentalmente políticas destas versões, no que se refere às disputas travadas entre interesses conflitantes.

“Seu” José Ramos, 51 anos, casado, pai de duas filhas, é natural de Igaratã, Estado de São Paulo. Ele mora no bairro Vila C desde o final de 1978, na Rua Curitiba, onde também trabalha em sua borracharia, que fica no mesmo terreno de sua casa. Esta

profissão ele aprendeu desde a época em que trabalhou na UNICON<sup>35</sup> como borracheiro.

Em entrevista, o “seu” Ramos falou da sua experiência de trabalho, do processo de aquisição de moradia na Vila C, de como é morar na Vila C hoje, a sua expectativa de vida no bairro e também sobre o seu trabalho em sua borracharia. Ele é um dos trabalhadores que quando veio para Foz do Iguaçu não tinha experiência de trabalho, a não ser na lavoura, portanto, tampouco em construção de barragem. Ele conta que a sua família saiu de São Paulo quando ainda era criança e se deslocou para trabalhar na lavoura no norte do Paraná.

Conta também que veio trabalhar na Usina por intermédio de propagandas que, na época, eram divulgadas no rádio e na TV, com o objetivo de atrair trabalhadores para a construção da Usina. “Seu” Ramos conta que ouviu com um amigo a propaganda e decidiram juntos sair do norte do Paraná para se deslocar até Foz do Iguaçu, em busca de outro trabalho:

Que a gente ouviu “passá” no... nem tanto pela televisão, né? porque a gente, porque havia “poca” televisão naquela época, né? Naquela época a gente ouvia mais pelo rádio que gente ouvia fala, né? Itaipu, Itaipu, daí tinha um colega que tinha televisão, até inclusive eu vim na companhia dele pra cá, pra Foz. Ai ele falo: “vamo” lá pra Foz do Iguaçu trabalha na Itaipu, ai eu nunca tinha trabalhado em “barrage” né? Ai a gente fico sabendo por intermédio de rádio e televisão que passava, né? que foi que “incentivo” a gente de vim pra cá, né? Inclusive era pra vim meu pai e meu tio, né? “Nóis fizemo” documentação tudo certinho. Daí eles ficaram meio assim porque eles “trabaiava” na lavoura na roça, né? Ai, vim eu na frente, “dispois” que veio meu pai pra... Pai veio em 76.<sup>36</sup>

Um dos primeiros problemas enfrentados por ele na chegada a Foz do Iguaçu foi a moradia, pois quando veio era noivo e logo depois se casou e esse fator pesava para trabalhar direto no canteiro de obras que era seu objetivo. Na narrativa de “seu” Ramos, a situação se delineava assim:

Ai cheguei aqui em Foz, né? Ai, vim “trabaiá” em Itaipu, né? Ai, vim pra cá “trabaiá” na Usina, né? “Trabaiá” na “barrage”. Como logo no inicio não tinha alojamento, não tinha nada, né? Fiquei nas “otras” empreiteira aqui, que fazia parte da “barrage”

<sup>35</sup> As obras civis da construção da barragem de Itaipu do lado brasileiro ficaram sob a responsabilidade do Consórcio UNICON - União de Construtoras Ltda. O contrato foi assinado em outubro de 1975, para realização da primeira etapa da construção. As empresas que fazem parte do consórcio são: Cetenco Engenharia S.A; Cia Brasileira de Projetos e Obras CBPO; Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A; Construtora Andrade Gutierrez S.A e Construtora Mendes Junior S.A.

<sup>36</sup> José Ramos, nascido em Igaratã/SP, 1957, morador do bairro Vila “C” novembro de 1978. Entrevista concedida a Rodrigo Paulo de Jesus. Foz do Iguaçu, fevereiro de 2008.

também, né? Fiquei na “Covan”. Fiquei dois ano, né? Em 75, junho de 75, fiquei até junho de 77 na “Covan”.<sup>37</sup>

Assim, ele trabalhou primeiro nessa empreiteira que fazia asfalto nas intermediações da Usina, e morou em dois lugares que eram próximos ao seu local de trabalho, localizados onde hoje estão o Ecomuseu<sup>38</sup> no bairro Porto Belo, entre 1975 e 1977. Neste ano, o “seu” Ramos conseguiu emprego na UNICOM, na qual trabalhou até 1991, como borracheiro no canteiro de obras.

Ao falar sobre o trabalho, “seu” Ramos aponta que a rotina de serviço era extenuante, pois, em seu setor, faziam a manutenção de borracharia das máquinas mais pesadas e, também, por causa do barulho das explosões no canteiro de obras.

Além disso, a jornada de trabalho era extensa. Com as horas extras, ele chegava a trabalhar cerca de doze horas por dia, fora o chamado “cerão” que ocupava boa parte de seu fim de semana. Esta jornada me parece que somava aos demais aspectos, no sentido de contribuir para o trabalhador constituir a necessidade de deslocamento da sua família.

Pelas datas mencionadas, “seu Ramos” demorou cerca de um ano e meio para conseguir uma casa no bairro operário, pois, segundo ele, a vila ainda não estava terminada e existiam prioridades estabelecidas aos que tinham experiência no ramo da construção civil: *Você pegava uma casa por intermédio, por você estar “trabaiando” na firma, né? Uns que já tinha experiência, já pegava casa, né? Outros, já logo no início, já pegava, né? Quando não tinha casa, assim, o suficiente pros empregado, né?*<sup>39</sup>

Antes de receber a casa na Vila C, este trabalhador conta que recebia ajuda de custo da empresa, pois, os funcionários casados tinham esse direito, enquanto que para os trabalhadores solteiros havia alojamento no interior do canteiro.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> José Ramos, fevereiro de 2008.

<sup>38</sup> O Ecomuseu de Itaipu foi inaugurado em outubro de 1987, é um [museu](#) criado com a finalidade de recuperar e mostrar o que a [usina hidrelétrica](#) acabou destruindo em termos ecológicos. Acomodado em uma construção de 1.200 metros quadrados, localizada na Av. Tancredo Neves, que dá acesso a barragem. No museu, encontram-se diversas [fotos](#) das áreas que foram alagadas, objetos usados por operários, reproduções arqueológicas, espécies de [plantas](#) e animais (neste caso, espécies empalhadas) que se encontravam nas regiões alagadas, e uma sala onde descreve-se como a usina funciona e o que encontra-se nesse sistema. <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/turismo/br/biblioteca/itaiipu.htm>

<sup>39</sup> José Ramos, fevereiro de 2008.

<sup>40</sup> O alojamento destinado aos trabalhadores solteiros era localizado no interior do canteiro de obras. Construído a partir do ano de 1975, o alojamento foi o primeiro local de moradia coletiva para os trabalhadores, os quais se deslocavam de outras regiões para trabalhar na construção da barragem. A área total do alojamento compreendia cerca de 50 mil metros quadrados, sendo 14 de construção de alvenaria<sup>63</sup>, divididos por uma rígida hierarquia, e formas desiguais de apropriação dos módulos. A

Ao narrar a época em que morou na “Vila Operária” várias são as lembranças para “seu” Ramos. Quando perguntado sobre as mudanças que ocorreram após a venda das casas, enfatiza a questão da segurança que, segundo a sua visão, era melhor naquela época, pautado no presente ressalta esse aspecto: *Mudo muita coisa não o que eu saiba a parte de segurança fico fraca, porque antes era mais, segurança, assim muita coisa(...)*.<sup>41</sup>

Ao mesmo tempo, também aponta para as dificuldades que havia naquela época, como o calor, a poeira, os problemas de morar de parede e meia com outros vizinhos, etc. Uma das dificuldades que mais detalhou em sua entrevista, foi ter que enfrentar, nas duas casas em que morou no bairro, o fato de serem construídas num terreno abaixo do nível do asfalto, devido à forma como ficaram dispostas as casas da Vila C de um dos lados da rua, já que o relevo é em declive. Dada esta característica, quando chovia forte, o sistema de escoamento de água não dava conta e casas naquela disposição geralmente eram alagadas.

Assim, principalmente onde a gente morou, alagamento teve, alagamento de chuva pesada. Quando eu estava construindo, aqui mesmo, aqui na principal, aqui mesmo, deu um temporal de chuva, muitas casas principalmente na parte de “baxo”, muita casa “alago”, como a minha aqui foi alagada de um lado, tempo de chuva. Então, inclusive tava “trabaiando”. À noite, quando eu cheguei de manhã, tava a esposa mais o meu cunhado tirando a água de dentro de casa, qui inundo, né? Foi um período de... a casa, num local muito “baxo”, né? Não tinha escoamento de água, no causo. Então, invadiu. Muita chuva e a terra que desceu com tudo e várias casas foi inundada, nessa época. A minha mesmo, foi umas duas, três “vez”, no causo.<sup>42</sup>

Ao lembrar esse aspecto, “seu” Ramos sob a luz do presente relata as dificuldades que enfrentava, destacando os ajustes que fez para melhorar as suas

---

divisão era conforme o cargo que as pessoas ocupavam e a localização dos setores em que trabalhavam a fim de facilitar o acesso ao trabalho. Foram cerca de doze mil empregados solteiros sob a responsabilidade da UNICOM, empresa responsável pela administração e distribuição dos trabalhadores dentro das acomodações do alojamento. Nos alojamentos individuais foram instalados os engenheiros assistentes e os alojamentos para duas pessoas eram destinados aos trabalhadores de nível médio. Os trabalhadores braçais eram acomodados em alojamento de 6 a 8 pessoas. Eles eram separados por nacionalidade, ou seja, com a separação entre brasileiros e paraguaios. No mesmo local dos alojamentos, apesar da grande jornada de trabalho desses trabalhadores que chegavam, indo de 10 a 12 horas por dia, incluso os finais de semana (“cerões”), os trabalhadores tinham um centro comercial que lhes forneciam serviços de farmácia, lanchonete, cinema, confecções, lotérica, jornais e revistas e barbearia, localizados na mesma área que pertencia ao alojamento dentro do canteiro de obras. Administrada por empresas privadas que ganhavam a concessão de explorar esses serviços. No mesmo local, havia uma grande área de lazer com campos de futebol, quadras poliesportivas e de tênis, destinados à recreação dos trabalhadores. Ver: SOTUYO, Patricia Claudia Godoy. *SEGREGAÇÃO URBANA: ESTUDO DE CASO DAS VILAS DE ITAIPU*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, maio de 1998. p. 69-72

<sup>41</sup> José Ramos, fevereiro de 2008.

<sup>42</sup> Idem.

condições de moradia. Pois, logo após a compra de sua moradia, em 1991, uma das primeiras medidas que tomou foi reformar a estrutura de escoamento de água, colocando tubos de concreto nas valetas que havia e que não davam conta da vazão da água. Em suas palavras relata que:

“Dispois” de compra, a gente “feiz” umas manilha bem grossa. Daí, saia água lá na rua, né? É, antes não tinha isso ai, isso ai foi tudo a gente que “feiz”, não foi a firma que “feiz”. Foi a gente, quando a gente saiu da firma, lá, “compro” a casa e então a gente “procuro fazê” a maneira mais certa, né? De não te “probrema” dispois, né?<sup>43</sup>

Ao enfatizar o fator da compra, “seu” Ramos procura demonstrar os significados desse marco para a melhoria das suas condições de moradia, ao mesmo tempo, situando-se como sujeito do processo e enfatizando que “*não foi a firma que fez*”, mas “*quando a gente saiu da firma*” e procurando “*fazê a maneira mais certa*”, segundo a sua visão, para não “*ter mais problemas*”.

Perguntado sobre os motivos que o levaram a permanecer no bairro após a sua saída da UNICOM, se estabelecendo definitivamente na cidade, “seu” Ramos menciona que pretendia sair da cidade, pois já tinha se preparado para uma eventual mudança:

“Dispois”, quando foi mais pro final, inclusive quando eu trabalhei... meu plano, né? não era fica muito tempo em Foz. Eu vim pra fica “poco” tempo. Mas, ai a gente foi se adaptando com o clima e tudo e a gente “fico”, “fico” mais gostando, né? não sei... eu não tinha essa vontade quando terminasse a Usina... fica, né? pra aqui pra Foz, né? Daí, num certo ponto quando a gente saiu, “terminô” a firma, né? Daí, “vamo ficá” pra Foz, né?<sup>44</sup>

Em sua narrativa, é possível perceber que “seu” Ramos atribuía um caráter temporário ao seu emprego e que pretendia sair da cidade após a construção da barragem. Mas, decidiu ficar pela adaptação à cidade e até mesmo ao clima. Portanto, continuar morando na Vila C, foi antes de tudo, a oportunidade de adquirir sua primeira casa própria e continuar vivendo em um lugar com o qual já estava acostumado, conjuntamente ao exercício da profissão de borracheiro que havia aprendido na construção da barragem.

No geral, a recomposição da trajetória ocupacional desses trabalhadores é capaz de indicar uma série de elementos que apontam para os significados da relação entre trabalho e moradia em suas vidas. A combinação desses dois fatores foi fundamental não só para o deslocamento dos operários, mas, também, contribuiu para que eles

---

<sup>43</sup> José Ramos, fevereiro de 2008.

<sup>44</sup> Idem.

permanecessem morando na cidade de Foz do Iguaçu e residindo no conjunto habitacional após a construção da barragem.

Assim, percebemos como a questão da moradia foi importante para a fixação, em Foz do Iguaçu, desses trabalhadores que saíram dos seus locais de origem ainda jovens, buscando uma oportunidade de vida e de trabalho.

De forma geral, existe outro fator a destacar, mencionado pelos entrevistados, que é a questão da adaptação à cidade, do trabalhador e de sua família, principalmente, no que se refere ao clima, sendo que o calor acentuando da região representava a maior dificuldade desse processo.

Esse é o caso de “dona” Elza da Silva Barros, 71 anos, que chegou a Foz do Iguaçu em 1978, junto com a sua única filha, que tinha 7 anos de idade na época da construção de Itaipu. Dona Elza veio morar na Vila C dois anos após o marido, o qual já estava trabalhando na barragem, desde 1976. Narrando a sua trajetória de vida, sintetiza como “*uma vida muito dura*”.

Tal caracterização, dona Elza preenche com a perda dos pais quando era criança e por ter contraído poliomielite na infância. Além disso, dona Elza destaca o fato de nunca ter frequentado um banco escolar, e ter aprendido, segundo ela, “*a ler o básico*”.

Criada pela avó, dona Elza antes de se casar morou em várias cidades: Goiânia, Jataí e Maringá, cidade onde se casou. Ela narra assim este processo:

Eu vim pra Maringá com 16 anos de idade né? Casei e fiquei em bem em “Porecatu” né? Depois de “Porecatu”, nós viemos pra “Florestópolis”. Depois de “Florestópolis” “viemo” pra cá, tá? Então aqui foi uma vida muita dura, né? No começo, meu marido não ganhava bem. Meu marido era ajudante, né? Ganhava mau, mas, nós passou uma dificuldade, né? Então, ele foi subindo, subindo, até...até um ponto que ele aposentou. Aí assim, meu marido é aposentado por três firma, só. Usina de “Porecatu”. A capivara lá, né? E essa daqui, né? Meu marido foi aposentado por três firma.<sup>45</sup>

Seu marido, o “seu” José, ou “Maguila”, como foi apelidado, veio primeiro, em 1976, transferido da Usina de Capivara para trabalhar em Itaipu. Na Itaipu, trabalhou como ajudante e também como marreteiro, um dos responsáveis pelas escavações no canal de desvio. Portanto, seu José, como mencionado por dona Elza, basicamente teve três empregos até se aposentar, sendo o primeiro em uma usina de açúcar – “*ele fazia... ele trabalhava nas “caldera”. Que fazia o açúcar, sabe? Ali que ele trabalhava.*”

---

<sup>45</sup> Elza Soares, nascida em Goiânia/GO, 1937, moradora do bairro Vila “C” desde 1978. Entrevista concedida a Rodrigo Paulo de Jesus. Foz do Iguaçu, dezembro de 2008.

Depois trabalhou em duas barragens, Capivara em Porecatu, no Estado do Paraná, e pela UNICOM, na construção de Itaipu.

Como inicialmente era ajudante, seu José não ganhava ajuda de custo para trazer a família, e então morou primeiro no alojamento interno da Usina. Dona Elza narra assim este processo:

Porque quando ele veio, eu não vim não. Eu fiquei lá, sabe? Aí porque ele não tinha...ele ganhava tão pouco que nem nas casa, ele não “ganho”. Aí, eu fiquei lá. Então todo mês ele ia, né? Todo mês ele ia, e deixava um dinheiro pra mim, e vinha embora. Ficava 2 dia, 3 dia no máximo, e já vinha embora. Aí quando chegava lá, com aquela mala de roupa, dessa altura assim [simula com a mão a altura], pra mim lavar, de mó. . .lavar pra “vortá”. Eu arrumava tudo aquela roupa, lavava tudo. Quando ele chegava lá, eu não tinha descanso, sabe? Porque minha vida era trabalhar, lavar e passar, arrumar a “ropa” e ele trazer.<sup>46</sup>

“Dona” Elza ao relembrar aquele período, o caracteriza como momentos difíceis, mas com muito bom humor, ligando-o a duas situações: a frequência das vindas do marido e a quantidade de trabalho que estas vindas representavam para ela.

No decorrer do ano de 1978, “seu” José conseguiu o direito de morar em uma casa no bairro Vila C. No começo, relutou em levar a família para Foz do Iguaçu, como narra “dona” Elza: *“Aí, ele ganhou a casa, né? Um ano, “heim”? eu ir pra lá...aí “ganho” casa. Chego lá ele falo “pa” mim “Eu ganhei a casa. Ma, eu não vou levar você, lá é o “cú” do mundo” (risos).*

Essa era a percepção dele em relação ao local. Mas, “dona” Elza tinha uma afilhada que já morava no bairro Vila C, que lhe apontou alguns aspectos que parecem ter ajudado a convencê-la sobre a mudança, como relembra a entrevistada:

Aí, minha afiada de casamento já morava. Então escreveu pra mim vir aqui, aí eu vim. Pra mim conhecer, né? Cheguei aqui, ela falou: Madrinha, a senhora vem embora. Não deixe ele fica sozinho aqui não, porque a muierada aqui pega. . .esses peão que fica bem na barrage trabaiando, ficam com todas (risos). Aí eu falei: "mai, o João não fai isso, né?" O José! porque o nome dele é José, e eu trato de João, porque eu conheci por João (risos). É! João é apelido. Aí ele pegou...aí ela pegou e falou: "madrinha, vem embora". Mas, aí eu falei: "como que eu faço, se ele já entrego a chave?" Aí, ela pegou e falou assim: "mas eu vou pedir a chave, eu vô lá na prefeitura pedir". Aí, ela foi co marido pegar a chave, né?Aí, ele falou assim: "não, a casa é da senhora". Aí, quando ele chegou de noite do serviço, porque ele tinha terminado o serviço, ele morava lá no alojamento, mas eu tava aqui na casa da minha afiada, então ele vinha. Então, eu peguei e falei pra ele: "ah, João, eu me “tundio”, tô indo pra casa". Aí, eu pegou ele, falou: agora que agente já “ta” aqui, eu já comprei cera, já encerei a casa, tudo. Aí ele falou assim: "puxa vida, e se eu não quisesse?". Aí eu peguei e falei: "daí, já não tem o que fazer, né? Se você não quiser vim". Aí, ele falou: "então, “ta” bom. “Vô” lá buscar. Daqui um mês, eu vou lá co caminhão, trago

<sup>46</sup> Elza Soares, dezembro de 2008.

pro “cê”. “Aí, eu fui embora e dali um mês ele foi. Agora em 16...final dia 12 de março, faz 30 anos.

**Aí, você trouxe a mudança e tudo?**

Tudo. A primeira mudança que eu fiz que foi pro casamento. Daí pra Belo Horizonte, pra aqui. Porque nós morava lá. Mas, aí ele vinha passar, daí vinha pra cá, então..tiraram nós, e trouxeram aqui.<sup>47</sup>

A partir dessas recordações, percebo como era difícil, para os trabalhadores, o deslocamento de uma região para outra, pois implicava na transferência física dos bens que a família possuía para um lugar desconhecido, inserido em outras relações, com pessoas desconhecidas, com costumes diferentes, de regiões diferentes, onde os valores vão se refazendo de acordo com essas mudanças.

Por sua vez, outros fatores mencionados por “dona” Elza, também foram determinantes para a mudança da família, na contraposição àquelas dificuldades. Tais como os boatos, em torno dos trabalhadores, em relação à possibilidade de frequentarem a tal zona do meretrício, no que a sua afilhada procurou alertá-la, além da própria presença de um parente próximo que já residia na cidade.

Portanto, a mudança significava também a proximidade do lar com o trabalhador para a manutenção do núcleo familiar e as relações e atividades dele decorrente.

Um dos principais fatores que gerava desconforto para os trabalhadores nessa transferência era o clima quente e chuvoso, em um bairro onde somente as ruas principais eram asfaltadas.

Junto com o problema da poeira quando estava seco e do barro quando chovia, a constituição e o formato das casas ajudavam a piorar esse quadro. As moradias da Vila C eram - e ainda são - unidas, tal qual um imenso barracão com cobertura de zinco, o que intensifica em seu interior o calor, tornando a residência abafada. Esta situação se agravava pelo fato dos forros serem de isopor, sem abertura de janelas para a circulação de ar.

Para piorar a situação, poucas árvores foram preservadas quando o local foi preparado para a construção das casas, o que não permitia nenhum rebatimento do sol. “Dona” Elza conta que muitas dessas dificuldades iniciais quase a fizeram retornar para Porecatu pela falta de adaptação:

O que é? Eu gosto muito daqui. Mas não acostumava não, né? Quando eu cheguei aqui, eu fiquei tão nervosa. Eu falava pro João: "João do céu, vou no médico, o

---

<sup>47</sup> Elza Soares, dezembro de 2008.

médico vinha e falava vai lá pra trás, né?" Aí eu falava: "vocês tão querendo é me matar, vocês tão querendo me mata". Já que eu vim, eu tenho que ficar aqui "memo", né? Não é que eu não gostava. É que aqui pra mim é muito calor. E eu não acostumava com o calor que fazia. Aí passara 7 mês que nós já morava aqui, aí eu comecei a gostar daqui. Gostar. Daí eu fui passear lá em "Porecatu". Aí, as minhas vizinha lá, a minha "cumadre" e tudo: "ah cumadre", vem embora. O que tá fazendo lá? Lá não presta". Meu marido tava trabalhando, né? Nós come e dorme. Aí quando ele se "aposento", ele queria... a "muié" veio aqui e falou: "dona Elza, a senhora vai embora ou vai ficar?". Aí, eu falei pra ela: "eu vou ficar, porque se nós fosse embora, nós só tinha o caminhão. Mas, eu gosto daqui, né? Daqui eu não saio de jeito nenhum, e "tamo" aqui até hoje.<sup>48</sup>

Para "dona" Elza, analisando a sua experiência de vida no bairro, a possibilidade de continuar morando na Vila C significou um avanço, pois senão, seria como regredir caso fosse obrigada a sair da casa por conta da demolição do bairro, como estava previsto. Em suas palavras, comenta:

Se fosse num caso assim, nós pegava e "vortava", né? Pra trás. "Vortava" pra trás. Ia pra Bahia, porque meu marido gosta muito da Bahia, porque ele é baiano, sabe? Ele adora a Bahia. Ia Bahia, vendia tudo as coisa, e ia pra Bahia. E graças a Deus que não foi preciso. "Ficamo" aqui.<sup>49</sup>

Portanto, para essa moradora o fato de ter permanecido culminou na primeira oportunidade de ter a sua casa própria, que para ela foi um avanço, pois não foi preciso sair. Desse modo, são vários os aspectos que contribuíram para que os trabalhadores continuassem morando na Vila C, mesmo após a demissão dos operários com o final da construção da barragem, em 1991.

Para "seu" Sebastião Benedito, 58 anos, que reside com sua família no bairro desde 1984, a decisão de permanecer mesmo após a demissão da UNICOM, em 1990, foi uma opção construída a partir da família, levando em conta que no trabalho continuou numa situação "errante". Após Itaipu, ele passou por outras nove construções de barragens em diversos estados do Brasil, num período de 17 anos, como carpinteiro, como destaca:

Nove barragem. É... "trabaiei" em nove barragem depois da Itaipu. Então pra mim foi bom. Uma hora eu to no Mato Grosso, no Rio Grande do Sul, outra hora eu "to" no Paraná, mais a rotina vai se essa ai, até quando chega a minha aposentadoria.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> Elza Soares, dezembro de 2008.

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Sebastião Ferreira Benedito, nascido em Raul Soares/MG, 1947. Morador do bairro Vila "C" desde 1984. Depoimento concedido a Rodrigo Paulo de Jesus, Foz do Iguaçu, janeiro de 2008.

Natural do município de Raul Soares, Minas Gerais, em sua entrevista falou da sua experiência de trabalho, do processo de aquisição de moradia na Vila C e da participação da sua família na decisão de fixar residência no bairro. Conta, ainda, que quando saiu da lavoura trabalhou por alguns meses com carteira assinada, na construção de uma estrada de ferro, tinha, então, a idade de 25 a 26 anos.

O seu segundo registro foi na UNICOM, na construção de Itaipu, empresa em que ficou mais tempo, num total nove anos: de janeiro de 1981 a outubro de 1990. Sobre seu ingresso naquela obra, ele conta que estava desempregado em Belo Horizonte, quando ouviu pelo rádio, junto com um amigo, a propaganda da construção de Itaipu.

Meu primeiro trabalho, é... um trabalho formal, é... carteira assinada, foi na estrada de ferro, né? Quando estava com 25 anos, 26 anos, 1975, quando iniciei essa jornada é... fazendo até hoje é... “trabalhá” nas empresas, que eu trabalhei na estrada de ferro por alguns “méis”, né? e continuei saindo de uma empresa, passando pra outra que, até uma certa época, tava desempregando do patrão, em Minas Gerais, em Belo Horizonte, é... nós ouvimos no rádio, né? a... a “papaganda” da obra da Itaipu. “Oví” no rádio, que o escritório tava pedindo é... várias funções lá no... em Belo Horizonte. Eu arrumei um “cumpanheiro” e fomo lá no escritório. “Não, “rapá” eu “cunheço”, lá.” Tava pensando até paga um táxi. Daí, disse: “não, precisa paga táxi, não”. “Nóis vamo” a pé. Fomo a pé lá no escritório, aonde fiz a minha, esse trajeto de Minas Gerais pro Paraná direto. Eu já fui direto pra empresa, né? na época.<sup>51</sup>

“Seu” Sebastião chegou a Foz do Iguaçu, em 1981, ainda solteiro, sendo que a sua primeira experiência de moradia foi no alojamento que ficava dentro do canteiro de obras, destinado apenas aos trabalhadores solteiros. No entanto, a experiência de morar no alojamento, durou apenas um ano, logo depois foi morar no centro da cidade.

Lá dentro... dentro do canteiro. Não, mais eu morei ali só um ano. Daí, fui “morá” lá na cidade. Comecei “namorá” e fui “morá” na cidade. Morei dois ano na cidade. Um ano morava aqui, depois morei dois ano na cidade.<sup>52</sup>

Ao mencionar a questão do namoro, leva-se em conta que a regra do alojamento permitia que apenas os solteiros se abrigassem naquelas dependências da empresa. O namoro mencionado descreve o período em que “seu” Sebastião foi morar com a sua atual esposa, dona Antônia, no “*centro da cidade*”, não estando, ainda, casados no civil.

<sup>51</sup> Sebastião Ferreira Benedito, janeiro de 2008.

<sup>52</sup> Sebastião Ferreira Benedito, janeiro de 2008.

Por isso, não foi morar direto na Vila C, residencial destinado aos trabalhadores casados.

Para dirigir-se até a construção, seu Sebastião narra que a empresa possuía transporte que buscava os operários desde o Porto Meira<sup>53</sup>, um outro bairro, até a barragem: *“Tinha transporte, transporte direto pra “chopera”. De lá do Porto Meira, que eu viajava nele todo dia, ida e volta, lá do Porto Meira.”*

A “chopera”, mencionada na fala de seu Sebastião, era onde ficava a central da carpintaria, dentro do canteiro, onde se faziam as fôrmas de madeira para a “concretagem”, a qual era sua ocupação.

Em 1984, depois que se casou, mudou-se para a Vila C, para morar com a esposa que estava grávida. Seu Sebastião e dona Antônia tiveram quatro filhos. Eles moravam na mesma casa, quando da entrevista, com três filhos, sendo que um deles é casado.

Perguntado sobre o significado dessa experiência em sua vida, seu Sebastião comentou:

Uma época até boa é... “trabaiei” na Itaipu, na construção da Itaipu i... aonde que deu que eu ficei no “meis” di janeiro di 81, só que assinado no dia 20 i... “trabaiei” até outubro de 90... uma facha só... e “dispois” que eu sai da empresa, já era “homi” casado, que eu casei seguido, em 84, casei, já morando nessa casa. Resolvi permanece por aqui, pra bem estar meu e da minha própria família né? Que os “meninu” já estudava. Se eu fosse me locomove daqui, “meche” até na preparação dos menino, né?<sup>54</sup>

Percebo que o entrevistado destaca a importância dessa decisão, pelo significado e pelas motivações de sua permanência, que foi por uma questão familiar, já que os seus filhos já estavam estudando e *“acostumados no lugar”*.<sup>55</sup>

Na ocasião da entrevista, estava empregado como carpinteiro, numa barragem que fica no Rio das Antas, Município de Nova Roma do Sul, no Rio Grande do Sul.

Seu Sebastião, com essa rotina e trajetória, passa pouco tempo durante o ano com a família, comparada a outras famílias de trabalhadores que residem na mesma

<sup>53</sup> A região do Porto Meira, onde faz parte uma série de bairros, está localizada na zona sul de Foz do Iguaçu e a distância da Usina varia entre 17 à 20km.

<sup>54</sup> Sebastião Ferreira Benedito, janeiro de 2008.

<sup>55</sup> Como mencionado “seu” Sebastião tem quatro filhos todos concluíram o ensino médio, exceto o mais novo, Daniel que tem nove anos de idade e estuda na escola municipal do bairro. O filho mais velho é Geovanir, 26 anos, que é apenas filho de sua esposa Antonia, que teve com o primeiro marido, mas ele é registrado com o nome de “seu” Sebastião, casado, trabalha no Paraguai como vendedor de embalagens e reside na Vila C Nova, mas não possui filhos. Os outros três filhos ainda mora com os pais. Genilza, 24, que trabalha na Faculdade União das Américas como atendente na Biblioteca e Gilberto, 22 que trabalha em uma empresa terceirizada da Brasil Telecom na Central que possui essa operadora na Vila C.

cidade de seu trabalho. O tempo que ele passa com a sua família, em média, é menor que um mês por ano, já que as visitas para a casa variam em torno de três meses, quando ele fica de três a cinco dias em casa, geralmente em períodos de feriados.

Seu Sebastião relatou que vários colegas dele também residem na Vila C e são trabalhadores itinerantes, que enfrentam a mesma realidade de trabalho. Portanto, a vida desse trabalhador não pode ser vista de forma isolada, tendo em vista ser esta a situação de vários trabalhadores que enfrentam a rotina de trabalhar em lugares distantes de sua casa e de sua família. Morando em alojamentos, muitas vezes precários, se alimentando em refeitórios coletivos, longe do conforto de casa, com a finalidade de garantir seu auto-sustento e o de sua família.

“Seu” Sebastião destaca que *“foi uma experiência que ele ganhou”* por ter trabalhado em Itaipu e permanecido morando com a família na Vila C, destacando os desdobramentos que isso teve para os seus filhos, a importância do conhecimento com outras pessoas, das amizades e do companheirismo com os vizinhos e moradores do bairro. Assim, ele sugere várias possibilidades que o levaram a permanecer no bairro, como a preponderância da família, pois uma mudança de lugar prejudicaria a formação dos seus filhos.

Eles [os filhos] ficaram ai e com isso acho que ganhei com esse negócio. Porque os menino si estudaram direitinho, né? e aqueles que formaram um cumpanherismo, se fica mudando daqui pra li, não fica formando cumpanerismo, né? Hoje, graças a Deus, eles são cunhecido em tudo o canto, cunhecido por todo mundo. Aí, e quem da graças a Deus por isso é ieu... a minha intenção foi muito boa, né? e hoje eu continuo trabaiaando né? até o dia em que Deus quizé, né? qui a gente pare de trabaiaá, né?<sup>56</sup>

De maneira geral, noto que a menção da formação da família, expressando os sentidos e significados de sua permanência, recorrendo a determinados valores como o companheirismo, a amizade, o ser conhecido pelo demais moradores, são capazes de revelar não só a maneira como percebe as relações sociais para valorizar o local de sua moradia, mas também pela característica itinerante de seu trabalho. Ou seja, os filhos parecem ter conquistado aquilo que este trabalhador não experimentou, tendo em conta, ainda, que a referência que fica é a da necessidade de continuar no trabalho, *“até o dia em que Deus quizé”*.

---

<sup>56</sup> Sebastião Ferreira Benedito, janeiro de 2008.

Portanto, ao ressaltar esses valores, este trabalhador desvenda as perspectivas que permeiam e dão sentido à sua narrativa, avaliando esse processo a “partir de uma opção pela família”, ainda que isso represente pouca convivência com ela por sua parte.

No que se refere ao trabalho, a situação de seu “Seu” Valdizar dos Santos é distinta da verificada com o “seu” Sebastião.

Com 60 anos, natural de Rancharia, Estado de São Paulo, casado, pai de três filhos, é morador da Vila C desde o final de 1977.<sup>57</sup> Trabalhou na Itaipu desde 1976, quando saiu da Usina de Capivara no Estado de São Paulo e veio trabalhar na construção da barragem de Itaipu como funcionário da UNICOM, ainda solteiro, estando, porém, noivo de sua atual esposa, a costureira Aparecida.

Em sua entrevista, “seu” Valdizar narrou acerca do antigo bairro operário, bem como da sua vida no trabalho, das greves em que participou e do significado de continuar morando na Vila C.

Continuar morando na Vila C, para “seu” Valdizar, mesmo com o término das obras, ocorreu em função do trabalho que permitiu ter a sua primeira casa própria, já que permaneceu empregado como motorista de ônibus em uma empresa terceirizada que prestava serviços para a Itaipu, a Ouro Verde, apesar de estar aposentado.

Ele narra sua trajetória de trabalho que começou na lavoura até os 28 anos de idade, quando ingressou na construção da Usina de Capivara como ajudante de serviços gerais, onde fez um curso que o habilitou a trabalhar como operador de máquinas.

Essa profissão o possibilitou trabalhar na Usina de Itaipu como motorista de caminhões de alto carregamento, os *Terex*, no canteiro de obras.

“Seu” Valdizar conta que ouviu pelo rádio a notícia da construção de Itaipu que visava atrair mão-de-obra. Ao narrar, ele se lembra das promessas e propagandas, do bom salário e da magnitude da obra, as quais se apresentam como as principais motivações para a mudança para Foz do Iguaçu:

Foi pela propaganda, porque eu já trabalhava na outra Usina né, e as pessoas de lá vieram tudo pra cá. Vieram muitos, na mesma onda, por causa que era um bom salário, né? A usina pagava bem naquela época. E as firma tudo vinha por causa da propaganda: a usina maior do mundo, né? E “nóis” ‘viemo’ construí essa grandeza ai do país.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> Valdizar Luiz da Silva, nascido em Rancharia/SP, 1948, morador do bairro Vila “C” desde 1977. Entrevista concedida a Rodrigo Paulo de Jesus. Foz do Iguaçu, janeiro de 2008.

<sup>58</sup> Valdizar Luiz da Silva, janeiro de 2008.

Como chegou noivo, a sua primeira experiência de moradia foi no alojamento destinado aos operários solteiros no interior da Usina, já que a Vila C, ainda, estava em fase de construção. Como ele narra: *“Fui contratado e daí fiquei um ano fora alojado, morando fora; daí de um ano que lês deram as casa pra “nóis”. Foi a empresa deu pra “nóis” mora.*

Após se casar, “seu” Valdizar e a esposa moraram mais seis meses no centro de Foz, até que ocorreu a distribuição das moradias na Vila C, em outubro de 1977.

Ao narrar o processo de constituição do bairro, “seu” Valdizar destaca que, além de seu “pioneirismo” como morador, também chegou a trabalhar na primeira etapa da construção da Vila, como motorista do caminhão que ajudava a limpar o terreno onde seriam construídas as casas na Vila C Velha, já que a região da Vila C Nova seria concluída dois anos após, em 1979: *“A Vila C era um mato; eu ajudei a “limpá” e “fazê” isso aqui. O “trato” derrubava, “nóis” juntava e levava lá pra “baxo”, “fizemo” uma limpeza aqui pra depois vim a construção da vila”.*

Narrando a sua participação na construção do bairro, este trabalhador enfatiza a sua importância no processo como agente da transformação de um lugar que era *“tudo mato”*, tomando como parâmetro a existência e a forma como está estruturado o bairro no presente. Tal comportamento, parece estabelecer uma certa legitimidade e diferencial em relação a outros no que se refere a sua atual condição de morador.

O entrevistado, quando levado a narrar aspectos do bairro na época da construção, pauta a sua narrativa em questões ligadas ao presente, enfatizando o fator da segurança que diferencia aquela época de hoje:

Naquela época era bom né? tranqüilo sossegado, era pertinho do serviço, para nós era bom de mais. (...) Naquela época não tinha o que mais tem hoje né? todo mundo trabalhava, tinha a segurança da Itaipu que cuidava da vila, você podia decha as porta aberta que não acontecia nada.<sup>59</sup>

O parâmetro adotado pelo entrevistado para pautar a diferenciação era o rígido sistema de segurança que, dia e noite, “zelava pela ordem” dos espaços e controlava a vida social dos trabalhadores na época do bairro operário.

Neste sistema, havia ronda com patrulhamento móvel, em pontos fixos e em horários diversos, que patrulhava frequentemente as ruas, controlando o horário de permanência das pessoas na via pública. Em caso de festa ou situações do gênero havia

---

<sup>59</sup> Idem.

um conjunto de regras com horários estipulados, quando a patrulha fiscalizava e indicava a hora de recolhimento das famílias.

A vila era isolada com cercas de arame farpado, muros e na entrada da vila havia uma cancela com segurança vinte quatro horas, para controle de entrada e saída dos moradores e de qualquer visitante. A visitação era feita por um aviso prévio e, segundo a regra, o morador informava os dados da visita, o número de pessoas, se estas eram parentes ou não e quantos dias ficariam hospedados na casa do trabalhador etc.

Os moradores, quando se recordam desse período, destacam a importância da segurança como um benefício, que lhes proporcionava uma vida tranquila como um dos elementos principais que dava tranquilidade para se viver bem no bairro. Na fala de “seu” Valdizar, percebe-se que fica de algum modo evidenciado essa questão.

Portanto, entendo que a menção do fator da segurança enfatizado pelos moradores entrevistados é tomada como referência para pautar as lembranças, pois, são questões em voga já que o debate em torno da segurança pública é um dos pontos que vem sendo alimentado pela grande mídia, e, sobretudo em Foz do Iguaçu, considerada uma das cidades mais violentas do Paraná.

Vale ressaltar, neste sentido, que uma das primeiras ações do Programa Energia Solidária, foi à doação de duas viaturas para a Guarda Municipal, pois segundo a coleta de dados diagnosticada pelo Programa, a questão da segurança foi um dos pontos mais ressaltado pelos moradores.<sup>60</sup>

Como já apontado na reconstituição da trajetória ocupacional de “dona” Elza, as mulheres que foram entrevistadas têm um olhar diferenciado em relação à percepção das dinâmicas do bairro constituindo as suas narrativas. Como é o caso de “dona” Aparecida Ribeiro da Silva, 48, que trabalha como costureira autônoma e chegou a Foz do Iguaçu em 1977, acompanhada do marido “seu” Valdizar.

Ela é natural de Alfredo Marcondes, onde seus pais trabalhavam na lavoura, como ela conta:

Sai de lá com 6 anos e vim para o município de Álvares Machado, onde nós moramos 14 anos. Aí saímos de lá e viemos para Presidente Prudente onde fiquei um ano e meio morando lá. Daí a gente casou e veio morar aqui.”<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> <http://www.itaipu.gov.br/?q=node/183>.

<sup>61</sup> Aparecida Ribeiro da Silva, nascida em Alfredo Marcondes/ SP, 1960, moradora do bairro desde 1977. Entrevista concedida a Rodrigo Paulo de Jesus, dezembro de 2008.

Antes de morar na Vila C, moraram alguns meses de aluguel na região central em Foz do Iguaçu. Como ela explica: *“Nós casamos no dia 20 de abril de 77, e viajamos no dia 31 pra cá. Então moramos 6 meses lá perto da onde é hoje o Panorama (próximo a Av. República Argentina), e desde então nos moramos aqui nessa casa.”*

Veio na perspectiva de acompanhar o marido, pois, recém casados, tinham a finalidade de morar em Foz do Iguaçu e adquirir uma casa na Vila C.

Dona Aparecida chegou quando estavam começando a distribuir as primeiras mil e trezentas moradias no final de 1977, chamada de Vila C Velha: *“Começou dia 20 de outubro a ser distribuída essas casas. Nos mudamos dia 5 de novembro”*.

Em suas palavras descreve a primeira imagem que teve quando chegou para morar na “Vila Operária”: *“Não víamos nada além das casas. A única coisa verde que havia aqui era esse bosque aí. Tinha nada aí. O resto era tudo favela [fazendo referência ao bairro São Sebastião que já tinha alguns moradores e que fica no lado sul da Vila C Velha] e essas casa aí”*.

Levada a narrar sobre o que era morar naquele período, realça que:

Como eu disse, a Vila C, a única coisa que existia eram as casa. Ainda não havia o postinho médico, né? Não havia o “maderão” ainda, não havia as escola, não havia mercado, não havia nada. Só as casas do jeito que era. As casa com o mínimo de que tinha de necessário que é água, luz, né? Não tinha ônibus. Depois de mais ou menos um mês, que começou a circular uma “circular”. Nunca tinha ônibus no lugar certo.

**O ônibus era necessário?**

Sim. Pra ir no centro da cidade, sim. Não tinha como a gente se deslocar. A gente era obrigado a sair daqui, ia até lá na “barrera”, né? Da usina. Pra pegar o ônibus, pra então, o ônibus que ia lá pra dentro da usina, pra ir pro centro. Do contrário a gente não tinha nenhum meio de transporte. Nada! Durante um mês. Aí, depois de um mês, começou a aparecer ônibus. Aí começou a aparecer. Como a gente não tinha também nenhum barzinho, mercado, nada. Vinha o caminhão da “Cobal”, parava aqui na esquina, aqui embaixo, na rua que vocês mora. Só que nessa rua aqui mesmo. Parava ali, como tipo um supermercado, né? Desses furgão. Tinha tudo que agente precisava pra casa, não perecível, né? Daí a gente comprava. Vinha creio que duas vezes por semana. Vinha segunda e quarta, por aí.<sup>62</sup>

A narrativa de dona Cida possibilita perceber outros marcos ao lembrar as dificuldades que os moradores tinham no início do bairro pela falta de infraestrutura, mencionados em sua memória que vão dando sentidos e significados à sua experiência de vida no bairro. Assim, o relato vai além da noção das dificuldades iniciais enfrentadas pelos moradores quando habitaram naquele local. A condução da sua

<sup>62</sup> Aparecida Ribeiro da Silva, dezembro de 2008.

narrativa me possibilita compreender o passado recriado em torno das condições que o bairro apresentava em termos dos equipamentos urbanos existentes, destacando que no começo o bairro ainda não tinha toda a estruturação que tem hoje. Ou seja, as dificuldades em termos de acesso, como falta de linha de ônibus, de posto médico, de supermercado etc., enfatizando que o que “*tinha era só o necessário*”, como água, luz e “*as casas do jeito que era*”, foram superadas ao longo do tempo.

Quando levada a comparar a época em que chegou e a situação atual, narra:

Ah! Muita, nossa. Nós não, que nem na época, não tínhamos asfalto. Não tinha escola, não tinha centro médico, no comecinho, quem começou “memo” no início que nem nós, não tinha nada. Nós enfrentamos uma barra aqui no início. Hoje eu sei que tem muitas pessoa que reclama: “Ah! Porque a Vila C é muito longe do centro”. Eu falei assim, mas de qualquer forma ninguém vai a pé! Ou vai de carro próprio ou a gente vai... Hoje em dia, quase todo mundo tem carro próprio. Hoje em dia tem ônibus de 20 em 20 minuto, até menos porque pra tudo quanto é parte. Então, a exemplo do que era antes, não sei por quê tem gente que reclama. Mas todo mundo melhorou suas casas. Hoje, são dono das suas próprias casa. Fizeram suas reformas de acordo de suas necessidade. São todas asfaltadas, quer dizer, pelo menos na região onde eu moro né? São todas muradas, todas, cada uma com sua individualidade, cada um no seu quintal, pode fazer o que quiser. Acho que do que era, melhorou digamos aí...uns 50, 60 por cento, né? Porque hoje tem o que tem outros bairro. Tudo que tem em outros bairro, tem aqui. Na época não, né? Porque como eu disse, não tinha asfalto, né? Porque como eu disse... (risos) tinha o saneamento básico, isso havia. O básico havia pra todo mundo, como eu falei. Algumas pessoas vinham de lugares muito piores. Então, isso aqui era bom. O problema é que pelo fato de não ter asfalto, não ter grama, não tinha um pé de árvore! Ninguém acredita que hoje ver essa Vila C quase não enxerga as casa com tanto arvoredo, de fruto, de tudo, não havia nada, um pé de nada. Então quando chovia, você tinha que anda quase com um skate, né? Porque você atolava, os pés “tavam” até o joelho de tanto barro que era. Se tava sol, que nem “ta” agora, a casa não parava limpa. Era um horror de tanta poeira que havia. Hoje em dia, começava uma ventania aí, ninguém liga, continua com a casa toda aberta. Naquele tempo, agente olhava assim, já vinha aquele “poeirão”, aquele vermelhão, corria tudo trancar tudo, colocava um pano embaixo das porta. Mesmo assim, quando passava aquele “poeirão”, “cê” olhava pra cá, “cê” num enxergava as casa lá de cima de tanta “poera” que era. Provavelmente, não sei se você e seus pais chegaram a passar por isso na época?<sup>63</sup>

A fala de dona Cida contrasta com a versão postulada pela Itaipu que atribui o processo de constituição do bairro Vila C, como fruto de um crescimento desordenado. Em sua narrativa, outros marcos são criados, a partir do olhar de moradora que estabelece outra percepção, focando as melhorias que valorizaram o processo, desde a estrutura do bairro propriamente dita até os espaços de moradia, “*todas muradas, cada uma com sua individualidade*”.

A partir dessa orientação, a entrevistada estabelece uma relação de diferenciação das mudanças e melhorias que se processaram ao longo dos anos no esforço de

<sup>63</sup> Idem.

descrever quais eram as condições de moradia naquela época, comparando com o que os moradores usufruíram, principalmente, a partir dos marcos construídos. Estes valorizaram, por exemplo, as reformas das casas, como a construção de muros, que não existiam na época da “Vila Operária”.

Ao narrar dessa forma, a noção de sujeito se inverte, diante da versão empresarial apresentada anteriormente, elencando diversos fatores que possibilitaram aos moradores transformar os espaços de moradia de acordo as “*suas necessidades*”. Esta narrativa permite entender, a partir das condições de vida e de moradia em que vivem os moradores da Vila C, com uma casa reformada, com muros, churrasqueira, etc., implementações em geral que tornaram aquele local habitável, segundo as suas concepções, adequada aos seus modos de viver.

Sendo assim, outros referenciais são identificados, como as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na época da “Vila Operária”, capazes de reeditar, a partir de suas perspectivas, uma nova versão daqueles que moraram e ainda moram naquele espaço.

Por esse caminho, acredito na possibilidade de problematizar as entrevistas com os moradores a partir desses processos, ou seja, das significações presentes e das projeções futuras feitas a partir do olhar político do pesquisador e dos sujeitos que participaram e recriaram esse espaço.

Neste sentido, os apontamentos enfatizados por dona Cida vão nessa direção, ao revelar o significado de morar na Vila C.

**O que é hoje, morar na Vila C pra a senhora?**

Eu creio que pra mim é como morar em qualquer outro bairro da cidade. Pra mim é! Porque com exceção da distância, que muitas pessoas reclama, é igual a qualquer outro bairro. Eu acho. O que tem, o que existe em outro bairro, existe aqui. Aqui o que a única coisa que falta no caso, que as pessoas reclamam, é algum banco, né? Algum banco. Pra quem gosta, no caso, uma casa lotérica que não tem. O resto tem tudo e as facilidades aí no centro, tá tudo fácil. Se eu preciso ir no centro, pego o carro e vou, de carro é 15 minuto, de ônibus eu sei que demora, mas de carro vai rápido.<sup>64</sup>

Os marcos instituídos pela depoente no tempo presente para dimensionar esse mesmo tempo são diferentes quando confrontados com a descrição anterior. Morar na Vila C hoje para ela é “*como morar em qualquer outro bairro*”, tendo a possibilidade de poder usufruir da estrutura disposta que não havia anteriormente.

<sup>64</sup> Aparecida Ribeiro da Silva, dezembro de 2008.

Problematizando a sua narrativa, entendo-a a partir do lugar social em que ela mesma se situa. Ou seja, “*com exceção da distância*”, que para ela não é problema, pois se desloca de carro, diferentemente, como ela mesma ressalta, de quem anda de ônibus.

“Dona” Cida ainda aponta, nas observações dirigidas ao tempo presente, outras necessidades, como exemplo, o banco e a casa lotérica, que não faziam parte das urgências dos moradores, no final da década de 1970.

Em geral, é possível visualizar outro bairro Vila C, na perspectiva de dona Cida, trazendo a tona outras possibilidades de interpretação e novos olhares lançados frente a uma realidade vista a partir de transformações, nas quais, os próprios moradores participaram, reconstruindo os seus espaços de moradia e ao mesmo tempo atribuindo a eles novos significados.

“Dona” Dolores Nicolletti, 51 anos, outra moradora, também apresentou uma avaliação parecida na época em que foi entrevistada, ao valorizar como “*uma grande oportunidade dos moradores ex-funcionários da barragem*” a aquisição das casas.

Natural de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, dona Dolores Nicoletti chegou a Foz do Iguaçu por volta de 1982 para trabalhar na Itaipu. Com uma trajetória ordenada pelo trabalho, ela conta sobre os lugares em que trabalhou e morou:<sup>65</sup>

Então, eu vim do Rio Grande do Sul. Morei um tempo no Paraguai, depois vim direto pra Vila C, daí veio “trabalhá” na “Unicom” e tô aqui até hoje. Daí, trabalhei na “Coahfronteira” (Cooperativa Habitacional da Fronteira). Daí, trabalhei numa escola, no CEBJA, que é o Centro Educacional de Jovens e Adultos. Na escola, trabalhava na secretaria e coordenação. Daí, depois, eu fiz um curso pra trabalhar com empresa de telemarketing, e com esse curso eu consegui “entrá” numa multinacional que é a GVT, que é uma operadora de telefonia, que faz concorrência à Brasil Telecom.<sup>66</sup>

Quando dona Dolores foi contratada pela UNICOM, ela era casada, o que lhe deu o direito de morar na Vila C. Na época, a sua escolaridade de nível médio lhe possibilitou, segundo ela, exercer o cargo de secretária, na popular “Prefeitura”, Centro Administrativo que mantinha as casas da “Vila Operária”.

---

<sup>65</sup> Dolores Nicoletti, nascida em Porto Alegre/RS, 1954, moradora do bairro desde 1982. Entrevista concedida a Rodrigo Paulo de Jesus, outubro de 2005. Dolores foi muito receptiva e demonstrou muita vontade em conceder a entrevista para contar sobre a sua experiência de vida no bairro e de trabalho na Vila C, na época em que a vila ainda era administrada pela entidade Binacional. Em sua narrativa, ela conta a sua trajetória de vida, e os motivos das mudanças de lugares até a chegada em Itaipu, e a sua experiência de trabalho após a sua saída da empreiteira UNICOM.

<sup>66</sup> Dolores Nicoletti, outubro de 2005.

Por ser funcionária de nível médio e trabalhar no setor administrativo, antes de comprar uma casa na Vila C, estava morando no bairro Vila A. Por não ter casa própria e também pela sua eminente saída da empresa no término das obras, quando foi anunciada a venda das moradias, dona Dolores, sem perspectiva de permanecer na empresa, decidiu retornar para a Vila C com a intenção de comprar uma casa.

Lembrando daquele período em que trabalhava na Itaipu, revela os motivos que a levaram a voltar para a Vila C no término das obras:

Eu imaginei que ia “acabá” a empresa que eu trabalhava e não se sabia se ia passa pela Itaipu direto pra vira funcionário definitivo. Eu mesmo providenciei, pra que quando desocupasse uma casa, para gente “voltá” pra Vila C, com a mesma intenção de “comprá”. Porque eu sabia que ia sê vendido, mais não sabia quando. Então, claro que a intenção minha seria em “comprá”, porque eu também não tinha casa, não tinha onde mora!<sup>67</sup>

Como enfatizada, pela entrevistada, a decisão de retornar a Vila C e comprar uma casa foi preventiva, pois, com o término das obras o conjunto da infraestrutura de apoio criado para viabilizar o projeto estava sendo desativado, junto com a política de redução de custo que levou a diminuição do quadro de funcionários, resultando na saída de inúmeros trabalhadores, incluindo Dolores.

Estar trabalhando, na época, no setor de administração da “Vila Operária”, permitiu a dona Dolores saber que as casas seriam vendidas, ainda que não estivesse definida a data exata em que isso ocorresse. Em sua fala, ela conta sobre aquele período:

Então, foi essa intenção que a gente voltou pra Vila C, “morá” na Vila C Nova, na Rua Fortaleza. Lá, ficamos lá, um bom tempo até que tudo isso acabou. Quando tudo isso acabou, que a negociação acabou, que tudo terminou, essa casa foi cedida pra um morador pela própria Cooperativa, e ele “cadastro”, “feiz” tudo os papeis. Só que como estava demorando muito pra acaba esse impasse de negociação, pra termina tudo a negociação, ele se “irritô” e não quis mais vim morar e “acabô” vendendo pra gente. Daí, a gente “compro” dele e veio “morá” aqui. Vendemos a nossa lá, viemos “morá” aqui. Compramos o direito, da mesma forma que os outros. Então, foi assim.<sup>68</sup>

A casa que “dona” Dolores menciona que vendeu é a casa da Vila C Nova, adquirida quando decidiu voltar para o bairro em 1991. A casa em que morava no momento da entrevista era a mesma cujos direitos comprou do morador, que, irritado com a lentidão dos trâmites, deixou a casa, a mesma utilizada como escritório pela COAFRONTTEIRAS.

---

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Dolores Nicoletti, outubro de 2005.

Os motivos da saída daquela casa podem ser estabelecidos pela localização da Vila Velha, que é mais próxima da Avenida Tancredo Neves.

Continuar morando na Vila C, para dona Dolores, foi a oportunidade de adquirir a sua primeira casa própria e perguntada a respeito da permanência do bairro que possibilitou aos ex-trabalhadores comprarem definitivamente as moradias expõe:

Na minha opinião, foi uma grande oportunidade pra todos os moradores que todos os ex-funcionário da barragem pela oportunidade única, muito rara, porque isso quase não acontece nas outras barragens. Porque que teve a sorte de “aproveitá”, muitos souberam a “aproveitá” e tão ai até hoje. Outros desperdiçaram, vendendo e voltaram e tão ai até hoje, tentando “comprá” novamente e não conseguiu mais. Então, acho que o proveito maior foi de quem soube “aproveitá” melhor a oportunidade, “fico” na casa e “procuro” um trabalho em outro lugar, ou até mesmo em Foz e não desperdiçou a chance. E acho que poucos tiveram a oportunidade de ir embora e tê se dado bem. Nem todos que foram tão bem hoje. Muitos voltaram pra Foz na situação pior que imaginava. Então, acho que mais tem aproveitado isso aqui, não vendeu, “fico” e “tá” ai até hoje. E também soube “aproveitá” de quem foi embora e viu que lá fora não deu certo e “compro” de novo e valorizo. Aquilo que muitos desperdiçaram, trocaram. Pro seu pai que veio e “valorizô” e “tá” morando até hoje, “ta” gostando, “ta” se dando bem. Aparentemente, é o que parece. Os filho tudo bem trabalhando, estudando. Eu também. Tão se dando bem e tão ai até hoje. Mas muito, os que pensaram em ir pra outro lugar e se dá melhor, nem todos se deram.<sup>69</sup>

Dona Dolores vê esse processo como uma grande oportunidade, para grande parte não só dos ex-funcionários de Itaipu, bem como aos que vieram e acreditaram no local e adquiriram uma moradia. Com isso ela faz uma relação da aquisição da moradia com o caráter itinerante dos trabalhadores que construíram a barragem e não seguiram a tendência de continuar a migração ou voltar para os lugares de origem.

Ao enfatizar essa relação “dona” Dolores contrapõe a fala presente dos outros trabalhadores ao não reconhecer como um direito adquirido a permanência das casas para os moradores. Ela interpreta a aquisição da casa na Vila C como um “se dar bem”, “aproveitar” e “não desperdiçar” oportunidades. É possível problematizar a forma como narra pautada em outros valores a partir da forma como adquiriu a casa, que é diferente da dos outros trabalhadores. “Dona” Dolores continua casada residindo no bairro e não possui filhos.

No geral, a recomposição da trajetória ocupacional desses trabalhadores é capaz de revelar uma série de elementos que aponta para a importância do trabalho e da moradia em suas vidas. Mais do que isso, é possível identificar, nessas narrativas, outros valores que vão sendo projetados o que torna visível uma experiência social compartilhada.

---

<sup>69</sup> Idem.

Sendo assim, a combinação desses dois fatores foi fundamental, não só para o deslocamento dos trabalhadores, mas contribuiu para que eles permanecessem morando na cidade de Foz do Iguaçu e residindo no conjunto habitacional após a construção da barragem.

Nesse sentido, percebemos como a questão da moradia foi importante para a fixação, em Foz do Iguaçu, desses trabalhadores que saíram dos seus locais de origem, ainda muito jovens, buscando uma oportunidade de vida e de trabalho. Em alguns casos, como os apontados pelos depoentes, na decisão de permanecer e de lutar pelo direito à moradia, comprando a sua casa definitivamente, é possível perceber as várias motivações desses moradores.

Portanto revisitar a memória daqueles que moraram e ainda moram no bairro Vila C, permite também visualizar esses sujeitos que, de uma forma ou de outra, transformaram e ainda transformam aquele local, seja melhorando os seus espaços de moradia bem como, por outros meios, ajudando a tornar esse espaço um lugar melhor.

Sendo assim, ao contrastar as diferentes memórias produzidas em relação ao mesmo processo visualiza-se um campo permeado de conflitos e contradições. Entendo essas memórias produzidas como eixos problematizadores da realidade que são fundamentalmente reflexos de embates de projetos políticos distintos.

Nessa direção, percorrer e entender os lugares em que se processaram as dinâmicas das experiências desses moradores possibilita problematizar como estes moradores atribuem sentidos e significados em morar naquele local, diferentemente da versão atribuída pela Itaipu. Ou seja, nesse lugar é que os moradores projetaram e ainda projetam suas vidas.

Se por um lado, as narrativas dos trabalhadores são de crucial importância para a percepção das tensões, dos lugares e das projeções, por outro lado, reconstituem a dinâmica do processo de constituição da “Vila Operária”, possibilitando situar as narrativas, nesse processo dinâmico do presente. Principalmente percebendo o aprendizado político de ter experimentado morar e continuar morando nesse mesmo local e também percebendo os limites e expansão da atuação política dos moradores frente ao processo de venda das moradias.

Claramente, essa é a proposta do próximo capítulo, recuperar o funcionamento da “Vila Operária”, a natureza da existência do seu projeto, as transformações e as tensões que permearam a construção dos conjuntos habitacionais. Ao trazer esses

elementos à tona fica compreensível examinar como os moradores situaram suas práticas dentro de condições determinadas. E, o principal, como essas condições históricas, nas quais, as experiências foram partilhadas e vividas são capazes de sinalizar os meandros das narrativas e o seu significado político.

Parece-me importante esse exercício para evidenciar os ganhos e as perdas que possibilitam problematizar como os moradores atribuem outras dimensões interpretativas desses processos.

Vista área Vila C – Mapa III



Google Earth (2009)

## CAPÍTULO II

### A constituição da “Vila” para os trabalhadores

No capítulo anterior, através das narrativas de alguns moradores, procurei reconstituir elementos de como eles interpretaram e atribuíram significados de morar no bairro Vila C, narrando a sua experiência de vida naquele local. O peculiar dessa relação foi perceber e problematizar que os sentidos e significados atribuídos de morar no bairro são partes integrantes das condições em que essas experiências se moldaram.

Sendo assim, a discussão que será feita nesse capítulo perpassa, dentre várias questões que vislumbrei como atinente ao processo de constituição do bairro Vila C e o projeto de moradia de Itaipu. Neste sentido, parto do entendimento que a necessidade de construção dos conjuntos habitacionais foi um dos componentes importantes da realização do projeto Itaipu, que se pautou, principalmente, na justificativa da falta de moradias e de estrutura urbana que havia na cidade de Foz do Iguaçu, na década de 1970, para comportar a execução do projeto da barragem de Itaipu.<sup>70</sup>

Nesse sentido, a constituição de novos equipamentos urbanos foi inerente à construção da barragem. E por esse caminho, os conjuntos residenciais dos trabalhadores fizeram parte da infraestrutura de apoio criada para tal fim, que abrangia além das casas, construção de vias de acesso ao canteiro de obras, hospitais, escritórios, escolas, alojamentos para funcionários solteiros, comércio em geral, bancos, enfim, aparelhamentos urbanos diversos vistos inicialmente pela empresa como importantes para execução do projeto.

Além desses fatores, podemos trazer outros elementos para discutir a importância dos conjuntos habitacionais nesse processo. Um deles é o fato de que não

---

<sup>70</sup> (...) a falta de moradias na cidade chegava a ser dramática, sendo que para resolver esse problema, Itaipu, estabeleceu novas formas de assentamento para seus funcionários, que diferencia do restante da cidade. Foram criados os conjuntos residenciais de Itaipu, chamados de vilas “A”, “B” e “C” construídos a partir de 1975 e ocupados a partir de 1977. Ver: **SOTUYO**, Patricia Claudia Godoy. *SEGREGAÇÃO URBANA: ESTUDO DE CASO DAS VILAS DE ITAIPU*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, maio de 1998. p. 69-72

foi apenas uma estrutura criada para suprir a falta de demanda por moradia nas cidades dos dois países, tampouco para atrair os trabalhadores. Mais do que isso, é necessário compreender que o projeto de moradia foi também uma tentativa de viabilizar, de forma consistente, o controle dos trabalhadores dentro e fora do canteiro de obras. Quando avalio essa questão como tentativa e não como fato, procuro reconhecer a existência dos conjuntos habitacionais com essa possibilidade, parcialmente concordando com a perspectiva de outros trabalhos, um dos quais pontua que:

(...). todos os espaços, como o refeitório e campo de futebol, eram estratégias de organização e controle. (...) durante as 24 horas do dia, Itaipu exercia o controle sobre os trabalhadores da usina, através das estratégias de dominação.<sup>71</sup>

Esses elementos levantados pela autora, apesar de não citarem os conjuntos habitacionais, sugerem a menção deles ao enfatizar o tempo de controle da empresa sobre os trabalhadores que incluía, assim, os espaços de moradia. Essa perspectiva da autora, baseada na idéia das relações de poder extraídas do filósofo/historiador Michel Foucault, aponta para o poder disciplinador da empresa em transformar os trabalhadores em corpos dóceis compatíveis aos seus interesses.

A questão da dominação dos trabalhadores a partir da ótica “fábrica e Vila operária” já foi descrita e interpretada de diversas formas pela historiografia. Um dos primeiros pensadores a enfatizar esse processo foi Friedrich Engels, em 1840, em sua obra a “Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”. Nela o autor enfatizava a relação entre o processo de industrialização e os efeitos sociais, econômicos e urbanos produzidos nas cidades industriais inglesas.

As cidades, como Manchester, foram apresentadas dentro de um quadro caótico, além das más condições de vida dos trabalhadores. Concentrações de operários que mantinham um conjunto de laços de dependência com suas fábricas.<sup>72</sup>

Na historiografia brasileira, também aparecem algumas obras que se propuseram a analisar a questão da habitação popular. Algumas delas procuraram enfatizar a moradia operária como um dos lugares privilegiados da extensão da dominação, ou seja, para além da fábrica. Desta forma, a intervenção dos projetos políticos direcionados pela classe burguesa objetivava um esquema de dominação baseado na lógica que a

---

<sup>71</sup> Lima, Ivone Terezinha Carletto: Itaipu: as faces de um Mega projeto de desenvolvimento (1930-1984) - Niterói – 2004. Tese de Doutorado. p. 242.

<sup>72</sup> ENGELS, Friedrich. “A Situação da Classe Operária na Inglaterra.” São Paulo, SP : Global, 1988. p. 66.

historiografia conceituou como pautados na disciplinarização, higienização e, principalmente, na tentativa de desmobilização política da classe trabalhadora.

A obra “Do cabaré ao lar: A Utopia da cidade disciplinar Brasil 1890 – 1930” de Margaret Rago transita, de algum modo, nessa perspectiva. Partindo do princípio de que no começo do século XX no Brasil, nos centros indústrias onde havia grande concentração de trabalhadores, as classes dominantes, materializadas, por vezes, nas ações do poder público, procuravam intervir a partir do pressuposto higienizador sobre a habitação popular.

Munida de conceitos teóricos extraídos do “filósofo-historiador” Michel Foucault, Rago ratifica que os locais de moradia operária eram vistos e apresentados pela classe dominante enquanto principais geradores de moléstias, epidemias, configurando e diagnosticando como um perigo às condições sanitárias e higiênicas da cidade.

Sendo assim, na avaliação de Rago, legitimada no discurso médico sanitarista, o poder público adotou diversas medidas que visavam combater as possibilidades de contágio no meio urbano. Neste projeto, as cidades passaram por diversas reformas, *onde ocuparam-se com a medicalização da cidade, com a desinfecção dos lugares públicos, com a limpeza dos terrenos baldios, com a drenagem dos pântanos, com o alinhamento das ruas, com arborização das praças.*<sup>73</sup>

Além do fator da preocupação sanitarista discutido por Margarete Rago, que apontava a habitação popular como um dos principais focos a serem erradicados, foi possível elencar outros fatores para entender o objetivo dessa intervenção.

Enumero três questões imbricadas a esse processo, tendo em vista que a estratégia da sociedade capitalista consiste na tentativa de dominação do operário dentro e fora da fábrica.

A primeira, já destacada, foi a questão higienizadora. Os médicos higienistas identificaram na moradia operária o foco de propagação das doenças pela cidade e passaram a intervir nesse espaço, no sentido de controlá-lo e desinfetá-lo.

A população pobre trabalhadora, moradora dos cortiços, passou a ser vista como perniciososa, promíscua, sem modos ou hábitos higiênicos, portanto, incapaz de zelar por sua integridade física e moral. Disseminou-se a ideia de que erradicar os cortiços da

---

<sup>73</sup> RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997. A discussão em relação às intervenções públicas para disciplinamento do modo de vida operária no período histórico investigado pela autora, está posta no Capítulo IV – “A desodorização do espaço urbano”. p. 163 à 203.

cidade era o caminho para atingir a saúde, na concepção de que o social era visto como um corpo vivo que deveria ser diagnosticado para identificar os sinais das moléstias e para remediá-lo. Segundo Rago:

O controle global da população pobre da cidade, seja nos lugares públicos, seja no espaço doméstico, por parte destes especialistas se funda na crença generalizada de que a “casa imunda”, o cortiço e a favela constituem focos onde se originam os surtos epidêmicos, os vícios e os sentimentos de revolta. E o mal deve ser extirpado pela raiz.<sup>74</sup>

Nessa perspectiva, a intervenção se dava no âmbito da higiene, com finalidade de combater o foco das doenças, moléstias, epidemias contagiosas que impunha medo ao universo da família burguesa e que instituía uma verdadeira pedagogia totalitária na busca de extirpar o mal pela raiz.<sup>75</sup>

Como consequência e medida preventiva, essa operação possibilitava evitar transtornos e convulsões sociais. Como salienta Maria A. Guzzo Decca, em sua obra "A Vida Fora das Fábricas: Cotidiano Operário em São Paulo 1927/1934", caminhando na mesma perspectiva e atestando que:

(...) a questão da habitação popular era trazida intermitentemente a público pelos prefeitos da cidade, ressaltava-se sua importância vital para o estado, quer pelo lado econômico ou moral. Onde a população operária da cidade de São Paulo era vista como gente de cultura inferior, e estaria potencial e efetivamente predisposta à criminalidade e a revolta.<sup>76</sup>

Na medida em que o proletariado surgia como força social importante na cidade, segundo Decca, configurando ameaça velada ou aberta para ordem constituída, as classes dirigentes e instituições buscavam de inúmeras maneiras um domínio mais direto sobre a vida do operariado.

Nesse sentido, os bairros operários passaram a apresentar-se como uma solução para esse desdobramento, na medida em que as habitações populares identificadas como a casa imunda do pobre, originaram as doenças e as moléstias e, principalmente, a degradação moral, origem de revoltas políticas.

Nessa direção, a intervenção que tentava abranger a vida integral dos trabalhadores abria espaço para a normatização do controle fora do universo da fábrica

<sup>74</sup> Rago, op. cit. p. 164.

<sup>75</sup> A instauração da pedagogia totalitária foi a tentativa de imposição aos trabalhadores, *de novos hábitos: “pretende ensinar-lhes ‘hábitos racionais’, de comer, de vestir-se, de morar ou de divertir-se.* Rago, op. cit. p. 175.

<sup>76</sup> Decca A. Maria Guzzo. In. O Controle do Cotidiano Operário. A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1987. p. 63 – 64.

com o objetivo de fabricar indivíduos produtivos e submissos, segundo o modelo de sociedade idealizada pela burguesia, como aponta Rago:

Ao prometer a construção das vilas operárias como resposta para o problema da saúde da população pobre da cidade, os higienistas abrem caminho para realização da utopia burguesa de fabricação da classe trabalhadora desejada, combinando imperativos econômicos e políticos. Na verdade, muito mais que uma maneira de morar, as vilas representavam a vontade de impor sutilmente um estilo de vida.<sup>76</sup>

Pelo visto, a estratégia consistia não somente em buscar soluções para os problemas urbanos, sob a orientação médico-sanitarista, com reformas físicas no espaço público e intervindo no privado, criando moradias para os trabalhadores para adequá-los aos pressupostos da “sociedade moderna” limpa e higiênica. Mas, a utopia burguesa buscava, acima de tudo, fabricar uma classe trabalhadora afeita aos imperativos do processo de acumulação capitalista.

No entanto, essas políticas de construir moradias operárias não significaram a resolução homogênea dos problemas da habitação popular, pois também não era essa a intenção.<sup>77</sup> A estratégia patronal, sobretudo, estava ligada, como reitera Rago, à:

(...) fixação da força de trabalho ao redor da unidade produtiva neste momento histórico de constituição do mercado livre do país, a construção das vilas operárias permite controlar a economia interna do trabalhador e seu próprio tempo fora da esfera do trabalho, delimitando o espaço em que pode circular.<sup>78</sup>

Nesse sentido, no começo do século XX, a possibilidade das “Vilas Operárias” estava ligada à ideia de fixar em torno das unidades produtivas a força de trabalho que o capital dependia com o objetivo de controlá-las, principalmente, nas categorias mais especializadas.

O terceiro fator incide nas iniciativas de solucionar os problemas da habitação popular com “habitações higiênicas e baratas” que, segundo Maria A. Guzzo Decca, se

<sup>76</sup> Rago, op. cit. p. 177.

<sup>77</sup> Decca, op. cit. p. 59. Essa questão é tratada pela autora que estabelece duas perspectivas em relação a essa problemática, enfatizando porque as “Vilas Operárias” não se generalizaram em São Paulo. Primeiramente, porque esse tipo de empreendimento demandava inversão relativamente alta de capital possível somente aos grandes estabelecimentos industriais, que não eram a maioria no início dos anos 30. Em segundo lugar, porque não houve necessidade premente de fixar os trabalhadores não especializados junto às fábricas e aos locais de trabalho. Geralmente os conjuntos de habitação operária de propriedade das indústrias da cidade de São Paulo eram destinados aos mestres e contramestres.

<sup>78</sup> Rago, op. cit. p. 178.

tornará *um negócio lucrativo tanto para os industriais/senhórios, quanto para as companhias de saneamento*.<sup>79</sup>

Notadamente, nas duas primeiras décadas do século XX, em especial na cidade de São Paulo, tem-se a construção de moradias destinadas à habitação do operariado industrial e urbano que já se configurava como negócio vantajoso e que pode ser entendido sob duas direções.

Na primeira, em que a produção de moradias era feita por companhias construtoras e imobiliárias ou pelos próprios industriais, com o aval do poder público através do limite dos juros que “*faziam dos aluguéis um alto negócio*”.<sup>80</sup> E na segunda, em que a vila operária próxima às fábricas era geralmente destinada ao funcionário mais especializados que “*era necessário reter e controlar junto à produção*”, onde, além das moradias, “*existiam nas vizinhanças da fábrica instalações recreativas e educativas no intuito de preservá-los junto as suas funções*”.<sup>81</sup>

As perspectivas postas por essas duas autoras colocam-me em sintonia com o projeto de moradia operária de Itaipu. Pelo visto, a estratégia capitalista apontada pelas autoras combinava, para além da questão da higienização dos espaços, com a construção das vilas operárias, como elemento suficiente para resolução dos problemas de moradia. Sendo assim, a estratégia para com as “Vilas Operárias” culminava, sobretudo, em disciplinar os trabalhadores, nos locais fora da fábrica, a fixarem as categorias de trabalho mais fundamentais para a empresa, com a proximidade entre moradia e fábrica.

Ao contrastar o projeto de moradia de Itaipu com o conjunto residencial Vila C, dentre as inúmeras especificidades, temos, sobretudo, similaridades em relação à questão da moradia para os trabalhadores.

Assim, podemos elencar várias questões como: a proximidade do conjunto habitacional Vila C em relação ao canteiro de obras, disponibilidade dos serviços públicos, lazer, saúde, educação, etc., sistema de segurança com vigilância interna para controle de horários e de outras práticas consideradas como perturbação ordem, além do controle de entrada e saída.

Antes de abordar os elementos que atinam para a questão do funcionamento da Vila Operária, outras possibilidades analíticas podem ser tomadas com a finalidade de

---

<sup>79</sup> Rago, op. cit. p. 176.

<sup>80</sup> Decca, op. cit. p. 58.

<sup>81</sup> Idem, p. 89.

estender a discussão para a questão não exclusivamente acerca da Vila Operária, mas para a questão da produção de moradia para os trabalhadores. Trata de perceber esse ponto nas relações e enquanto relação e processo: não é simplesmente negar o projeto de controle da classe dominante ou pressupor que as “Vilas Operárias” “representaram a segurança frente aos altos aluguéis pagos em moradias precárias, mas observar que a gama de vantagens a elas atribuídas compensava os aspectos repressivos”. Nesse caso, seria antecipar e tomar como fato dado e negar a possibilidade de novas relações nesse campo de dominação.

Sendo assim, é possível dialogar com um suposto deslocamento analítico, verificado mais precisamente ao longo das décadas de 1980 e 1990, quando um conjunto significativo de pesquisadores dirigiu as suas atenções para as ações e práticas dos diversos agentes sociais no campo e na cidade. Dentro daquilo sugerido por Lúcio Kowarick “(...) Parece-me importante a realização de estudos que reconstituam a história das cidades, focalizando-as enquanto *um espaço social de lutas*”.<sup>82</sup> De acordo com o mesmo autor, pontua-se que:

Já foi dito que não ligação linear entre precariedade de vida nas cidades e as lutas levadas adiante pelos contingentes por ela afetados. Isto porque, malgrado um situação comum de exclusão, elas não só se manifestam de maneira diversa, como também, sobretudo, as experiências acumuladas têm trajetórias e significados totalmente dispares: a recuperação destas experiências de luta, suas articulações e grau de organização mostram a necessidade de estudá-las nos seus micromovimentos, pesquisando situações concretas que aparecem no “calor da hora” e que apontam para impasses e saídas para as quais as condições objetivas constituem, na melhor das hipóteses, apenas um grande pano de fundo.<sup>83</sup>

É significativo que essa abordagem esteja imbuída de uma divergência política e de uma análise dos movimentos sociais urbanos atentos às práticas que fugiam da ordem da contestação, via sindicato fábrica/vila operária, ou que viam na ausência das organizações formais o despreparo político dos trabalhadores. Ao contrário, a sugestão de análise canaliza tomando como pressuposto a pluralidade e as respostas variadas e organizativas que os trabalhadores demandaram durante o período de transição do regime militar no Brasil.

Como exemplo desta perspectiva, José Carlos de Souza, “Na Luta por Moradia”, se propôs a problematizar as ocupações de terra em alguns bairros na cidade de São

---

<sup>82</sup> Kowarick, Lúcio. In. As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo. Kowarick L. (org) As lutas sociais e a cidade. São Paulo: Passado e Presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988. p. 24.

<sup>83</sup> Idem, p. 18.

Paulo no final da década de 1980. Nesse trabalho, reconstitui as experiências vividas e narradas pelos trabalhadores, dimensionando vários aspectos da conquista da moradia e a resignificação das representações a partir da experiência de morar e ocupar lotes urbanos na cidade. Conforme a perspectiva analítica do próprio autor em relação aos movimentos:

O cotidiano dos participantes dos movimentos de ocupação de terras não é uma questão menor, como poder-se-ia supor, reflete as contradições da metrópole da capital, nas suas mais diversas formas, como também revela alguns dos espaços de resistência criados pelas camadas marginalizadas da população humana.<sup>84</sup>

Atentos aos micros movimentos de experiências díspares que se encontram em meio a uma situação comum de problema de moradia, o autor captura as várias formas de estratégia dos movimentos de ocupação de lotes da Zona Leste de São Paulo. Dessa maneira, as experiências desvelam como essa população excluída do acesso à moradia criou espaços variados de resistência contestando, em suas práticas, relações novas de luta frente ao cenário caótico para a população da referida metrópole.

Se nesse trabalho a luta por habitação tratou de movimentos de ocupação de lotes urbanos, por outro lado, a perspectiva dele coloca-me, também, em sintonia com outros que se propuseram analisar nessa mesma direção, tratando da apropriação física de um bairro construído para os trabalhadores e transformado em bairro desses mesmos sujeitos.

Problematizando as lutas operárias em Paulista, especificamente da Companhia Têxtil Paulista, na década de 1950, numa remota “fábrica-vila”, atualmente subúrbio de Recife, o antropólogo José Sérgio Leite Lopes, em sua obra “A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade da Chaminé”, atentou para o desencadeamento de processos que culminaram na apropriação da “Vila Operária” pelos trabalhadores.

Nesse caso, várias especificidades foram tratadas pelo autor, a partir dessa tentativa de dominação fábrica/Vila Operária. Tendo em vista que a “Vila Operária”, segundo o autor, se constituía como um “caso limite” e denominando esse sistema como:

(...)“Sistema Paulista” (...) [o qual] aponta para uma estrutura de relações que se estabelece, no caso da fábrica e da vila operária de Paulista, envolvendo sob um mesmo controle centralizado a produção fabril, o domínio da moradia e da

---

<sup>84</sup> SOUZA, João Carlos Na Luta por Habitação. A construção de novos valores. São Paulo – EDUC/PUC, 1995. p.18.

cidade, a produção agrícola da retaguarda territorial da fábrica e a circulação mercantil dos bens de consumo dos operários sob a forma de uma feira administrada. Além disso, esta estrutura de relações sociais contém a promoção e administração de atividades médicas, religiosas, recreativas, e também uma numerosa milícia particular garantindo o “governo local de fato” da companhia sobre estas múltiplas atividades.<sup>85</sup>

Nessa perspectiva, Leite Lopes estabelece inicialmente como se daria o esquema montado pelo empresariado que visava o alargamento da dominação via fábrica “Vila Operária”. De maneira sintética, esse esquema consubstanciaria uma vila controlada e governada por um poder privado, no caso a própria fábrica, denominada pelo alto como um “*governo local de fato*”.

A partir disso, Leite Lopes, interpretando, no processo, uma apropriação do bairro pelos trabalhadores, busca explicar pontualmente os inúmeros fatores que levaram a essa transformação:

Assim, é o próprio sucesso da vila operária de Paulista, quanto a sua expansão e escala de grandeza, quanto as suas regras e modo de operação, que trazem por outro lado, contradições nascidas no interior de seu desenvolvimento: contradições decorrentes das tendências de transformação de uma vila operária em “cidade” weberiana, produzindo uma diferenciação entre seus agentes sociais, que trazem novos interesses conflitantes com os da companhia: a agudização das contradições entre as regras da fábrica e da vila operária com os seus operários; o choque entre por um lado, a vontade de diversos grupos sociais locais de afirmação político-administrativo da cidade – assim como da constituição das bases materiais para esta afirmação – e por outro lado, o poder efetivo e o governo local de fato tradicional da CTP.<sup>86</sup>

Em resumo, o Sistema Paulista, estaria restrito a uma “Vila Operária” controlada pela empresa com um determinado sucesso do ponto de vista da autoridade e do ajustamento das regras. Por outro lado, o autor identifica que com a expansão física de novos lugares nos arredores da Vila e com a tendência em transformá-la em cidade, o choque entre outros grupos sociais se tornou um dos elementos importantes das contradições que levaram à transformação e contestação do governo local de fato.

Pontualmente, o autor reconstituiu as bases que levaram ao processo de “libertação da cidade”.

O movimento pela “libertação da cidade” em Paulista, surgido de iniciativas parlamentares pelo cumprimento de dispositivo da Constituição Estadual, mas

<sup>85</sup> LEITE LOPES, José Sergio. In. Apresentação. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”*. São Paulo: Marco Zero & Brasília-DF: Editora da UnB em co-edição com MCT/CNPq, 1988. p. 21

<sup>86</sup> LEITE LOPES, José Sergio. In. A “Libertação da cidade” e as lutas pela apropriação da Vila Operária pelos trabalhadores. Op. cit. p. 512.

baseado em conflitos e reivindicações de operários, comerciantes, camponeses, funcionários públicos, sindicalistas e políticos de Paulista, expressa assim às contradições à vila operária da CTP e sua transformação em “cidade”, não somente do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista político, “como uma associação autônoma em algum grau, como um ajuntamento com especiais instituições políticas e administrativas”.<sup>87</sup>

No entanto, é necessário entender que foram as características peculiares que desenrolaram de “*forma mediata e não determinística*” a possibilidade de existência daquele movimento. Essa observação é permitida quando o autor compara as peculiaridades do “Sistema Paulista”, que contribuía para a criação de estreitos laços dos trabalhadores com a companhia, com outras “Vilas Operárias” em Recife, principalmente as das usinas de açúcar que não tinha aquelas características apontadas pelo autor. Como exemplo desses laços diferentes das usinas de açúcar, pode ser destacado a rotatividade de trabalhadores naquelas empresas que não tinham o mesmo vínculo que os empregados da CTP.

Num primeiro momento, a luta pela “libertação da cidade” foi travada pelas iniciativas parlamentares e pelo cumprimento da Constituição Estadual e dos desencontros entre os interesses da companhia e do governo interventor do Estado Novo em Pernambuco, junto com parlamentares e militantes do PCB, durante a década de 1940.

No entanto, conforme Leite Lopes, as disputas também eram tributárias das reivindicações dos trabalhadores e dos estratos sociais que compunham a frente de oposição aos interesses da companhia. Nessa ordem a luta parlamentar pelo cumprimento da Constituição Estadual, “*resultou no surgimento de um “bairro livre”, desde os anos 50 nas imediações dos limites do lado Sul da área da sede municipal*”.<sup>88</sup> Num total de 50 hectares que serviu para o forjamento de uma área livre com comércio, igrejas (proibidas pela CTP), casas de operários demitidos da companhia, deixando intocada a área interna à “Vila Operária”.

A partir do final da década de 1960, parte da propriedade das casas da “Vila Operária” passou para os trabalhadores o que, segundo o autor, foi *resultado da*

---

<sup>87</sup> LEITE LOPES, José Sergio. In. A “Libertação da cidade” e as lutas pela apropriação da Vila Operária pelos trabalhadores. Op. cit. p. 512.

<sup>88</sup> LEITE LOPES, José Sergio. In. A “Libertação da cidade” e as lutas pela apropriação da Vila Operária pelos trabalhadores. Op. cit. p. 541.

*resistência dos operários à “guerra contra os estabilizados” desencadeada pela fábrica após 1964.*<sup>89</sup>

Reconstituindo as lutas dos trabalhadores e articulando com a conjuntura específica de um período denominado pela “modernização” da empresa, o autor problematiza os diversos fatores que contribuíram para o processo que levou a apropriação da vila pelos operários.

Nessa direção e diante de vários acontecimentos, o autor atribui a passagem da propriedade das casas para os trabalhadores, não somente ao “*cumprimento inevitável de uma determinação da empresa em face de uma nova orientação econômica e gerencial*”, diante do que ele chama de “*transbordamento espacial*”<sup>90</sup>, como também ao crescimento do “bairro livre”, ou do desequilíbrio entre o número de empregados e o número de casas tornando parte delas desnecessárias para a empresa.

Esses fatores são importantes, mas, segundo o autor, é necessário relacioná-los “*com a luta cotidiana entre os operários e a empresa – luta silenciosa, pouco espetacular, pouco registrada (...)*”.<sup>91</sup> Tal luta deve ser relacionada àquelas travadas em período anterior a 1964, particularmente nos anos 50 e 60.

Esse período, especialmente, assiste uma ofensiva por parte da empresa em implantar novas formas de produção e gerenciamento, com uma política agressiva de demissão de funcionários estabilizados. O autor recupera, a partir dos depoimentos, processos trabalhistas e inúmeras batalhas judiciais entre os trabalhadores e a CTP.

Nesse período, a empresa, como parte da indenização dos funcionários, acabou por transferir os direitos legais da moradia para os operários. E segundo o autor:

A generalização dos acordos envolvendo as casas é quanto o tanto maior para os operários o acesso à própria casa em que moravam, ou a outra casa da vila operária, é carregado para além do seu valor monetário – de um sentido simbólico e afetivo.<sup>92</sup>

Sendo assim, a “libertação da cidade” se efetiva com a apropriação parcial das moradias pelos trabalhadores, carregadas de significados além da ótica do valor monetário. Um sentido que transformava aquele local no resultado de um processo histórico completo de “*construção*” de uma comunidade operária, que se apropria não

---

<sup>89</sup> Idem, p. 541.

<sup>90</sup> Idem, p. 541.

<sup>91</sup> Idem, p. 542.

<sup>92</sup> LEITE LOPES, José Sergio. In. A “Libertação da cidade” e as lutas pela apropriação da Vila Operária pelos trabalhadores. Op. cit. p. 576.

*somente de uma vila operária de fábrica, mas de sua “civilização” e de suas tradições reinterpretadas, sobre as quais imprime uma história de reivindicações, conflitos e lutas”.*<sup>93</sup>

De forma geral, a partir desses indicativos que oferecem meios não integrais, mas elementos que possibilitam problematizar e relativizar a racionalidade de um projeto de moradia operária, visar-se-ia, por parte do empresariado, o controle dos trabalhadores para além do canteiro de obras.

Nessa perspectiva, recuperar a historicidades do processo inclui perceber onde as experiências sociais dos trabalhadores moradores da Vila C foram vivenciadas.

Ao construir três conjuntos habitacionais, as Vilas A, B e C, que contemplavam as diversas hierarquias de trabalhadores, temos elementos para um projeto de moradia alavancado pela Itaipu, que, supostamente, se alinhava a uma perspectiva de controle e disciplinamento do conjunto daqueles que atuavam na obra, além de expressar uma concepção de sociedade.

Assim, esse projeto pode ser visto a partir de vários desdobramentos: da diferenciação dos conjuntos em termos da qualidade das moradias e dos equipamentos urbanos; da localização dos conjuntos em relação ao canteiro de obras; de um sistema de segurança para os conjuntos; da tentativa de ajustar os trabalhadores às normas e valores da empresa a partir de informativos; e de formas variadas de comunicação entre a empresa e os trabalhadores.

O ano da assinatura do Tratado de Itaipu, que selou o acordo entre os dois países para a construção da barragem, foi 1973. Em maio de 1974 foi criada a Entidade Binacional Itaipu para gerenciar e administrar a construção da usina e o seu posterior funcionamento. As obras civis com as primeiras escavações do canal de desvio foram iniciadas a partir do ano de 1975, conforme expressa o “Resumo do Projeto Itaipu”.<sup>94</sup>

O decreto de desapropriação de terras pelo governo brasileiro para a construção dos conjuntos residenciais foi ratificado no dia 26 novembro do ano de 1974 e publicado no diário oficial no dia seguinte. Neste decreto, determinou-se a:

“delimitação das áreas de terra necessárias à edificação das vilas residenciais para os trabalhadores que executarão serviços de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na forma do Tratado celebrado em 26 de abril de 1973,

---

<sup>93</sup> Idem, p. 576.

<sup>94</sup> Resumo do Projeto Itaipu. Edição atualizada e revisada do Relatório do Projeto Itaipu editado em 1974 pela Comissão Mista Técnica Brasileira-Paraguaiá, 1980.

entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, e as declara de utilidade pública para fins de desapropriação”.<sup>95</sup>

De acordo com esse decreto, não ficavam especificados os critérios de distribuição dos bairros, a localização deles em relação ao canteiro de obras, bem como a qualidade das moradias definida pela hierarquia dos cargos ocupados pelos trabalhadores.

Segundo Patrícia Sotuyo, em termos de números, o total da área desapropriada em Foz do Iguaçu foi de 460 ha. para a formação da Vila A, 115 ha. para a formação da Vila B e 5570 ha. para formação da Vila C, do refúgio biológico e do canteiro de obras.<sup>96</sup>

Mesmo com toda a movimentação em Itaipu, a construção dos conjuntos habitacionais ocorreria somente a partir do segundo semestre do ano de 1975. O primeiro conjunto habitacional construído na margem esquerda (Brasil) foi a Vila A, destinado aos trabalhadores de nível médio casados.

Nesta Vila foi edificado um total de 2.200 unidades residenciais, localizado no lado direito em sentido ao centro de Foz do Iguaçu, partindo da Usina de Itaipu, paralela a BR 277. As casas desse conjunto habitacional a partir do planejamento, segundo a Revista Construção Pesada, deveriam ser de alvenaria. No entanto, no Relatório Anual de 1977 da empresa, surge:

A mudança de critério quanto ao tipo de habitação a adotar, tendo em vista acelerar a disponibilidade em residências para atender a mobilização de pessoal destinado ao Segundo Estágio das Obras Civas; assim optou pela construção de residenciais multifamiliares e pela utilização de casas pré-fabricadas de madeira.<sup>97</sup>

O segundo estágio das obras compreendia o período de maior intensidade, ou seja, a fase de concretagem que mobilizou o maior número de funcionários, com o início da construção da barragem principal. Isso levou a mudança no padrão das

---

<sup>95</sup> Publicado no Diário Oficial 27 de novembro de 1974. Decreto N° 74.972, do dia 26 novembro de 1974.

<sup>96</sup> De acordo com Sotuyo: “*dados da própria Diretoria Jurídica de Itaipu, revelam o numero de desapropriação da área em questão foi de 1547, que somavam uma área total de 24.599,95 há, onde moravam mais de 5600 pessoas. Isso significava 23,22% da área total da cidade, o que difere muito com dos dados colhidos na prefeitura*”. Ver: SOTUYO, Patricia Claudia Godoy. *SEGREGAÇÃO URBANA: ESTUDO DE CASO DAS VILAS DE ITAIPU*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, maio de 1998. p. 69-72

<sup>97</sup> Relatório Anual 1977 – Itaipu Binacional.

moradias, sendo na Vila C residências multifamiliares e na Vila A<sup>98</sup>, localizada na direção leste da Avenida Tancredo Neves, casas ao fundo construídas de madeira pré-fabricadas.<sup>99</sup>

Em 1977, ficaram prontas as primeiras 1.300 moradias destinadas aos operários casados na Vila C, erguidas na área prioritária da usina, que ganhou o nome de Vila C “Velha”. Naquele mesmo ano, foram completadas 80 casas na Vila B, destinadas ao pessoal de nível superior. Depois de completa, a Vila B chegou ao limite de 221 casas de 152 a 298 metros quadrados cada, compondo um cenário de 17 diferentes tipos de moradia.<sup>100</sup>

Posteriormente, em 1978, foi concluída a segunda parte do bairro Vila C, sendo essa chamada de Vila C “Nova”<sup>101</sup>, onde foram construídas em torno de 1.600 moradias, no mesmo padrão da Vila C Velha.

Notadamente o bairro dos operários foi edificado na fase em que a construção da usina abrangia maior número de trabalhadores, período este caracterizado pelo maior volume de concreto lançado (1978 a 1982) e época em que a barragem principal e o vertedouro estavam sendo levantados, como pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro I

ANO	ITAIPU BINACIONAL	SERVIÇOS DE TERCEIROS (Firmas empreiteiras)				SUBTOTAL	RELAÇÃO EMPREGADOS ITAIPU/SERV. TERCEIROS	SOMA
		UNICOM (1)	CONEMPA (2)	ITAMON (03)	OUTROS (4)			
1974	596	-	-	-	-	-	596	
1975	1.188	-	-	-	4.549	4.549	1/4	5.737
1976	1401	5.949	1.402	-	4.654	12.005	1/9	13.406
1977	1625	12.975	4.499	-	3.386	20.860	1/12	22.485

<sup>98</sup> Para a Vila A foram enviados funcionários de nível médio, para 2.094 unidades que possuem de 72 a 160 metros quadrados. Essas diferenças dos metros quadrados das casas refletem uma realidade de 17 modelos de casas diferentes nesse conjunto. Jornal Canal de Aproximação, outubro de 1989. p. 11.

<sup>99</sup> Todos os conjuntos residenciais da margem direita, Vila A, B e C, foram construídos com financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

<sup>100</sup> A informação da metragem das casas da Vila B foi retirada de um site com o nome licitação, que através de uma matéria com o título “Itaipu vende vila erguida para empregados”, tratava das especificações do processo licitatório de vendas das moradias desse conjunto em 2005. <http://licitacao.uol.com.br/notdescricao.asp?cod=1340>

<sup>101</sup> Revista Construção Pesada, Editora Técnica ano 7 – Nº 82, Novembro de 1977. p. 04.

1978	1891	19.000	7.266	-	3.161	29.427	1/16	31.318
1979	2.014	17.147	5.792	-	1.651	24.590	1/12	26.604
1980	2.032	17.112	4.551	-	1.063	22.726	1/11	24.758
1981	2.008	20.496	3.399	1.324	689	25.908	1/13	27.916
1982	2.081	12.548	2.945	1.336	311	17.140	1/8	19.221
1983	2.175	6.093	1.261	2.694	232	10.280	1/5	12.455
1984	2.242	4.846	1.229	1.793	197	8.065	¼	10.307

(1) União de Construtoras LTDA (2) Consórcio de Empresas Construtoras Paraguaianas (3) Consórcio de Empresas Montadoras (4) Firms ligadas a obra de infra-estrutura

(FONTE: Relatório Anual – 1984 – Itaipu Binacional)

Avalio que Itaipu alicerçou os seus projetos de moradia e a definição da qualidade dos bairros por categoria dentro de um plano de segregação de acordo com a valorização dos cargos ocupados na empresa, tanto na própria Itaipu, bem como nas empreiteiras.

Desde os refeitórios destinados aos trabalhadores, os alojamentos, a disposição das moradias, se tornaram uma forma efetiva de separar os operários braçais, nas mais diversas categorias, dos chamados trabalhadores mais graduados.

Colaborava para esta segregação o fato de que cada um dos conjuntos habitacionais tinha uma estrutura própria, com centros recreativos, quadras de esporte, templo de culto ecumênico, centro comercial e ambulatório, além da instalação de colégios.

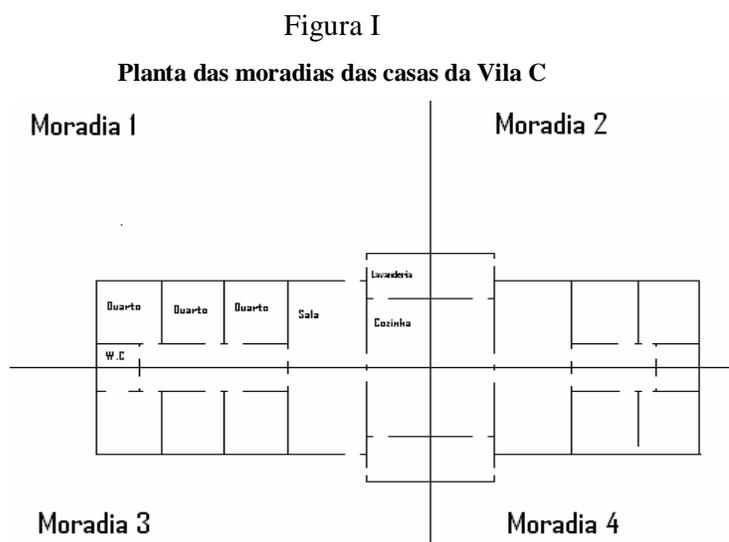
A área destinada ao conjunto habitacional C era coberta por uma densa floresta nativa, que para a construção das casas teve grande parte das suas árvores derrubadas, como denotou seu Valtzar que chegou a trabalhar na limpeza do local para a construção das casas. *“Não a Vila C era um mato, eu ajudei a limpa e faze isso aqui. O trato derrubava, nós juntava e levava lá pra baxo, fizemo uma limpeza aqui pra depois vim a construção da vila”*.<sup>102</sup>

Coube às empreiteiras paraguaianas a construção das casas, pois, ao assinarem o contrato, estavam com a responsabilidade de cumprir com os padrões estabelecidos pelo projeto de moradia da Itaipu, desde formato dos forros, dos tanques e vasos sanitários, até a colocação das torneiras.

As casas eram dispostas num compartimento que era subdividido em quatro residências (figura 1). Ou seja, as casas eram de “parede meia”, na linguagem dos

<sup>102</sup> Valdizar Luiz da Silva, janeiro de 2008.

próprios moradores, feitas em alvenaria (blocos de concreto) e armação de ferro, com cobertura de zinco.



Para a “dona” Elza, a grande dificuldade de adaptação inicialmente, além do clima, eram essas condições “peculiares” de moradia. Mesmo proveniente da região centro-oeste do país, de clima tropical, ela falou sobre as casas naquela época, referindo-se ao calor:

Só que o calor, esse zinco ae, dá um calor que “Deus'ulivre”, né? Mas chover dentro não. A moradia era uma beleza, por causa disso que eu gosto muito daqui, eu adoro aqui.<sup>103</sup>

Essa fala expressou uma das dificuldades dos trabalhadores em se adaptarem frente ao calor excessivo, mesmo para aqueles provenientes de outras regiões do país onde a temperatura também era elevada, já que, além do clima, os fatores “arquitetônicos” da casa colaboravam para essa dificuldade, como a ausência de área coberta em frente a casa, pouca circulação de ar no interior das moradias, forro de isopor, cobertura de zinco e falta de árvores, que diminuiriam a insolação.

No mesmo compartimento que abarcava quatro residências, havia duas casas com três quartos e mais duas com dois quartos, além de uma sala, cozinha e uma área semiaberta destinada à lavanderia. Um dos critérios para a ocupação das casas, fossem elas de dois ou três quartos, era a quantidade de pessoas na família.

A utilização de materiais mais simples estava relacionada a um dos pontos

<sup>103</sup> Elza Soares, dezembro de 2008.

fundamentais da função do bairro na estrutura de apoio, tendo e vista que o bairro seria provisório na concepção original, devendo ser desmontado quando concluído o projeto de construção da barragem de Itaipu.<sup>104</sup>

Pela distribuição do lugar das Vilas, junto também com a estética das casas e com a infraestrutura gerada para elas, a Vila C tinha um caráter mais rudimentar, com materiais com vida útil reduzida a 10 anos. Além disso, estava mais próxima da Usina e era prioritária<sup>105</sup> (ver mapa 3, capítulo II). Esta localização, por certo, visava facilitar o deslocamento dos trabalhadores destas vilas, considerando inclusive serem os mais numéricos na obra.

Os equipamentos urbanos destinados aos trabalhadores moradores dos conjuntos habitacionais também foram elementos que diferenciaram as estruturas nos bairros. No plano educacional, foram construídos, na margem direita do Rio Paraná (Brasil), dois colégios que ofereciam ensino básico para os filhos dos trabalhadores, sendo que um ficava na Vila C, destinado aos filhos dos peões, e outro na Vila A, exclusivo para os filhos dos funcionários dos outros dois bairros.

Ambas as estruturas educacionais montadas no bairro faziam parte de uma concessão para uma rede privada de ensino do Rio de Janeiro, o Colégio Anglo Americano. E na documentação consultada não houve especificação de processo licitatório para a escolha desse grupo educacional privado.

As construções tinham aspectos diferenciados em relação à própria estrutura física do espaço, na Vila A, por exemplo, o colégio fora construído de alvenaria, e na Vila C a construção era de madeira pré-moldada, levando em conta, também, o seu desmonte no final da obra, a exemplo do que aconteceria com as casas.

A partir da Revista Construção Pesada<sup>106</sup> têm-se elementos que apontam para outras distinções:

O Colégio (Anglo Americano da Vila A) começou a funcionar no início do ano letivo de 1976 e atende hoje cerca de 3.000 alunos, com cursos que vão desde os Jardins (1 e 2) até o 2º Ciclo completo. O Colégio está sendo implantado no Conjunto Habitacional A e foi dimensionado para atender 5.000 alunos. Dos 3.000 atuais, 78% são filhos de funcionários da Unicom e de Itaipu e os 22%

---

<sup>104</sup> Revista Construção Pesada, Editora Técnica ano 7 – Nº 82, Novembro de 1977. p. 04

<sup>105</sup> Prioritária no sentido da proximidade que a Vila tinha do canteiro de obras, sendo que a última parte do bairro construído depois, localizada na parte norte, conhecida como Vila Nova, fica próxima ao lago de Itaipu e ao Refúgio Biológico Bela Vista.

<sup>106</sup> A **Revista Construção Pesada** é vinculada à área técnica de construções e engenharia que abordava a edificação da barragem de Itaipu. A primeira edição foi publicada em novembro de 1977 e trazia uma série de detalhes do projeto técnico, bem como das projeções da estrutura de apoio.

restantes das vagas foram preenchidas por alunos de Foz do Iguaçu. Em 1978 entrará em operação outra unidade do Colégio, que será implantada no Conjunto C e terá capacidade para 2.500 alunos. No ano seguinte, 1979, será implantada no mesmo Conjunto uma outra unidade, com a mesma capacidade. O objetivo é oferecer vagas para 10.000 alunos no pique da obra, estimado para 1980. Em termos de processo de ensino, o grande problema enfrentado é o de atender à rotatividade e a procedência heterogênea dos alunos, oriundos de todos os Estados e de alguns países. Por isso mesmo é dada grande ênfase às atividades extra-classe, principalmente de adaptação do aluno, através de aulas de reforço ministradas fora do horário normal. A rotatividade é outro problema sério. Sabe-se que o Colégio não poderá formar completamente o aluno, desde o início do 1º ciclo até o final do 2º. E, por outro lado, que ele deve atender, a qualquer momento, o aluno que chega a obra. Inclusive, como o Colégio tem o curso dos Jardins 1e 2, é necessário cuidar para que o aluno não chegue ao 1º ano primário alfabetizado o que romperia o equilíbrio perante os alunos recém matriculados nessa série. Esse problema, alias, deverá agravar-se nas unidades escolares do Conjunto C pela heterogeneidade de procedência dos alunos, para que Itaipu está fazendo sérios esforços no sentido de criar ali uma classe pré-alfabetização.<sup>107</sup>

Os elementos explicitados acima apontam para aspectos peculiares da implantação do projeto educacional de Itaipu para os trabalhadores.

Chama a atenção inicialmente que, mesmo não sendo um veículo de comunicação ligado propriamente a Assessoria de Comunicação Social da Itaipu ou da Unicom, a revista em questão dispunha de uma série de informações oficiais voltadas para um público específico, no caso engenheiros, técnicos e trabalhadores braçais.

Nestas informações, aparece uma preocupação não só com a demanda alta de alunos, mas também quanto às providências a serem tomadas, notadamente tendo em vista a identificação que eles fazem da rotatividade dos alunos, a maioria vinda de outras regiões do país.

Neste caso ainda da rotatividade, para a revista demandava maior cuidado os filhos dos trabalhadores da Vila C, reconhecendo a dinâmica itinerante que a vida destes trabalhadores assumia e que acarretaria em problemas de alfabetização nas crianças, decorrendo desta avaliação preliminar à formação de classe pré-alfabetização. Os trabalhadores falaram pouco da estrutura educacional que estava disponibilizada, mas há opiniões comuns em relação a qualidade. “Dona” Cida ao falar dos filhos, dos quais três nasceram na época da construção da barragem, falou também sobre o Colégio:

Eu tive em 78, maio de 78 o primeiro nasceu. Quando eu vim morar aqui, veio o primeiro. Aí tivera aí, em fevereiro eles tava construindo né? Também o colégio. Que ainda hoje ainda é, e você deve ter estudado, o colégio do Anglo Americano, que já tinha lá na Vila A. E construíram aqui, construíram em fevereiro. Aquelas famílias já tinham crianças em idades escolares, elas passaram a estudar. Que era só do “prézinho” até oitava série que começou.

<sup>107</sup> Revista Construção Pesada, Novembro de 1977 – p. 179.

Então aquelas famílias que tinham filhos já pra fazer segundo grau, esses tinham um ônibus que a Itaipu fornecia que levava no Anglo Americano lá na Vila A. E aos poucos foi tendo as outras séries também né? Os meus quando chegaram na idade estudaram, fizeram o “prézinho” aqui, até começarem no jardim um, com três anos, ele. E ficou...ele ficou até quinta série, e ela ficou até a sétima, foi quando o Anglo Americano saiu daqui e passou a ficar só lá (Vila A). E aqui passou a ser do município, aí eles passaram a estudar no Anglo da Vila A.<sup>108</sup>

Ao falar do nascimento dos filhos, “dona” Cida cita com exatidão as datas da experiência destes como estudantes do Colégio Anglo Americano. A lembrança dela não especifica elementos em relação àqueles mencionados no documento anterior, mas aponta algumas especificidades do ensino oferecido no bairro que compreendia até 8º série (atualmente conforme a LDB – Ensino Fundamental séries finais), e que o 2º grau (Ensino Médio) era disponibilizado apenas na Vila A. “Dona” Elza também falou sobre essa questão ao ser perguntada a respeito do lazer e da educação:

Os professor dela, ela estudou um ano no Anglo Americano. Só um ano lá, porque era o primeiro ano né? Mas o resto ela estudou tudo aqui, e os professor ia em casa pedi pro João, o professor Marco, Juares, né? Tudo era professor dela, né? Ia lá pedir pra deixar fazer os invento que ela queria, né? Porque ela gostava muito, tinha que mostrar sabe? Então ele vinha e pedia, o João não deixava. Agora ela tá com 39 anos, vai fazer 39 dia 3 de janeiro.<sup>109</sup>

Conforme a depoente, a sua única filha chegou estudar um ano no Colégio Anglo Americano da Vila A, pois nessa época não estava acabada a Escola da Vila C. Em sua fala projeta algumas lembranças até mesmo do nome do professor e dos seus “inventos” que o levaram até a casa dela para pedir a participação da menina e, ainda, que este foi barrado pela desconfiança de seu marido.

Para atender à demanda de saúde dos moradores dos conjuntos habitacionais foi construído, na área de domínio da Itaipu Binacional, um hospital localizado na Vila A.

Concluída a construção em 1978, este hospital tinha uma estrutura constituída de 174 leitos e era relativamente completo com obstetrícia, maternidade, centro cirúrgico, pronto-socorro, etc.<sup>110</sup> Antes da data da inauguração, a Itaipu tinha um convênio com um hospital da cidade, no qual, como mencionou em entrevista, “dona” Elza chegou a ser operada:

<sup>108</sup> Aparecida Ribeiro da Silva, dezembro de 2008.

<sup>109</sup> Elza Soares, dezembro de 2008.

<sup>110</sup> Com 11.500 metros quadrados de área construída, antes da inauguração das novas unidades, o hospital foi planejado para ter 174 leitos, no sistema de enfermaria com quatro leitos. Entre 1980 e 1982 chegou a atingir uma taxa de ocupação média de 90%. Hoje, o Costa Cavalcanti é a garantia de pronto-atendimento e atendimento hospitalar de alta complexidade para toda a população de Foz do Iguaçu e região. Conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS), o hospital conta com 200 leitos, 120 para usuários do SUS e 80 para particulares e convênios. <http://www.itaipu.gov.br/?q=node/180>.

Ah, a saúde era muito bom! Vou te contar, tinha médico “bão”. . . e cresceu aqui, dentro de 7 mês cresceu aqui, e não podia nem “óia” pra trás. E fui operar . Fui operada lá no Internacional. Era convênio, eles tinha o convênio, fui operada lá. Doutor José Antônio que me opero.<sup>111</sup>

A alta demanda de pacientes, entretanto, obrigou a Itaipu a construir uma estrutura própria hospitalar mais ampla em relação àquela disponível na cidade.

Quadro II

Exercício			
Natureza	1977	1978	1979
Consultas	135.537	364.575	480.500
Exames diversos	50.131	124.549	270.091
Procedimentos paramédicos	154.968	574.894	795.233
Imunizações	22.948	76.870	86.142
Odontologia	18.504	76.865	164.221
Internações	2.263	7.137	7.431

Relatório Anual 1979 – Itaipu Binacional

Como pode ser verificado nos dados dessa tabela e fazendo um comparativo que demonstra a evolução do número de pacientes atendidos pelo convênio e pelo Hospital de Itaipu, a partir de 1978, observa-se que em dois anos mais do que triplicou a quantidade de pessoas atendidas.

Na Vila C por outro lado, foi construído um ambulatório médico conhecido como Madeirão. O ambulatório fora construído para sanar as necessidades de atendimento médico dos moradores em relação a tratamentos mais complexos como, por exemplo, cirurgias, ou outras complicações, não havendo a necessidade de deslocamento até a Vila A para atendimento médico.<sup>112</sup>

Com uma construção de madeira pré-fabricada o ambulatório tinha as mesmas características do prédio do colégio no bairro, de madeira, daí o apelido “Madeirão”. Nessa passagem da Revista Construção Pesada, outras questões podem ser extraídas para questionar os interesses da Itaipu em desenvolver um plano na área da saúde:

Situações similares às do setor educacional ocorrem na área de saúde. O problema principal é o fluxo populacional heterogêneo para uma região específica. Junte-se a isso o fato de que a mão de obra mais significativa é não qualificada, oriunda das classes menos favorecidas, com grande incidência de doenças endêmicas de características locais e/ou generalizadas. Junte-se a isso o fato de quem em Foz do

<sup>111</sup> Elza Soares, dezembro de 2008.

<sup>112</sup> “Dona” Cida enfatizou em sua entrevista a importância do atendimento médico disponibilizado no Madeirão, onde os trabalhadores não precisavam se deslocar até o Hospital de Itaipu na Vila A para consulta médica. Aparecida Ribeiro da Silva, dezembro de 2008.

Iguaçu já se apresentava insuficiente, o que tornou o apoio e complementação fornecidos por Itaipu absolutamente necessário, tanto em termos de medicina preventiva como curativa.<sup>113</sup>

Como visto, o desenvolvimento de uma estruturação na área da saúde perpassava o suprimento da falta de um item que era insuficiente numa cidade como Foz do Iguaçu, em meados da década de 1970.

É possível identificar também que a justificativa do desenvolvimento de um plano naquela área evidenciou a forma como era vista a heterogeneidade dos trabalhadores que se dispuseram a vir trabalhar na obra, principalmente, dos operários. Portanto, desenvolver um plano nesse setor abrangia além da “medicina curativa” a “preventiva”, que sugeriria campanhas com o objetivo de instruir os trabalhadores vistos, a partir daí, como portadores de “doenças endêmicas” que precisavam ser combatidas.

Como enfatizado anteriormente, a concepção norteadora da estrutura montada para os trabalhadores era baseada em uma noção segregadora que tipificava os trabalhadores conforme a sua posição na hierarquia dos cargos ocupados.

A administração e manutenção dos conjuntos residenciais de Itaipu estavam subordinadas ao Departamento de Relações Industriais da Unicom, que estava encarregado da distribuição e conservação das casas para dispor aos empregados das empreiteiras e da Itaipu.

Na Vila C, a sede da manutenção do bairro, chamada popularmente de “prefeitura”, estava localizada entre as ruas Sapucaí e Andradina, onde se concentrava o setor de trabalhadores responsáveis pela manutenção das casas.

Esse departamento tinha a responsabilidade da conservação do caráter da vila, em relação à rede de água e sua distribuição, energia elétrica, reformas em geral, áreas de lazer etc., zelando pelo estado perfeito das moradias, segundo o padrão original das casas em relação à estrutura física, encanamento, instalação elétrica, etc.<sup>114</sup>

Os moradores não tinham o direito de alterar qualquer parte da instalação nas casas, pois, todo o tipo de alteração ou reforma deveria ser realizado apenas por aquele

---

<sup>113</sup> Na sequência desse texto, a menção de jornais que eram editados dentro dos Conjuntos Habitacionais, o “Vilão”, na margem esquerda (Brasil) e o “Esperanza” na margem direita (Paraguai), e que tinham espaço reservado em suas edições bimensais para artigos sobre saúde, escritos por médicos da equipe de Itaipu. Revista Construção Pesada. Novembro de 1977 – p. 179.

<sup>114</sup> A manutenção era feita por um grupo de trabalhadores empregados na Unicom. Eram em torno de 40 funcionários que faziam a manutenção nas casas na Vila C e na área 6 no Paraguai, além de 5 funcionários no departamento, como secretárias, etc. Dolores Nicoletti, outubro de 2005.

departamento, composto por trabalhadores da Unicom, responsáveis pela conservação da Vila C e da Área 6 no Paraguai.

Perguntado sobre a possibilidade de fazer alterações nas moradias, “seu” Ramos expôs que:

Não, alteração essas coisas, isso tudo se surgisse alguma coisa tinha reclamação, né? O povo reclamava. Principalmente no lugar que eu morava nunca teve isso aí. Mas, sempre tinha reclamação. Então, não podia alteração, essas coisas, uns com sonzinho mais elevado. Então, quando passava “dus” limite eles prendia o som.<sup>115</sup>

Portanto, qualquer necessidade de reforma na casa, mesmo uma simples troca de chuveiro ou problemas nas condições de moradia, era levada pelo morador a esse departamento, que, então, fazia a manutenção.

Na fala de “seu” Ramos, ficam evidenciadas outras questões da vigilância não só em termos de reforma do imóvel, mas também na preocupação com os horários e sons mais elevados, em relação a festas, churrascos e músicas.

Ao ocupar a moradia, o trabalhador assinava um termo de compromisso, denominado “Instrumento de Permissão de Uso”, autorizando o morador a utilizar o imóvel. Nele estavam especificadas nove cláusulas que definiam as condições da ocupação pelo trabalhador.

A primeira fazia referência:

“a utilização da moradia em fins residenciais, do usuário e aos seus dependentes, bem como ceder o seu uso, a qualquer título, a terceiros sem vinculações com a Entidade, não se transferindo a herdeiros ou sucessores”.<sup>116</sup>

“Seu” Valdizar, quando perguntado a respeito desse regulamento, conta que até a visitação de parentes ou amigos ao morador era constantemente vigiada pela empresa, estabelecendo-se um prazo para os dias da visitação.<sup>117</sup> A visitação era feita com um aviso prévio, no qual o morador informava os dados da visita, quantas pessoas eram, se eram parentes ou não, quantos dias ficariam hospedados na casa do trabalhador, etc.

Contribuía para esse controle o fato da vila ser isolada com cercas de arame farpado e muros, além de haver, na entrada da vila, uma cancela com segurança 24 horas que controlava a entrada e saída dos moradores e de qualquer visitação.

---

<sup>115</sup> José Ramos, fevereiro de 2008.

<sup>116</sup> Embora o documento consultado seja de 1983, ele já era prática desde o início da Vila em 1977. Instrumento de Permissão de Uso. Nº 1461/83. DA/ACH. Itaipu Binacional. Foz do Iguaçu, 29 de julho de 1983.

<sup>117</sup> Valdizar Luiz da Silva, janeiro de 2008.

Outro fator importante, em relação às cláusulas, era o de que a disponibilização da moradia para o trabalhador não era uma concessão inteiramente livre de custos, já que a terceira cláusula do contrato responsabilizava o morador pelo pagamento das tarifas que correspondiam ao seu consumo domiciliar de luz, água, telefone e esgotos, e que eram descontadas na folha de pagamento do trabalhador. Apesar de mencionado o serviço de telefone e incluso no desconto, não havia linha telefônica nas casas, nem tampouco instalações para esse fim.

A quarta cláusula fazia referência às perdas e danos decorrentes da utilização do imóvel, sendo que o morador responderia civilmente por todos os prejuízos, cabendo uma indenização à Itaipu por eventuais estragos. Somente os desgastes avaliados pela fiscalização da entidade quando o morador desocupava a casa, como a pintura, estavam livres de indenização.

Através dessas cláusulas, a empresa tentava fechar um cerco contra o morador/trabalhador, impedindo-o de usar o imóvel segundo as suas próprias vontades, fosse para alterar o imóvel ou adotar novas regras que escapassem das formas de controle da empresa para além do canteiro de obras, ou seja, em sua própria moradia.

Nesse sentido, a empresa procurava criar e manter padrões de utilização das casas e da vila, de higiene, de vida para esses trabalhadores, buscando homogeneizar além do seu trabalho, a sua vida social.

A segurança de Itaipu nos conjuntos habitacionais transcendia a vigilância da ordem nos espaços “públicos”, que transitavam os moradores, mas consistia também num aparelho de vigilância privada.

Em abril de 1982, uma matéria circulada no Jornal Nosso Tempo, com o título “Itaipu Repressão Sexual na Vila C”, enfocava a questão da segurança, e destacava a atuação desse aparelho na tentativa de coação dos moradores por parte da Itaipu:

Um verdadeiro gueto onde vivem aproximadamente quatro mil famílias. Esta é a definição da Vila C de Itaipu, um conjunto residencial construído precariamente para abrigar os operários da hidrelétrica de Itaipu. Em cada unidade moram quatro famílias. As casas são padronizadas, com 2 quartos, sala cozinha e banheiro. O destino desse conjunto é o seu desmantelamento depois de terminada as obras. Fontes da alta direção de Itaipu dizem que destruição da Vila C é por motivo de segurança, pois a existência de um conjunto operário nas proximidades da usina representaria um “risco de segurança”.

Esta concentração de quase quinze mil pessoas vive dominada pelo medo, coagida por uma série de regras que “disciplinam” desde o relacionamento entre os vizinhos até a vida sexual dos moradores. Para atender os diversos problemas e exercer um férreo controle sobre o comportamento dos operários, estão duas assistentes sociais, vinculadas à Unicom. Suas funções seriam a princípio assistir as famílias e

encaminhar os problemas aos departamentos que lhe dariam solução. Entretanto, entre os moradores correram diversos comentários, feitos num clima de medo de que o objetivo deste trabalho tido como assistencial seria o de exercer controle do comportamento não só individual como coletivo. O serviço social da Unicom está estreitamente ligado ao setor de segurança da obra.<sup>118</sup>

A parte inicial do texto explicita de alguma forma a contundência desse veículo de comunicação ao fazer um panorama geral das características segregacionistas da Vila Operária, notadamente, descrita como um gueto. O Jornal Nosso Tempo, foi um veículo de comunicação criado em 1981, por um grupo de jornalistas ligados a partidos de oposição ao regime militar na qual teve uma atuação política considerável na cidade e região, durante a década de 1980.<sup>119</sup>

O conjunto dessas denúncias serviu para compor o perfil editorial dos jornalistas, que tinham ligações com grupos políticos locais contra a nomeação dos prefeitos “biônicos” em Foz do Iguaçu, cidade considerada área de Segurança Nacional durante o Regime Militar, e trazer à tona, em partes, os mecanismos de segurança criados para assegurar a ordem nos conjuntos habitacionais.

Para sustentar essas afirmações, o jornal se embasava numa série de depoimentos de trabalhadores que denunciavam o sistema de coação exercido pelo departamento de serviço social que tinha a função de intervir e mediar às relações entre os trabalhadores/moradores.

Apesar dessa sustentação com depoimentos de trabalhadores, o jornal adotava uma perspectiva sensacionalista na forma como abordava esses temas, como pôde ser identificado nesses trechos que foram retirados da matéria. Exemplo disso foi a forma como atribuiu noções generalizantes para compor e construir o fato (conjunto precário,

---

<sup>118</sup> Jornal Nosso Tempo, 29 de abril de 1982.

<sup>119</sup> O Jornal Nosso Tempo era editado por dois jornalistas que ficaram marcados na luta que ambos tiveram contra a ditadura militar (1964 – 1985). O primeiro deles, Aluizio Palmar, que em sua juventude estudou Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense e que, devido à sua militância revolucionária, foi preso e banido do país. Autor do livro “Onde vocês enterraram nossos mortos”, no começo da década de 1970, na prisão chegou a ser torturado, reconquistou a liberdade com o sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher pelo grupo Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O segundo editor Juvêncio Mazarollo, dono do Jornal, teve também sua trajetória de vida marcada pela luta contra a ditadura militar. Escritor do livro “Taipa da injustiça”, em parceria com a CPT, no começo da década de 1980, procurou denunciar o processo de desapropriação dos agricultores atingidos pelo lago de Itaipu. Foi o último preso político da ditadura militar no Brasil, condenado pelo crime de opinião, chegou a ficar dezoito meses na prisão em Curitiba entre 1981 e 1982. O Jornal Nosso Tempo entrou em circulação em janeiro de 1981 e se extinguiu mais precisamente no ano de 1992, tendo o seu final coincidido com o fim da construção de Itaipu (1991) e com a era Collor.

quinze mil pessoas dominadas pelo medo, além da menção da existência de apenas duas assistentes sociais).

As assistentes sociais mencionadas exerciam atividades através do Centro Comunitário, ou seja, um espaço construído com o objetivo de fornecer inúmeras recreações voltadas para os moradores da Vila.

Os moradores entrevistados falam desse sistema de coação que impossibilitava uma relação mais “livre” entre a própria família, mas de forma variada. “Dona” Cida, por exemplo, quando levada a narrar sobre a convivência dos moradores na “Vila Operária”, argumentou que:

A convivência era pacífica, tinha das. . . o tom era isso aí mesmo. Mas, tinha aquelas pessoas em algumas pavilhão desses, sempre tem alguns que não são muito bons pra se comunicar com outras pessoas. Então, era pacífico, era tudo unido, não tinha cerca, não tinha nada. Ninguém tinha individualidade nenhuma. E aí quando alguns vizinhos com outros, se desentendessem, chegava até o centro assistente social da Itaipu, aí eles resolviam o problema. Se não entrasse em um entendimento dependendo da desavença, ambos iam pra rua. Então eram mandados embora. Então pra evitar que isso acontecesse, tinham que aturar uns aos outros quem não gostava muito um do outro né? E tinha aquele problema do barulho.

**Aqui vocês tiveram algum problema?**

Nós não. Nós não tivemos não. Todos os vizinho que entrou, sempre foi bom, né? Nós também nunca somos de criar casos com ninguém. Eu sempre digo: “*Eu tô aqui na minha casa, ninguém vem bater na minha porta pra me incomodar. Eu faço o que eu quero e os outros podem quebrar o pau por lá que eu não vou atrás, não vou me incomodar*”. Então, era mais ou menos assim. Problemas a gente sempre vê, se incomoda, mais se você não vai atrás pra criar mais caso, né? Então, fica por isso mesmo.<sup>120</sup>

“Dona” Cida procurou descrever a sua experiência na convivência com os moradores do bairro, apontando como pacífica uma relação que considerava como união pela ausência física das casas dispostas de modo individual. Tomando como parâmetro para lembrar dessa época o presente e a forma como está disposta a situação do bairro atualmente. Por outro lado, revela que essa união era forjada [*tinha que aturar um ao outro*], pois as desavenças poderiam resultar em demissão, caso a própria assistência social da empresa que mediava os conflitos não resolvesse o problema. Embora destaque que as relações não eram totalmente harmônicas, de algum modo expõe que a sua experiência na convivência com os outros vizinhos foi boa, pela própria índole – “nos nunca foi de criar caso com ninguém” - da sua família em respeitar os problemas dos outros, caracterizada na sua fala, por assumir uma postura de “ficar no seu canto”.

<sup>120</sup> Aparecida Ribeiro da Silva, dezembro de 2008.

Nesse sentido, ao apontar dificuldades de convivência que ocorriam junto com o problema da coação que ameaçava o próprio vínculo empregatício com a empresa, sua fala distancia da interpretação do jornal ao remeter a sua experiência.

Para outra moradora entrevistada, as relações com os vizinhos eram possibilidades de desenvolver também relações de amizade. Quando levada a comparar as diferenças da época com hoje, afirmou que:

Quando era da Itaipu aqui, essa vila aqui, era um sossego. Todo mundo, um respeitava o outro. Hoje em dia, não. Eu sou... tenho amizade com ela aí [amiga que estava perto], com a ali de baixo, aquela outra ali, e com essa vizinha aqui. “Cos otros”, a gente nem conversa. Na época, todo mundo era amigo da gente. Nói pegava um “ônibus” aqui pra ir po Paraguai “compraá” carne, né? Tudo aquela “mulherzada, tudo amiga, tá? Num tinha “bixo” com elas, nada. Havia segurança. Segurança quando era da Itaipu, aqui não havia ladrão, não havia nada. O pai que tinha um filho assim meio torto, era mandado embora. Mandava embora. Um fio que mexia nas coisa dos outro. . . podia dormir “cãs” porta aberta...Pois é. Agora, não. Faz um ano, né? que entrou gente ali na casa, e minha fia viu e falou: “vó do céu, tem gente entrando ali na casa. Tinha gente ali na área. Agora, não tem mais ninguém. E toda hora tinha gente vendo coisa lá”. Aí, o João falou: “tem ladrão que nada”. Aí, ele pulou o muro ali na vizinha, “pego” o telefone e “chamo” polícia. Aí, polícia veio e “pego” um e dois foi embora. Agora entra “quarquê” um. E é só.

**Naquela época tinha regra?**

Tinha. Como eu tô falando pra você, em casa “memo”, ali na Belo Horizonte, o filho não “robou” não, mas o pai que roubava, sabe? Puseram ele na rua ca mudança “tudin”, e teve que ir embora. Mas nunca mais teve isso. Porque a polícia tava em cima memo. Em cima e eu vou te contar pra você: não dava trégua de jeito nenhum. Casal não podia nem discutir. Nem discutir não podia. Que nem nós morava de parede a meia, né? Se nós discutisse aqui, a Jandira (Vizinha de “dona” Elza que estava presente durante a sua entrevista) ouvia ali, já falava...já polícia tava aí. Era bão demais, por causa disso que eu gosto daqui (risos). Porque em casa, nunca ninguém mexeu, tem bastante amiga. Amiga assim, cê quer saber? Amiga de oi, né? Amiga mais chegada era a Nena ali, né? A Vera aqui, né? Era as amiga mesmo mais chegada, né? Mas as outras também é minha amiga porque também gosto delas. Mas, esse negócio de tá toda hora na casa delas, não...Então, é só essas uma que a gente tem mais intimidade, sabe?<sup>121</sup>

Ao lembrar-se daqueles tempos e compará-los com a sua experiência de vida no bairro, “dona” Elza revela com satisfação o fato de que a segurança consistia num elemento importante para a tranquilidade dos moradores (podia dormir com as portas abertas) e também como esse fator contribuía para o estabelecimento de um círculo de amizades abrangente entre as donas de casas.

Apesar dessas lembranças da segurança como um fator positivo na garantia da tranquilidade, a interpretação de “dona” Elza identifica que não era a segurança como o fator responsável pela impossibilidade de discussão ou pela garantia do controle [a

<sup>121</sup> Elza Soares, dezembro de 2008.

polícia tava aí], mas sim a própria estrutura das casas que contribuía [Que nem nós morava de parede a meia] para o controle das relações.

Nessa comparação, emergem diferentes interpretações das expostas pelo jornal, na década de 1980, possibilitando relativizar a nomenclatura de “gueto” e outros significados, para definir a “Vila Operária”.

Evidentemente, essas lembranças dos moradores, enfatizando positivamente e caracterizando como segurança e não cerceamento a situação vivida naquele período, toma por base o próprio presente e os problemas enfrentados pelos moradores do bairro com assaltos e roubos, dos quais, alguns casos são mencionados por ela.

Para “seu” Ramos, quando levado a narrar sobre a vizinhança naquela época, discorreu que:

Eu, graças a Deus, peguei vizinho “bão”, não tenho que reclama, né? Pelo menos na rua que a gente mora ao lado. A casa que a gente mora é quatro família no mesmo barracão, dois na parte de cima, dois na parte de “baxo”, né? No causo, “tamo” em quatro num barracão só. Então, inclusive quando eu morei na outra casa, na cinco, nessa mesma rua, ali eu tive problema, assim com os próprio vizinho. Ali tinha os filho, né? Mas os filho, né?, você sabe: os pai e as mãe tá “trabaiando” e os filho... nem todos, mas “argum” fica fazendo arte, né? Subia o porão assim pelo forro que era tudo em aberto e vinha “fazê” o saque, né?

**Pra roubar?**

É... “robá”! Então, inclusive, a gente “chamo” quando eu morava na outra casa lá. Teve, inclusive, sumiu ‘dinheiro’ da gente, lá. A gente não chego vê, afirma, o cara, a segurança da Itaipu veio lá, “acompanhô” as pisada, sempre no forro, porque sempre fica aqueles pozinho, né? Então, eles subiram com a lanterna lá em cima e foi acompanhando os paço, né? Aonde foi dá, onde veio, da onde foi e foi direto no vizinho, assim, “sameado” no canto, assim, pro lado de “baxo”, no causo. Então, “constato” que foi, que era os próprio menino, no causo. Só não “pudia” afirma, se era os menino da casa porque veio do rumo deles, porque tem um sarpão assim, né? Nos forro. Então, surgiu de lá e “voltô” pra lá, no causo. Então, daí a gente reclamo. Veio o segurança, daí “pergunto” pra “nóis” se “nois” queria chama o pai do menino, pra dá um apuro nele, lá. Falei: não, não precisa chama, não. Chega na casa dele, dá um conselho pro pai e pra mãe e prus menino “memo”, né? Não precisa “fazê” isso ai porque a gente... tudo depende, porque ele “levo” dinheiro da gente, né? No causo. Então, a gente “trabaiva” na Usina, inclusive, ele era mecânico na obra, ai, quando logo em seguida teve a demolição das casa (Nesse caso seu Ramos faz menção as casas que foram demolidas para as passagens das linhas de transmissão de energia da barragem até Subestação de Furnas), ai eles mudaram pra Vila A e a gente “mudô” pra cá. Então, “fico” por isso mesmo, não “fizemo” “quexa”, só “chamamo” o segurança pra vê, pra dá um conselho pra ele, lá, que os menino tava aprontando e fico por isso memo. “Nóis” não “fizemo” reclamação não levamos pros pai pra mãe pra frente, né?<sup>122</sup>

Mesmo considerando que as relações entre os vizinhos, em sua maior parte, ocorriam de forma amigável, em seu relato, “seu” Ramos aponta alguns problemas

<sup>122</sup> José Ramos, fevereiro de 2008.

vividos na época da Vila Operária. Relatou, então, o sumiço de dinheiro e reconstituiu como era o procedimento que deveria ser tomado pelo morador para a resolução desses problemas, acionando a segurança que investigava o ocorrido.

Nesse caso, é importante ressaltar que mesmo adotando uma postura conforme o procedimento da empresa, ou seja, fazendo uma queixa, “seu” Ramos também adotou uma postura diferente ao não querer levar o caso adiante, pois poderia prejudicar o companheiro de trabalho que era mecânico.

A fala desse trabalhador demonstra a possibilidade de relativizar vários processos indicados na matéria do Jornal Nosso Tempo em relação à eficácia dos mecanismos de coação de Itaipu. Ou seja, a existência física desses mecanismos não significava um elemento exterior e controlador que moldava absolutamente as relações sociais que se desenvolviam.

Ao mesmo tempo em que existiam mecanismos e procedimentos por parte da empresa que buscavam controlar o vivido, os moradores também tinham meios de aceitar as regras do jogo ou não, estabelecendo seus limites sobre a atuação da Itaipu e configurando outras práticas.

Entretanto, o funcionamento da “Vila Operária” almejado pela empresa não era só mediado por mecanismos burocrático/jurídico/administrativos de segurança e vigilância. Além da coação que zelava pelos espaços, na perspectiva de exercer o controle sobre o cotidiano dos moradores, outros mecanismos foram forjados, estendendo a regulação para além do controle físico, mas em outras possibilidades e instituições com o objetivo de adequar os moradores ao modo de vida esperado pela empresa.

Exemplos disso foram os jornais distribuídos aos trabalhadores pela Unicom e, também, a implantação de um Centro Comunitário voltado ao lazer e à vida social dos moradores. Enquanto, nas vilas A e B, existiam clubes esportivos e de lazer, com piscinas, várias canchas esportivas etc., a Vila C tinha um Centro Comunitário com uma estrutura inferior à dos clubes para este fim. Esse Centro estava localizado entre as duas vilas (Velha e Nova) e sua estrutura física foi demolida no final dos anos de 1980, em função da passagem das torres de energia que interligam a barragem e a Subestação de Furnas. (Ver mapa II)

O consórcio UNICOM, através de sua assessoria de imprensa, circulava mensalmente um informativo, nas duas línguas, portuguesa e espanhola, com o objetivo

de informar os trabalhadores a respeito do andamento das obras e os “benefícios” construídos para os trabalhadores nos conjuntos habitacionais, como centro de recreação, clubes, hospital, escola, etc.

Como ocorreu no caso do “Madeirão”, quando em uma nota do Informativo UNICOM, com o título “*Já em fase de acabamento o novo hospital do Conjunto Habitacional “C”*”, era noticiada a construção daquele hospital:

O “Madeirão” está sendo construído em ritmo acelerado. Os moradores do Conjunto Habitacional “C” estão ansiosos pelo momento de sua inauguração. Quando isto acontecer evitarão o deslocamento até o “Madeirinha” do Conjunto Habitacional A. No começo tudo é difícil, mas rapidamente a situação vai se estabilizando, pois além do “Madeirão” outras obras estão por ser finalizadas.<sup>123</sup>

No decorrer dessa nota, foi possível entender certa preocupação da empresa em apontar os andamentos “adiantados das obras”, enfatizando até mesmo a questão do deslocamento ao outro hospital. Foi uma tentativa de justificar aos moradores e, ao mesmo tempo, aliviar as tensões “de um começo onde tudo é difícil”, buscando naturalizar o processo e estabelecendo com os trabalhadores uma relação de cooperação e de entendimento recíproco das necessidades e da atenta atuação da empresa.

No que se refere a estes últimos temas, em uma matéria de outubro de 1986, tal preocupação fica bem explicitada no informativo, o qual trazia a nota, “*Um pouco da História das Vilas*”, apresentando um título especial: “*Da Terra Roxa ao conforto de hoje*”.

Nesta matéria, a empresa enaltecia os resultados obtidos:

Quando os primeiros moradores chegaram à Vila “A” de Itaipu, no segundo semestre de 1975, pisavam com freqüências sob os pés na terra roxa que grudava nas solas dos sapatos. A famosa terra agora familiar, embora a estranhassem. Era-lhes preciso também suportar o calor dentro de suas casas expostas ao sol, sem nenhuma proteção de árvores para amenizar a temperatura ambiente. Todo começo de empreendimento tem seus espinhos, as dificuldades iniciais na construção, urbanização e ocupação dos conjuntos habitacionais de Itaipu, tanto no lado brasileiro como no paraguaio, longe de diminuir o empenho e o entusiasmo dos administradores e trabalhadores em geral, deram-lhe maior determinação para vencer os desafios. Hoje quem passa nos conjuntos habitacionais não enfrenta as carências do começo, pois toda a infraestrutura que se construiu dá anualmente, conforto aos seus moradores. Quem olha a vila dos lugares altos já não as vê despidas, mas cobertas por verdadeiros bosques, áreas verdes que suavizam a vida dos seus moradores. Elas oferecem recursos para se viver bem, com casas confortáveis, serviços de telefone, postal, bancário, água e esgoto; centros comerciais, atendimentos de saúde, escolas, clubes, etc.<sup>124</sup>

<sup>123</sup> Informativo UNICOM, N°2. 20 de fevereiro de 1978. p. 05.

<sup>124</sup> Informativo UNICOM, N°122. 4 de outubro de 1986. p. 04.

Ao se propor narrar a história dos bairros, a UNICON procurou relevar os pontos favoráveis de morar no bairro, firmando a sua importância enquanto tutora responsável pelo bem estar dos trabalhadores.

O texto conduz a uma visão ascendente do processo de constituição dos conjuntos habitacionais, destacando a ideia de conforto das casas, de independência – e não de controle - dos bairros em relação à cidade, através dos serviços e da infraestrutura que foram instalados.

Em relação a isso, a metáfora da terra roxa servia como “bálsamo” aos problemas que foram superados pelo sugerido progresso regular que a passagem do tempo faz e pela capacidade da empresa em gerenciar e resolver os problemas dos bairros.

Nesse sentido, a empresa procurou homogeneizar a constituição dos bairros, apresentando-os indistintamente – as Vilas A, B e C –, destacando e comparando a estrutura criada nos bairros como uma verdadeira cidade, modelo de urbanização, etc.

No decorrer da matéria tem-se essa percepção, notadamente, quando é afirmado que *“nos dias de hoje, os conjuntos habitacionais de Itaipu podem ser considerados verdadeiras cidades, com todos os recursos indispensáveis a vida de seus habitantes”*.<sup>125</sup>

A matéria traz trechos de depoimentos de trabalhadores para corroborar com as afirmações da suposta boa qualidade dos bairros, com a empresa alinhavando suas expectativas: *“tanto é verdade que os interessados que se apresentam em busca de emprego logo querem saber se tem direito à casa, em que endereço e em quanto tempo poderão ocupá-la.”*

Ainda, acentuando essa impressão dos moradores, na edição número 28 do Informativo UNICOM, datada de 7 de julho de 1979, era registrado o testemunho de moradores das vilas dizendo que *“as casas oferecidas são de alta qualidade e apresentam boas condições de conforto.”*<sup>126</sup>

Dessa forma, a empresa procurava constituir uma resolução dos problemas dos trabalhadores, oferecendo trabalho e, acima de tudo, condições de vida, com moradias e estrutura completa nos bairros, com lazer, convivência adequada nos clubes e nos centros comunitários.

---

<sup>125</sup> Idem.

<sup>126</sup> Idem.

Outra questão a se pontuar e que fica silenciada no conjunto dessa matéria, está relacionada, como apontado acima, à distinção dos bairros, Vila A, Vila B e Vila C. Ou seja, os conjuntos habitacionais tinham estruturas desiguais entre si, mas tratadas no texto numa mesma linearidade como se fossem um mesmo processo, com as vilas, embora com características distintas, não sendo relevadas e naturalizadas a noção do espaço segregado e da diferenciação dos conjuntos em termos de estrutura e conforto das casas.

Através do informativo, a empresa buscava uma aproximação com os trabalhadores, com notícias variadas referentes ao andamento das obras no canteiro, enfatizando os recordes atingidos, a cada mês, de lançamento de concreto, de escavação, etc.

Trazia matérias, também, com a “trajetória” dos funcionários, contando suas histórias, construindo, a partir de um funcionário, o modelo de funcionário padrão.

Dessa forma, a empresa procurava construir uma forte possibilidade de resolução dos problemas dos trabalhadores, oferecendo trabalho e acima de tudo condições de vida, com moradias e estrutura completa nos bairros para os moradores, com lazer, convivência adequada nos clubes e nos centros comunitários.

Seja na recomposição da história do bairro ou na afirmação dos marcos que denotava a Itaipu construindo uma estrutura ampla e melhorando o aspecto urbano do bairro, percebem-se abordagens diferentes, contrastando com a imagem de abandono vista na matéria citada no início do primeiro capítulo [o bairro cresceu desordenadamente]. Nota-se, a partir daí, como os interesses da Itaipu procuraram criar duas formas inversas de leitura do bairro, mas duas abordagens que procuravam postular a ideia de sujeito da entidade como aquela que salvaguarda o direito de solucionar os problemas dos moradores. Dessa forma, o exercício de composição de uma memória empresarial, que procura se consolidar como hegemônica, oculta um universo de disputa, concreto de luta pelo direito de morar no bairro, na confrontação com a memória dos moradores.

Não obstante, o Informativo UNICOM trazia, como mencionado, reportagens em relação aos bairros operários de Itaipu, destacando cada obra realizada, como se verifica no ano de 1978, oito anos antes da matéria festiva acima, que trazia a matéria “*COBAL na Vila “C”*”, onde seguia a nota: “*O Conjunto Habitacional “C”, já conta*

*com um entreposto comercial da COBAL, instalado no passeio Andradina, que, desde dezembro, vem servindo os seus moradores*”.<sup>127</sup> (Ver a localização no mapa II)

O Horto-supermercado da COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos) era um centro comercial que agregava, num mesmo prédio, vários tipos de comércio não só de alimentos como açougue, supermercado, padaria, banca de revista, bazar em geral, etc. No total, havia três deles: dois na Vila C (nova e velha) e outro na Vila A.

Além desse centro comercial na Vila C Velha, havia outro diferente da COBAL, no qual, havia vários pontos comerciais num mesmo local, mas em prédios separados, com loja de roupa, sapataria, loja de móveis, farmácia, supermercado, uma pequena agência bancária e uma lanchonete. Esse centro comercial funcionava dentro dos conjuntos como concessão a empresas privadas que monopolizavam o comércio.

Apesar dos centros comerciais terem variedade de produtos necessários aos trabalhadores, a distância também era um problema para os moradores, uma vez que todas as lojas estavam concentradas em um mesmo local, o qual ficava afastado de muitas residências. Como exemplo, da última casa da Rua Goiânia na Vila C Velha até a Cobal variava uma distância de 800 a 900 metros. Dificuldade que se acentuava dado que boa parte do bairro não estava asfaltada, sendo as ruas cobertas de cascalho, ainda em 1985.

Seu Sebastião relata sobre esta dificuldade, ao contar que *“quando cabava o gás tinha que sair com um bujão nas costas e andá uns quinhentos metros pra comprá outro”*<sup>128</sup>, atestando, nesse sentido, o que era morar “longe” do centro comercial e a dificuldade que se tinha de locomoção até o mesmo para a compra do gás de cozinha.

Outro elemento de integração entre os moradores/trabalhadores era o Centro comunitário do Serviço Social, que estava localizado entre as duas Vilas, a Nova e a Velha (Ver a localização no mapa II). Este espaço era dotado de sala para aulas práticas e teóricas de cursos programados, como corte e costura, escolinha de artes, cinema, etc. Contava também com parque infantil, quadras de esportes, além de um bosque com oito churrasqueiras, campos de bocha e malha e amplos pátios que completavam a estrutura do Centro Comunitário.

---

<sup>127</sup> Informativo UNICOM, N° 1. Capa. 4 de fevereiro de 1978. p. 01.

<sup>128</sup> Sebastião Ferreira Benedito, janeiro de 2008.

Diversas atividades eram coordenadas pelos assistentes sociais dentro do centro, como os cursos de datilografia, corte e costura, e atividades de recreação, como discoteca, voltada para o público jovem.

Lembrando daquele período “dona” Elza, relata com muito bom humor que:

Fui muitas vezes no centro comunitário. Eu ia lá e participava das coisinha que eles fazia, lá, né? Fazia artesanato, né? Discoteca...a minha fia que gostava. O João aprendeu a andar de bicicleta só pra sondar ali, né? Aí sabe o que que a Ilsi [a filha] fazia? Ela “ponhava” uns “travessero” lá e outro aqui [na cama] “cubria”, e pulava a janela e ia po centro comunitário. Aí, eu pegava e ia na porta, tava fechada a porta, eu olhava pela janela, tava aquela coisinha deitada, eu chamava ela. E era baixinho, né? Era só erguer a perna e já passava...(risos). Aí, era coberta que tava ali. Aí pegava, ia lá no centro comunitário buscar ela, muitas vez. Mas muitas vez mesmo...(risos). É, minha filha foi triste (risos).<sup>129</sup>

Sobre aquele período, “dona” Elza, além de relatar as travessuras da filha e suas formas para enganar os pais, o que levou seu marido a aprender a andar de bicicleta para vigiar a filha, aponta que participava das atividades coordenadas pelo Centro Comunitário.

Para os moradores o centro era um aspecto importante de distração, lazer e aprendizado, como se depreende do relato de “dona” Cida.

Eu já tinha feito um cursinho básico, lá na minha cidade, antes. Só que aí, depois, aqui havia também. Por falta de opções de coisas pra fazer, a gente ficava muito parada. Eles davam ali. Então, eu fui fazer novamente, curso de corte e costura, curso de tricô... Havia outros tipo de curso, como mexer com cordas, que eu não lembro o nome. . .crochê, de pintura, e outros também. Eu não me lembro exato agora, mas havia vários tipos de curso, assim, pras mulheres, que a maioria naquela época, as mulheres não trabalhavam fora. Geralmente, só os homens trabalhavam lá, né? E elas ficavam só mesmo em casa. Cuidavam da casa. Quando se tinha alguma festinha, geralmente, era feita lá, festa junina, essas coisas, era sempre feito lá, no centro comunitário. Quando foi, construíram esse centro comercial aqui, onde existe ali a farmácia Vitória, foi a primeira lanchonete existente na vila. Então, era o único lugar de lazer que havia. Isso aí também foi construído, 77. Foi em 77 que foi construído aquilo lá. Que eu me lembro que a Cristiane tinha 4 meses de idade, né? Eu gostava de ir com ela pra lá. É o único lugar que havia, era aquele ali. Então, os jovens. Naquela época, a maioria das pessoas não tinha um carro, então, não tinham muitas opções de sair. Então, era ali mesmo, pra poder se encontrarem, se distraírem, era aquele lugar ali mesmo.<sup>130</sup>

É possível perceber no relato de “dona” Cida que os sentidos das opções de lazer disponíveis para os moradores perpassavam pelo interesse da empresa em promover atividades voltadas para a formação de um individuo produtivo, com cursos que

<sup>129</sup> Elza Soares, dezembro de 2008.

<sup>130</sup> Aparecida Ribeiro da Silva, dezembro de 2008.

possibilitavam as moradoras adquirirem uma tarefa extra, talvez até com ganho financeiro.

Para ela, naquele tempo, as mulheres dos barrageiros não tinham a necessidade de trabalhar fora e ficavam paradas e, então, os cursos foram a possibilidade desse aprendizado.

O aprendizado para “dona” Cida, mesmo não integralmente adquirido nos cursos disponibilizados no Centro, foi importante para a definição da profissão, que ainda exerce como costureira. No entanto, ao lembrar-se daquele período, esta moradora suscita novos marcos que vão além das atividades que eram desenvolvidas naquele espaço, mencionando a construção do centro comercial da Rua Andradina, na Vila C Velha, que era um local frequentado por ela e no qual levava a sua família.

Desse modo, ao se remeter a esses lugares para pautar as suas lembranças, “dona” Cida enfatizava a importância da disponibilidade desses espaços para a recreação e lazer dos moradores que não tinham tantas opções para sair e se distrair, opções, ao que parece, constituídas, posteriormente, com as possibilidades criadas pelo automóvel.

Além das práticas de recreação desenvolvidas para os moradores no Centro Comunitário, outras atividades sociais eram implementadas pela empresa, como se evidencia na matéria posta no Informativo UNICOM: “*Serviço Social da Vila C integrou-se a vida de seus moradores*”, que relacionou algumas dessas atividades promovidas:

Para incentivar o programa de hortas caseiras, hoje coberto de êxito, desencadeou-se uma campanha de cursos rápidos para as donas de casa, com projeções de slides e aulas práticas, sendo utilizada para tanto o Colégio da Vila C. Ao mesmo tempo a Campanha de Hortas Caseiras passou a fazer parte das hortas curriculares, como Estágio Prático para os alunos de Práticas Agrícolas do Colégio, que passaram a visitar as residências cujas famílias formavam hortas. Por outro lado, um concurso denominado, “Minha rua é mais bonita” era instituído em 1980 para estimular a iniciativa não só pelas hortas, como ainda pela limpeza dos terrenos em frente de suas casas. Assim, a rua vencedora seria aquela com maior número de hortas domésticas e que se apresentasse mais limpa. O aumento considerável do aumento dessas hortas levou a Coordenação do Serviço Social a programar dois concursos similares em 1981 uma vez que, por ocasião do primeiro, havia muitas hortas em formação números que comprovavam cabalmente o sucesso da iniciativa.<sup>131</sup>

O incentivo às hortas caseiras, pelos números apresentados, se tornou uma iniciativa de sucesso para a empresa, quando o programa contribuía, a princípio, para o

---

<sup>131</sup> Informativo UNICOM, N°84. 28 de novembro de 1981. p. 04.

um padrão de limpeza estipulado. Para tanto, o estímulo partia de competições que premiava a rua que chegasse ao nível elevado de limpeza.

Sendo assim a concepção de sucesso da empresa estava ligada a outra questão na qual a atividade da horta possibilitava a empresa garantir o aspecto limpo do bairro [exemplo, o concurso Minha rua é mais bonita] com a limpeza dos lotes para formação das hortas.

A partir daí foi possível entender como esses incentivos, que aparentemente favoreciam à melhor qualidade de vida dos moradores, por outro lado, eram meios para empresa conservar os aspecto limpo e ordeiro do bairro.

É possível observar que a prática fazia parte do currículo escolar que também era envolvido nessas atividades. E não era apenas o incentivo às hortas caseiras que, na ocasião tomada, foi tomado como exemplo. Outras práticas também integravam as atividades desenvolvidas pelo centro como: “Projeto Soja”, que incentivava a introdução desse hábito alimentar; “Campanhas de Higiene” voltadas para as donas de casa; “Cinema na Vila”; torneios de esporte que contemplavam diversas modalidades, etc.

Sendo assim, o Centro era um espaço que incentivava, além do lazer e recreação, atividades, no geral, que visavam ajustar os moradores aos padrões de convivência e de higiene, almejadas pela empresa, ao mesmo tempo em que contribuía para a construção de uma relação de mutualismo e compromisso entre a Itaipu e os trabalhadores, no mesmo patamar dos aparelhos coercitivos criados para esse fim.

A partir de 1986, outro componente do Centro Comunitário foi criado. Uma matéria do Informativo UNICOM apresentava algumas características de como era feita essa nova relação entre a administração das vilas e os moradores.

A Vila C conta com um grupo de moradores, que freqüentemente, se reúnem para analisar as necessidades e os problemas da Vila e, juntos encontrar soluções. O Posto de Saúde, instalado recentemente na Vila, já é fruto de um trabalho conjunto desses moradores com a nova administração de Itaipu. Outras necessidades estão sendo atendidas, dentro desse mesmo espírito de união e cooperação. Este Conselho Comunitário está também analisando assuntos de todos com a segurança da Vila, abastecimento de gêneros alimentícios e transporte coletivo. Os moradores da Vila C, dão um exemplo de postura cooperativa com a Itaipu na solução de problemas comuns.<sup>132</sup>

---

<sup>132</sup> Informativo UNICOM, N° 118. . Fevereiro de 1986. p. 05.

Nesse sentido, como apresentado no texto, foi incentivado pela Itaipu um elemento que redimensionava a participação dos moradores na resolução de problemas que enfrentava a comunidade: o Conselho Comunitário.

Nesta prática, os trabalhadores/moradores eram chamados a participar de reuniões periódicas, para tratar de assuntos atinentes à educação, segurança, lazer, administração ou no caso de alguma reclamação na falta de alguns desses itens.

Mesmo apontado pela empresa que a existência do conselho já tinha culminado em realizações, que eram expressas por uma relação entre empresa e moradores, por outro lado, significavam demandas que partiam de reivindicações dos moradores que pela nota do informativo foram atendidas.

A empresa, por sua vez, veiculava a interpretação que a prática tinha como causa e resultado uma postura de cooperação e mutualismo entre as partes. Essa questão do conselho que incentivava a participação dos moradores também pode ser entendida como uma resposta da própria Unicom frente à articulação dos trabalhadores em torno do sindicato, no qual a aparência da relação de cooperação, nesse período, estava sendo contestada pelos trabalhadores, não só nas questões ligadas às condições de trabalho, como também no que se refere às condições de vida e moradia.<sup>133</sup>

Assim, a Itaipu procurava integrar os moradores a partir das suas instituições, as quais eram criadas para viabilizar o funcionamento do bairro, dentro de um modelo de gestão que incorporava a participação dos moradores nos debates acerca das melhorias no bairro.

Apesar da perspectiva da matéria “enquadrar os moradores”, como exemplo de postura coletiva, por outro lado, os entrevistados tinham pouca participação nessas reuniões e pouco comentaram sobre elas.

Em outra nota do Informativo Unicom, curiosamente na mesma página da matéria anterior e com o título “*Na vila para o bem de todos*”, a empresa buscava orientar as práticas dos moradores em nome da boa convivência e da adequação às regras estabelecidas, a partir da qual se pôde entender como parte integrante dessa preocupação:

Sem cooperação uma comunidade não progride. Pelo contrário retrocede. A Vila C é uma comunidade que as casas são muito próximas uma das outras, determinando

---

<sup>133</sup> Essa questão é discutida profundamente no terceiro capítulo, no qual se apresenta que, a partir de meados das décadas de 1980, os trabalhadores vão se articulando em torno do sindicato, culminando em algumas greves deflagradas.

mais que outras vilas o uso comum dos benefícios. Isso requer a compreensão de todos para preservá-lo integralmente e até ampliá-los.

Há formas de cooperação que não custam nenhum esforço, podendo os pais orientar os filhos para praticá-las. Entre esses comportamentos pode-se citar a conservação das lâmpadas das ruas, não quebrando-as para melhor iluminação da Vila: não estragar os telefones públicos; manter as canaletas na frente das casas sempre limpas; o respeito aos vizinhos, evitando festas ruidosas ou gritos; a consideração aos vizinhos e não sujando as calçadas e não colocando sapatos nos muros da área de serviço, não nadar na represa do Centro Comunitário, que é para a irrigação da horta, além do que é perigoso.<sup>134</sup>

Entendo que a chamada que visava construir a ideia de “cooperação”, cobrando os esforços dos moradores a se integrarem na ordem desses princípios, por outro lado, significava enfrentar práticas dos moradores que se apresentavam como problemas para a Itaipu. Para além da “cooperação”, a Itaipu queria enfrentar estes “comportamentos” que estavam listados na matéria e que fugiam da perspectiva do controle físico e dos mecanismos de repressão e segurança.

Nesse sentido, concordo com a perspectiva de Heloisa Farias Cruz, enfatizando que a *“relação de dominação resistência, não pode ser vista enquanto lógica unilateral que visa estabelecer dominação e disciplina, mas enquanto um processo dinâmico onde as formas de dominação se apóia na resistência do outro”*<sup>135</sup>

De modo geral, percebo que estas estratégias da empresa, tentando combinar coerção e convencimento, como tentativa de controle e mudança dos modos de vida dos trabalhadores, não anularam, com efeito, o caráter de contraposição e resistência cotidiana dos trabalhadores, tanto no trabalho como nos seus espaços de moradia.

Em virtude desses processos, a partir de 1985, tem-se um novo panorama social em transformação que se desencadeou na “Vila Operária”. Essas questões que serão tratadas no próximo capítulo, fundamentalmente, tomaram como direção a transformação mais radical da inauguração de uma nova política da empresa para com o bairro, que desencadeou, primeiro, uma decisão que contrapunha o projeto inicial de demolição das casas e, conseqüentemente, a venda das moradias para os moradores.

<sup>134</sup> Informativo UNICOM, N°118. . Fevereiro de 1986. p. 05.

<sup>135</sup> CRUZ, Heloísa Faria. Trabalhadores em Serviços: dominação e resistência (São Paulo 1900 a 1920). Marco Zero. São Paulo, 1991. Notadamente, nessa obra, a autora se interessa pelo trabalhador urbano assalariado do início do século na cidade de São Paulo, especialmente por aquele ligado ao setor de serviços. Desse modo, tratava de aprofundar estudos dessa força social que emergiam na cena política brasileira. Recuperando a historicidade da formação dessas categorias de trabalho, a autora refletiu nas práticas de dominação burguesa que se instituíam frente às alternativas de resistência desses trabalhadores. *“A cidade apresenta-se como um novo campo de definições da luta a ser enfrentado tanto pela burguesia como pela resistência do proletariado em constituição”*.

Nesse período, que podemos caracterizar com uma transição que iniciou a partir de 1985 e que durou até o final das obras em 1991, marcando também o início do processo de venda das moradias, uma série de fatores, conforme o seu desencadeamento, definiu os rumos que levaram apropriação da “Vila Operária” pelos trabalhadores/moradores.

Desse modo, a preocupação do próximo capítulo consiste em observar o conjunto das transformações que não pode ser visto depreendida ao processo de constituição da cidade de Foz do Iguaçu.

Processo esse marcado pela disputa entre os interesses empresariais de apropriação desigual do solo urbano que levou a supervalorização de determinadas locais e por outro lado a resposta dos trabalhadores sem tetos ocupando locais e forjando seus próprios espaços de moradia. Em relação a Vila C e a suposta blindagem dos conjuntos residências de Itaipu frente ao restante da cidade, também foi afetado de acordo com essas dinâmicas conflituosa de composição da cidade.

### **CAPÍTULO III:**

#### **A transformação em bairro de trabalhadores: o processo de venda das moradias**

A perspectiva que busquei no capítulo anterior foi esboçar a caracterização do bairro como Vila Operária, construído para suprir as demandas de moradia dos trabalhadores provenientes de outras regiões.

A partir dessas condições intencionadas e materializadas pela empresa, ao construir uma Vila Operária com determinadas características, as experiências desses sujeitos foram vividas, sentidas, significadas e re-significadas, constituindo outras dinâmicas que não aquela do projeto inicial da administração da Itaipu.

Por essa direção, esse enfoque permitiu alargar alguns pressupostos quando ficou evidenciado que a Vila Operária consistia num importante mecanismo por parte da empresa para tentar controlar e disciplinar os trabalhadores. É nesse processo que se desenvolve a experiência dos moradores, interagindo, modificando e participando das dinâmicas estabelecidas e criadas pelo poder organizacional da empresa.

Outro elemento importante dessa caracterização era que o bairro estava incluído em um planejamento que atribuía a ele uma função provisória ou temporária. Ou seja, com a finalização das obras, toda a estrutura construída para os trabalhadores na Vila C deveria ser desmontada. Pela ordem do cronograma de obras e de frente de trabalho de Itaipu esse fato ocorreria até o final da década de 1980.

Entretanto, a partir de 1985, nos marcos do fim do regime militar, modificações no âmbito da política interna de Itaipu em relação ao impacto sócio-ambiental gerado pela construção da barragem puderam ser verificadas, como expressa uma matéria do Jornal Nosso Tempo de 1989. A matéria estampava o título “*Itaipu está pagando a sua dívida social com a região Oeste*”.<sup>136</sup>

---

<sup>136</sup> Jornal Nosso Tempo, fundado no final de 1980, tendo como sócios-proprietários: Aluizio Ferreira Palmar, Evandro Stelle Teixeira, Eloy Adail Brandt, José Cláudio Rorato, José Leopoldino Neto, Jessé Vidigal, João Adelino de Souza, Juvêncio Mazzarollo, Severino Sacamori e Sérgio Spada que se tornou deputado pelo PMDB. O diretor responsável era Juvêncio Mazzarollo. Com o desgaste da ditadura militar e o avanço dos movimentos populares, este jornal surgiu no final de 1980, com edição semanal e ligado ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), podendo ser considerado um alternativo em relação a alguns jornais veiculados na região que defendiam o posicionamento das elites. Schmitt, Judite

Notadamente esse texto apresentava as consequências trazidas pela construção da barragem de Itaipu aos municípios lindeiros<sup>137</sup> prejudicados pela formação do reservatório que estancou o processo de desenvolvimento regional em termos de “*produção interrompida, evasão populacional e seus reflexos no decréscimo da receita e da capacidade de investimentos dos municípios*”<sup>138</sup>.

Diante disso, o referido jornal propalava os esforços da entidade binacional em compensar através de obras que recuperassem a vitalidade do desenvolvimento da região. Destarte, instituía como marco a ênfase dessas políticas na mudança de gestão com a saída do General Costa Cavalcanti, em maio de 1985, substituído pelo ex-governador do Estado do Paraná, entre 1961 e 1965, e também ex-ministro da Agricultura e Educação durante o Regime Militar (1964 a 1985) Ney Aminthas de Barros Braga, nomeado pelo Presidente do Brasil José Sarney. O texto anunciava “obras por toda a parte” e destacava:

Itaipu vem pagando aos poucos sua dívida social. Já construiu na região mais de 18 escolas, 36 mil metros de pavimento, encascalhou centenas de quilômetros de estradas e mantém sua conservação, construiu ginásios de esportes, centros comunitários, redes de eletrificação, poços artesianos e forneceu equipamentos urbanos diversos.<sup>140</sup>

De acordo com a matéria, o conjunto das obras expressava a sensibilidade da nova gestão em tratar “*com respeito os prejuízos sofridos pelo Estado e pelos municípios do Oeste (...)*”.

Mais do que isso é preciso perceber que o apelo regionalista foi uma das marcas do Jornal Nosso Tempo para firmar suas posições frente ao embate político durante a

Veranissa. Os atingidos por Itaipu: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2008.

<sup>137</sup> Os municípios lindeiros são aqueles atingidos pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu em outubro de 1982. O reservatório abarca uma área de 8.000 km<sup>2</sup>, envolvendo total ou parcialmente os municípios de Altônia, Cascavel, Céu Azul, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido do Rondon, Maripá, Matelandia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Teresa do Oeste, Santa Teresinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo e Vera Cruz do Oeste.

<sup>138</sup> A matéria, por sua vez, também listava uma série problemas agregados, como “*das perdas de infraestrutura, montada na área – estradas, escolas, hospitais, templos, sedes de órgãos públicos, redes e instalações elétricas, estabelecimentos comerciais industriais e agropecuários, clubes sociais e de serviços, investimentos feitos na terra para torná-la produtiva – e, ainda, sem deixar de considerar o comprometimento da articulação interna das comunidades. No sistema viário, por exemplo, os oito municípios perderam cerca de 900 Km de estradas, ou 23 por cento do total, por inundação ou inutilização, gerando a necessidade de um remanejamento de percursos determinado pela nova configuração topográfica trazida pelo lago.*” Jornal Nosso Tempo, de 18 a 24/08/89 – p. 10.

<sup>140</sup> Nosso Tempo de 18 a 24 de agosto de 1989 – Página 10.

década de 1980. Exemplo disso era a questão dos prefeitos nomeados na cidade<sup>141</sup> por serem de outras localidades e Estados eram criticados pela falta de comprometimento com a cidade.<sup>142</sup>

Com base nesse argumento do apelo regionalista, a matéria apontava a importância da gestão Ney Braga na condução da Itaipu, que por sua vez seria marcada pela maior sensibilidade com os interesses regionais e locais.

No que pese as continuidades e as mudanças no perfil dessas duas administrações (General Costa Cavalcanti – 1974 a 1985 e General Ney Braga 1985 a 1990), em novembro de 1986, o Informativo UNICOM também lança uma notícia que tentava estabelecer mudanças da política em relação à “Vila Operária”, estampando a seguinte manchete: “*Vila C com um novo aspecto ela não será destruída*”, e anunciava uma série de obras e implementações que estavam sendo realizadas:

Desde que assumiu a Diretoria Geral Brasileira de Itaipu, em 1985, o Ministro Ney Braga, juntamente com o Diretor de Coordenação da Entidade, Luis Eduardo Veiga Lopes, decidiram adotar uma nova filosofia administrativa em relação à Vila C, como ponto de partida de orientação, tomou-se a decisão de que o Conjunto não será demolido, como sempre se propalou. A partir dessa certeza, o Ministro Ney Braga e o eng. Luiz Eduardo Veiga Lopes estabeleceram como meta dotar a Vila C de uma infra-estrutura que beneficie seus moradores, oferecendo-lhes maior conforto. O que se viu foi uma notória transformação no aspecto urbanístico da Vila C, nos últimos três anos. Iniciou-se o trabalho de infra-estrutura permanente, com encascalhamento das ruas, por onde circulavam os ônibus de transporte de passageiros. Reativou-se em seguida, o ambulatório médico da Vila, facilitando a vida dos usuários dos serviços médicos, evitando-se os deslocamentos de gestantes até a Vila A, a fluoretação da água foi uma medida quase pioneira no Paraná, pois pouquíssimas cidades do Estado submetidas a esse tratamento de água. Observa-se ainda a construção de cercas nas casas, sem nenhum custo para os moradores, permitindo-lhes um pouco de individualidade. Atualmente já estão cercadas cerca de 1000 das 2700 residências. Este trabalho, de dotar a Vila de infra-estrutura, para dar maior

<sup>141</sup> Desde 4 de junho de 1968, os municípios de Foz do Iguaçu, Barracão, Capanema, Guairá, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Pérola do Oeste, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu, foram declarados áreas indispensáveis à segurança nacional. Os prefeitos desses municípios, juntamente com o de Santa Helena, que seria incluída depois, eram interventores nomeados pelo governador, mediante prévia autorização do presidente da República. Os municípios considerados “área de segurança nacional” só voltaram a eleger seus prefeitos depois que entrou em vigor o decreto-lei 2.183, assinado pelo general João Figueiredo em 19 de dezembro de 1984. <http://h2foz.com.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=229>.

<sup>142</sup> Em uma matéria com o título “Ineficácia dos Prefeitos Nomeados”, é possível perceber a posição do Jornal Nosso Tempo em relação aos prefeitos nomeados, que na ocasião fazia menção a um Simpósio Nacional Pró Autonomia das cidades impedidas de eleições diretas em Áreas de Segurança Nacional e de capitais, organizado em 1980 por vereadores de Santos/SP. Em um trecho especificava que dois vereadores de Foz foram participar do evento, Evandro Stelle Teixeira (PDS) e Francisco Foltraine Freire (PMDB). Em uma entrevista ao jornal Teixeira afirmava: (...) é preciso acabar de uma vez por todas com esses interventores. Eles trazem uma série de problemas, tanto políticos como econômicos, porque são nomeadas pessoas que não têm contato com os municípios, não convivem conosco e não sabem quais são os verdadeiros anseios da comunidade. Nosso Tempo, de 03 a 10 de Dezembro de 1980.

conforto aos moradores é desenvolvido pelo setor de Manutenção da Diretoria de Coordenação da Itaipu Binacional. A ele está entregue a tarefa de manutenção dos próprios da Vila, como Igreja, Colégio Anglo Americano, Centro Comunitário, Ambulatório Médico, Capela Mortuária e Estação de Tratamento de água.

#### **Ajardinamento**

Um dos trabalhos que, no momento, estão despertando a atenção dos que residem ou transitam pela Vila C é o ajardinamento e limpeza dos quintais das casas. O Setor de Manutenção da Diretoria de Coordenação da Itaipu Binacional está retirando cana, colônia, bananeiras, feijão andu, milho e mandioca dos quintais, numa faixa de seis metros a partir do meio fio. Além de melhorar o aspecto da Vila, esta tarefa termina ou, pelo menos, reduz consideravelmente a proliferação de baratas, ratos, pulgões e até cobras que vem sendo encontradas de uma média por dia. Segundo Edson Teixeira do Setor de Manutenção esta limpeza não traz nenhum prejuízo aos moradores que plantam hortas. Elas estão sendo e serão respeitadas. Não só as hortas, como qualquer plantação da área circunscrita pelas cercas, será e vem sendo preservada, por sinal até as hortas estão sendo estimuladas pela Itaipu que oferece terra vegetal e promove concursos entre os moradores.<sup>143</sup>

Além disso, a matéria propalava as obras que já tinham sido realizadas na Gestão Ney Braga:

Além das realizações já mencionadas, muitas outras aconteceram durante a gestão do ministro Ney Braga, como segue:

1. Construção de uma horta comunitária no Centro Comunitário da Itaipu, com 7.500 metros quadrados.
2. Construção de uma barragem para represamento de um riacho para irrigar a horta.
3. Construção de um galpão de alvenaria com 160m<sup>2</sup> para apoio a horta.
3. Implantação do serviço de merenda escolar do “Colégio Anglo Americano”.
4. Calçamento em blokret em duas ruas que circulam o Anglo Americano, num total de 3.808,67 m<sup>2</sup>.
5. Construção de rede de abastecimento de água, interligando as ruas Campo Grande e Belo Horizonte, numa extensão de 1400 metros, sanando o problema constante de água naquela região.
7. Início em janeiro de 86 de limpeza e desinfecção de caixas de água nas residências com media mensal de 120 moradias.
8. Início em abril de 86 de dedetização nas residências com uma media mensal de 85 moradias.
9. Limpeza de fossas e poços, com uma média mensal de 1230 viagens.
10. Pintura geral a óleo na Igreja Católica da Vila C, pela primeira vez desde a sua construção.
11. Reforma geral nas quadras poliesportivas da Vila, com construção de drenagem e troca de cobertura (areia) e substituição de telas.
12. Substituição de lâmpadas na rede geral de 1827 unidades, sendo de qualidade mista e de vapor mercúrio.
13. Serviço de drenagem 19 quadra, aproximadamente de 1740 m<sup>3</sup> de material aplicado.
14. Construção – estando já em funcionamento de uma Capela Mortuária.
15. Montando serviço de coleta de lixo diário, cujo funcionamento veio sanar enormes dificuldades.
16. Implantando serviço de varreção de ruas e canaletas.
17. Construindo passagens tubuladas nas linhas de transporte coletivo.
18. Reforma e construção de pontos de ônibus em pontos estratégicos. Para a realização dos serviços programados, o Setor de Manutenção da Diretoria de Coordenação da Itaipu Binacional conta com 25 homens, cinco caminhões basculantes, uma retroescavadeira e rolo compactador, em caráter permanente.<sup>144</sup>

<sup>143</sup> Informativo UNICOM, novembro de 1986. p. 08.

<sup>144</sup> Informativo UNICOM novembro de 1986. p. 09.

A notícia propalada materializava, então, à medida que definia o não cumprimento do projeto que previa a demolição do bairro. Ou seja, este conjunto de obras visava, de modo geral, transformar aquilo que era um alojamento provisório para os trabalhadores em bairro permanente para os moradores.

Conforme prescrito nesse anúncio da efetivação das obras realizadas e das que eventualmente viriam a ser feitas, não havia menção ou especificação em relação à venda ou doação das moradias para os trabalhadores que estavam residindo nelas. Nesse caso apenas notificava e anunciava as reformas para a manutenção da Vila.

Mais do que as implementações e melhorias na Vila C, a inversão do projeto inicial que previa a demolição da estrutura da “Vila Operária” expressa outros aspectos do processo. Ela expressava no conjunto dessas medidas uma série de desdobramentos que se desencadearam durante a década 1980, resultado de demandas concretas dos trabalhadores quando a previsibilidade das projeções não condissse com as dinâmicas e necessidades dos trabalhadores/moradores, não só nos limites da vila de Itaipu, mas no processo de constituição da cidade de Foz do Iguaçu.

Percebemos isso tanto nas tentativas de projeções que foram feitas no limiar da execução do projeto Itaipu, como quando se avistava por parte dos idealizadores do projeto a possibilidade de interferir no planejamento urbano da cidade com o objetivo de regular o crescimento demográfico em função da construção da barragem.

Nesse sentido, dentre os vários significados dessa decisão de permanência do bairro era uma demonstração do transbordamento acentuado do crescimento populacional e de um conseqüente crescimento do déficit habitacional na cidade.

O que também podemos somar a isso, com objetivo de problematizar essa insuficiência do planejamento e a inversão do projeto inicial de demolição do bairro, foram as respostas que os trabalhadores sem moradia através de suas práticas durante a década 1980 a esse processo através de uma série de ocupações de lotes urbanos que também chegou na Vila C nesse período.

Sendo assim, é interessante recuperar por quais os caminhos se pautaram as tentativas de regular o crescimento urbano antes da construção de Itaipu. Esse distanciamento entre a situação firmada e presente ao final da obra e o estipulado fica evidenciado nas projeções encaminhadas anteriormente no início da construção da barragem.

No ano de 1974, mesmo ano da assinatura do Tratado de Itaipu, foi encomendado pela entidade Binacional um plano de desenvolvimento urbano para a cidade de Foz do Iguaçu. O extenso estudo, publicado em duas edições, foi produzido através de parcerias por arquitetos, urbanistas e engenheiros da Universidade Federal do Paraná, em um Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre a Binacional Itaipu, o Governo do Estado do Paraná – através da Secretária de Planejamento e a UFPR, como agente executora.

Em resumo, o estudo realizado a partir de diagnósticos e pesquisas visava, sobretudo, orientar a condução de uma política urbana que estivesse de acordo com as novas exigências populacionais e urbanas em relação aos impactos gerados pela efetivação do projeto Itaipu. Portanto, a perspectiva era fornecer uma espécie de orientação para planejamento urbano, que centrava, inicialmente, a explanação na disposição geográfica dos elementos constituintes do projeto:<sup>145</sup>

(...) Nesse sentido, foi estruturado o modelo de crescimento urbano, o qual desenvolve para o Leste, ao longo da Rodovia BR 277 – em uma direção integrada com o modelo regional que tem como pólo de atração a cidade de Cascavel – e termina entre os obstáculos naturais e artificiais – no caso as futuras ferrovia e rodovia, além do Rio Tamanduá – que se lhe impõe. Numa primeira etapa de desenvolvimento, tem se a partir de um ponto de entroncamento viário, a Leste sobre a BR 277, as vias de interligação, dirigidas em função das diversas obras existentes: Cataratas, Cidade, Ponte da Amizade, Vila Residencial de Itaipu, Canteiro de Obras e o Lago.(...) <sup>146</sup>

Vemos, então, como o relatório apontava para ao sentido que a ampliação da cidade teria que transcorrer na direção leste do Estado Paraná, numa possível interligação urbana com outros municípios como Cascavel.

Identificando as barreiras impostas pelos rios Paraná e Iguaçu, que delimitam as fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina, o que limitaria o crescimento da cidade em direção ao Oeste, o projeto enfatizava ainda que havia:

---

<sup>145</sup> Ver Foz do Iguaçu Plano de Desenvolvimento Urbano, “(...) Fruto dos esforços de uma equipe multidisciplinar – recrutada nos quadros da Universidade e eventualmente fora deles, assessorada por consultores especializados – foi realizado durante noventa dias. Dada a exigüidade do prazo, tratou-se simplesmente de traçar diretrizes gerais que orientassem o processo de desenvolvimento urbano de Foz do Iguaçu, para uma atuação decisiva sobre o panorama urbano. Não se pretende, portanto, resultado definitivo e acabado, e como tal facilmente ultrapassável”. Foz do Iguaçu Plano de Desenvolvimento Urbano. Itaipu Binacional, UFPR, Governo do Estado do Paraná, 1974. p. 17. “Agradeço à Profa. Aparecida Darc de Souza por ter indicado este documento que é deveras importante para esta pesquisa”.

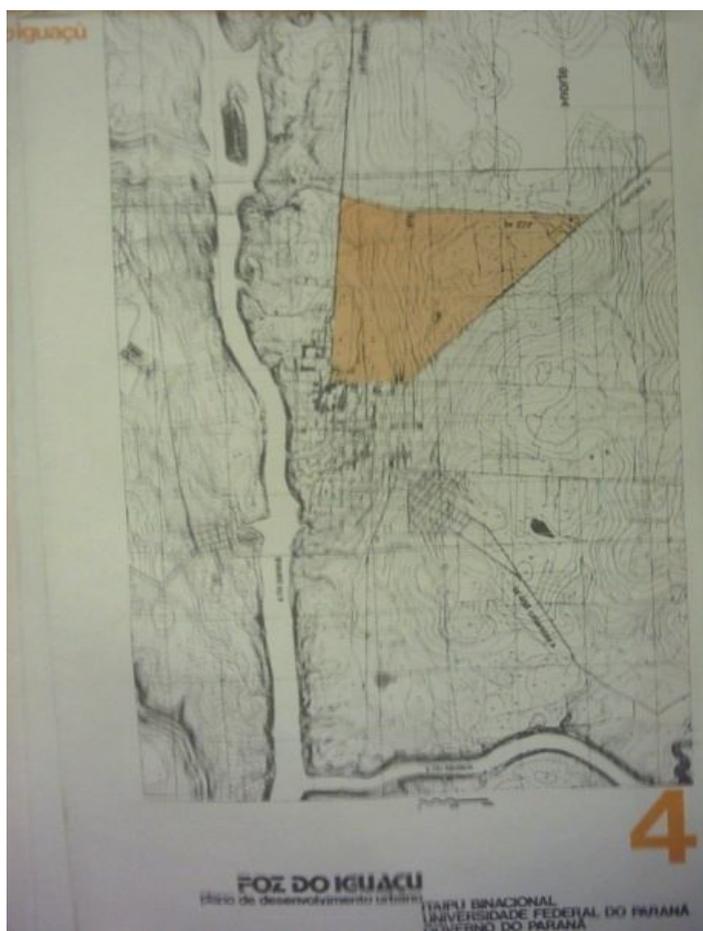
<sup>146</sup> Foz do Iguaçu Plano de Desenvolvimento Urbano, Itaipu Binacional, UFPR, Governo do Estado do Paraná, 1975. p. 73.

(...) A necessidade de integração do Núcleo Urbano atual com a Vila Residencial de Itaipu levam a que o modelo espacial se estruture de forma espontânea e equilibrada, agindo principalmente como elemento de controle de suas tendências naturais de expansão, orientando-se para um desenvolvimento axial, integrando os dois pólos. (...) <sup>147</sup>

Ao enfatizar as *tendências naturais de expansão* a preocupação era buscar alternativas para a viabilização de um crescimento controlado, ordenado e harmônico, que para os autores do relatório seria a integração regional com o pólo de desenvolvimento econômico tomando como referencial a cidade de Cascavel.

Assim, o plano arrolava a necessidade de integração entre o plano de expansão urbana da cidade com as vilas residenciais de Itaipu, articulando as possíveis zonas de crescimento que vinham na direção sul para o sentido norte da cidade. No mapa abaixo temos ilustrada a dimensão dessa preocupação.

MAPA IV



(Fonte: Foz do Iguaçu Plano de Desenvolvimento Urbano, 1975)

<sup>147</sup> Idem, p. 73.

Embora muito diferente de como a cidade esteja distribuída atualmente, é possível perceber nesse mapa como estava disposta a cidade no começo da década de 1970, mais centralizada em torno do 34º Batalhão de Infantaria Motorizada.

A projeção era no sentido da ampliação (na área mais escura) em direção ao norte com o objetivo de regular o encontro de dois pólos. Ou seja, onde está localizada a Avenida Venezuela, até a rodovia em direção à Ponte da Amizade, sendo que as áreas posteriores à rodovia federal seriam, portanto, área de controle da Itaipu Binacional e local das vilas residenciais de Itaipu.

Portanto, a ênfase do plano atestava para um projeto de ampliação da cidade, conveniente com a área expropriada de utilidade da Itaipu, que abrange a região norte de Foz do Iguaçu, regulando os pontos de encontro e sugerindo de que nesse encontro seria o virtual local das “*tendências naturais de expansão*”.

Nesse sentido, as projeções eram encaminhadas com a justificativa de antecipar aquilo que o plano colocava um provável processo caótico de constituição da cidade, porém não esconde que nessas medidas a preocupação era fundamentalmente política da intervenção reguladora estava incluída no processo.

O grande problema dos agrupamentos urbanos que tiveram crescimento dinâmico e a falta de controle e planejamento adequados, resultando em estruturas urbanas de tamanho e formas confusas. A existência de considerável confusão é inerente ao processo de crescimentos anormais, não controlados, provoquem desastrosas influências na estabilidade econômica, social e política da cidade. Como exemplo negativo pode-se mencionar o processo de formação de favelas, contribuindo para a deteriorização física, acompanhada de problemas de deteriorização social e freqüentemente provocando perturbações políticas.<sup>148</sup>

Nessa direção é possível fazer um paralelo dessa problemática urbana com a investigação proposta pela arquiteta Raquel Rolnik, em seu artigo “Lei Política: A construção dos territórios urbanos. Preocupada em entender a relação entre a legislação urbana e a economia, a cultura e a política da cidade de São Paulo no século XX, na constituição dos territórios dos negros da cidade, identificou que “*o poder é extremamente concentrado, onde a renda é extremamente concentrada, no sentido de produzir uma cidade e um urbanismo de exclusão*”.<sup>149</sup>

<sup>148</sup> Op. Cit. Foz do Iguaçu Plano de Desenvolvimento Urbano, Itaipu Binacional, UFPR, Governo do Estado do Paraná, 1975. p. 82.

<sup>149</sup> Esse artigo é resultado de uma palestra promovida pelo Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Cultura e Cidade do Programa de Pós Graduação da PUC-SP, onde, na ocasião, a autora proferiu a palestra tomando por base o seu estudo de doutoramento. Rolnik Raquel. “Lei e Política: A construção dos territórios urbanos” In: Revista *Projeto História*. São Paulo: PUC, n.º 18, maio/1999. p. 138.

Uma de suas motivações para empreender tais estudos veio da constatação de que em torno de 70% da cidade de São Paulo era ilegal, irregular ou clandestina do ponto de vista da legislação urbana. E que essa não era uma taxa atual (1990) e nem de década anteriores, mas uma taxa histórica, tendo em vista o primeiro código de posturas de São Paulo, implantado em 1886.

Em relação a isso, a questão posta pela autora liga-se a disparidade dos números da ilegalidade que apontam para o aparente “*fracasso da regulação*”, que forjaria um pacto territorial paralelo à própria legislação que permitiria a existência de:

coisas irregulares, ilegais, e até destina determinados espaços da cidade – normalmente os espaços mais desqualificados, distantes, desurbanizados, longínquos – para essas coisas ilegais acontecerem.<sup>150</sup>

Para Rolnik, a consequência desse pacto é que:

ao mesmo tempo, permite que a maior parte das pessoas resolva seu problema de moradia pela sua própria conta e, assim fazer não tenciona todo esquema político de dominação.<sup>151</sup>

Coincidentemente havia o cumprimento da lei nos bairros da burguesia paulista, onde eram construídos palacetes, segundo a metragem da legislação, com a distância mínima da rua e onde o lote era ocupado apenas por uma família. Nesse sentido, essa noção de pacto territorial contribuía para problemas de desenvolvimento urbano e de qualidade de vida nos locais onde havia habitações populares.

Analisando, pude observar três situações tomando por base a experiência investigativa da autora: uma é que essa noção de planejamento compreende uma área mínima em relação à disposição da cidade na década de 2000; a outra é que justamente nas áreas onde não havia uma proposta de planejamento é onde estão situados os bairros periféricos da cidade, constituído através de ocupação e de loteamentos sem cumprimento total da regulamentação; a terceira e última característica é que no lado da BR 277, no sentido da usina, não se formaram apenas os conjuntos residenciais de Itaipu, mas outros bairros que não eram da empresa, mas que também abrigaram trabalhadores das empreiteiras. Em um destes bairros morou um dos trabalhadores entrevistados antes de se transferir para a Vila C.<sup>152</sup>

---

<sup>150</sup> Rolnik, op. cit. 140

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> O entrevistado “seu” Ramos morou no bairro Porto Belo que fica no lado oeste da Avenida Tancredo Neves em direção à barragem de Itaipu. Ver mapa III. José Ramos, fevereiro de 2007.

Diante dessas questões postas, o plano também atribuía projeções com a possibilidade de crescimento demográfico acentuado motivado pela construção da Usina.

Tabela III (projeção)

ANO	POPULAÇÃO NORMAL Habitantes	POPULAÇÃO EM FUNÇÃO DE ITAIPU Habitantes
1975	30.989	35.220
1976	33.608	67.658
1977	36.452	73.050
1978	39.492	73.967
1979	42.731	81.246
1980	46.200	85.560

(Fonte: Foz do Iguaçu Plano de Desenvolvimento Urbano, 1975)

Os números expressos confrontados com o crescimento posterior de Foz do Iguaçu são contundentes para explicitar que a área planejada foi insuficiente para abarcar as possibilidades e as demandas do “crescimento urbano”, quando confrontadas com as estatísticas do aumento real da população urbana.

Tabela IV

Foz do Iguaçu: evolução populacional	
1960	28,080 habitantes
1970	33,970 habitantes
1980	120,930 habitantes
1991	190,000 habitantes
1996	231,596 habitantes
2000	258,542 habitantes
2003	279,620 habitantes
2007	310,00 habitantes

(fonte: IBGE)<sup>153</sup>

Se as previsões de aumento populacional para o começo da década 1980 eram por volta de oitenta e cinco mil habitantes, os índices reais confirmam mais de 50% acima das projeções deferidas.

Apesar das disparidades dos números destacados por esse instituto de estatística oficial, no geral, eles são evasivos e pouco esclarecedores das dinâmicas que provocaram o aumento populacional. Principalmente pela insuficiência a respeito dos processos sociais que envolveram a experiência de muitos trabalhadores que se

<sup>153</sup> Dados consultados e retirados do site: [www.ibge.gov.br/cidades/fozdoiguacu](http://www.ibge.gov.br/cidades/fozdoiguacu).

estabeleceram na cidade e que, de uma forma ou de outra, presenciaram e interagiram no conjunto das transformações que abarcaram o acelerado crescimento populacional e as modificações operadas na estrutura urbana nas últimas três décadas.

Para “seu” Ramos que chegou à cidade em meados da década de 1970 as transformações foram visíveis.

Quando eu vim pra Foz, Foz do Iguaçu era bem “pequinhinha”, avenida Brasil “qui” nem ta hoje não existia. “Dispois” que to em Foz foi modificada umas duas “treis” “vez” a avenida Brasil que eles fala né? Foi mudada umas “treis” “vez” no mais, só tinha uma rua, hoje se vê ta... em 75 pra agora se vê mudo muita coisa né? Então... muitos bairros, muitas vila ai né? Então aquela época o centro memo era “pequinininho”, os bairro era pequeno, a gente não via fala, agora tem bairro ai, vila ai que nem conheço.

Para esse trabalhador a experiência de morar em Foz do Iguaçu desde aquele período foi também a de ter assistido a essas transformações de uma cidade antes reduzida espacialmente, mas que se ampliou ao longo do tempo, onde [mudou muita coisa], o centro se ampliou e surgiram novos bairros e vilas que o próprio morador desconhece.

Era um sinal latente de processos amplos ligados à constituição da cidade e ao impacto social gerado pela construção de Itaipu no que se refere às transformações e disputas de projetos distintos entre os diversos sujeitos sociais. Ou seja, é uma disputa de classe, de interesses contraditórios entre aqueles que especulam e através do poder público recriam lugares e valorizam os espaços a partir da ótica do capital e aqueles que, por sua vez, necessitam de um espaço para morar em meio a esse universo da especulação e do forjamento de lugares e espaços segregados.

A questão das ocupações de lotes em Foz do Iguaçu foi inerente ao desenvolvimento descontínuo da cidade, experienciado a partir da década de 1970, motivado e sobretudo pela construção de Itaipu. Nesse processo, uma série de transformações sociais esteve acompanhada de ocupações de lotes urbanos, especulação imobiliária, formação de favelas, etc.

Encontramos, por exemplo, em obras que se propuseram a analisar o processo de constituição da cidade nesse período, um panorama que dimensiona a expansão física da cidade a partir desses vetores da supervalorização do solo urbano e da resposta daqueles que foram excluídos da possibilidade de ter acesso à moradia e passaram a ocupar lotes urbanos.

Deparamo-nos com esse panorama, por exemplo, na dissertação de mestrado de Emílio Gonzalez, com o tema “*Memórias que narram a cidade: Experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu*”, especialmente analisando e recuperando a trajetória de ocupantes de terra no bairro Morenitas na região do Porto Meira, durante a década a década 1990. Obra recupera processos anteriores que dimensiona as ocupações como parte integrante do desenvolvimento da cidade desde a década de 1970.

Numa avaliação inicial, podemos observar que o movimento de ocupações urbanas (invasões) não foi um fenômeno próprio dos anos 1990 nessa cidade, embora por razões metodológicas tenhamos adotado esse marco temporal. Essas ocupações, realizadas dentro de diferentes contextos sociais, temporais e territoriais, constituíram movimentos que transpassaram toda a década de 1970, alargando-se na década seguinte a partir de outra realidade urbana e política, quando incorporaram também regiões distantes do atual centro urbano, e estenderam-se no decorrer dos anos 1990, agora sob outra conjuntura, na qual não mais apenas os terrenos considerados *ociosos* (da região central ou não) passaram a ser ocupados, mas também áreas que já estavam dentro de planejamentos estratégicos do poder público e empresarial dessa cidade, e que se localizavam inclusive em regiões (agora) consideradas periféricas.<sup>154</sup>

Se por um lado o autor estabelece que as ocupações foram decisivas para interferir no seio dessas dinâmicas, por outro lado, parece considerar exclusivamente a construção dos conjuntos residenciais de Itaipu como parte integrante dos projetos elaborados pelo poder público que visavam o ordenamento e disciplinamento urbano a partir do referencial geográfico da localização dos conjuntos habitacionais:

Não é por acaso que datam dessa época diversos projetos de ordenamento e disciplinamento urbano elaborados tanto pelo poder público (local, estadual e federal), como pelo empresariado local. Entre esses projetos, podemos citar a construção de alojamentos coletivos vigiados de operários que trabalhavam nas obras da Usina de Itaipu. Nessa mesma lógica, foram construídas vilas residenciais para técnicos e engenheiros, além da definição de áreas técnicas — reservadas para a construção da barragem, protegida dia e noite por forças militares e de acesso restrito à população — e áreas de preservação ambiental próxima à usina (que mais tarde serviriam também como barreira contra o avanço de movimentos de ocupação de áreas urbanas, que já vinha acontecendo nesse período).<sup>155</sup>

Assim, para o autor, a delimitação geográfica da localização das vilas residências de Itaipu, segundo essa interpretação, se tornaram uma barreira para a contenção dos movimentos de ocupação no sentido norte da cidade.

<sup>154</sup> González, Emilio. *Memórias que narram a Cidade: Experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu*. São Paulo/SP: PUC, Dissertação de Mestrado em História, 2005. p. 60.

<sup>155</sup> González, op. cit. p.70.

Em relação a isso, é inegável a importância dos movimentos de luta dos trabalhadores pelo direito à moradia, ocupando espaços ociosos na cidade desde a década 1970 e, principalmente, como esses movimentos acabaram por definir a própria noção de pacto territorial entre os sujeitos necessitados por moradia que passam a ocupar espaços na cidade e o poder público.

No entanto, circunscrever que o lado norte da cidade se configurou como freio às ocupações, sugerindo também a ausência desses movimentos nessa região da cidade, torna-se um fator importante a explorar, relativizando aquela interpretação.

Nesse sentido, podemos nos debruçar sobre dois eixos importantes que contribuíram por sua vez não só para permanência das moradias da “Vila Operária”, mas também para o conjunto das reformas e melhorias do bairro elencadas antes, notadamente a partir da administração Ney Braga, em 1985, como Diretor Geral da Itaipu.

É partir desse período que os trabalhadores no canteiro de obras vão estar, também, se organizando em torno do sindicato onde deflagraram várias greves que pautavam além de melhores salários, melhores condições de vida e de moradia. Quando entrevistado, “seu” Sebastião falou sobre as greves e se elas tinham pauta em relação à moradia:

Falava! Falava também! Falava muito sobre moradia e eles reclamava das casa, sobre o assunto de parede e meia. Eles “michia” muito na moradia aqui só isso ai! Eles não reclamava de saúde, não reclamava de segurança, eles só batia nessa tecla de parede e meia. Como é que pode mora quatro família em uma casa só? “Michia” muito com isso ai. Então porque que na Vila A as casa é... é unitária, né? Uma pra cada família e aqui tinha qui sê uma pra quatro família? Então, eles “michia” muito nessa área de parede e meia. Mas, acaba que não resolveu o “pobrema”! Não resolveu o “pobrema”!<sup>156</sup>

No decorrer dessa fala, percebo como os trabalhadores no movimento de greve, em torno do Sindicato, pautavam suas reivindicações também em parâmetros como a questão da diferença e da qualidade das moradias, na questão da “parede e meia”, referindo-se à questão de cada barracão servir para quatro famílias. Tais pautas parecem se relacionar, ainda, com a citação acima do Informativo Unicom que trazia em primeira mão as reformas que estavam sendo realizada nos arredores do bairro, dando ênfase na construção das cercas, as quais iam trazer “mais individualidade”, para os moradores.

Ao ressaltar que a pauta dos trabalhadores durante a greve incluía além da questão do salário de moradia, tomando como referência a questão da diferenciação de

<sup>156</sup> Sebastião Ferreira Benedito, janeiro de 2008.

como as casas estavam dispostas segundo a valorização por categoria de trabalho, percebo que as greves se constituíam num espaço de reconhecimento dos trabalhadores como classe, fator dimensionado a partir da luta e do enfrentamento.

Segundo os apontamentos de Odirlei Manarin, o impacto das greves se revertia também na controvertida estratégia da empresa em lançar matérias jornalísticas enfatizando, por exemplo, a importância de Itaipu para amenizar o racionamento de energia que porventura poderia se desencadear durante a década de 1980 no Brasil. As matérias circulavam tanto nos veículos de comunicação interna como externa, comprando espaços na imprensa em nível local, regional e nacional com o objetivo de desviar o foco do confronto que se dava entre a empresa e os trabalhadores no canteiro de obras.<sup>157</sup>

Do mesmo modo, pude verificar isso na questão das moradias quando a empresa articulava matérias nos espaços de comunicação interna, nos informativos destinados aos trabalhadores, relacionadas ao bom andamento da administração das vilas residenciais. Como pode ser observado na matéria com o título “Administrando as Vilas” em outubro de 1989, que destinava um tópico reservado a questão da segurança:

A segurança física tem mantido um índice espetacular de combate a criminalidade. No ano passado tivemos apenas 14 ocorrências, um índice baixíssimo se comparado à população dos Conjuntos Habitacionais. (...) No aspecto da segurança o Departamento de Administração dos Conjuntos Habitacionais solicita a colaboração de Segurança Física de nossa empresa, responsável pelo policiamento ostensivo dos conjuntos.<sup>158</sup>

Deste modo, a empresa exaltava os seus mecanismos reguladores e seus departamentos específicos de administração das vilas, com dados que corroboravam para a afirmação da eficiência da segurança que era destinada para manter a ordem nas Vilas. Por outro lado, identifiquei que essa preocupação em valorizar a noção da ordem e

<sup>157</sup> Essa discussão a respeito das greves é um desdobramento do terceiro capítulo dessa dissertação, onde o autor lançando mão de textos jornalísticos que foram lançados durante a década de 1980, relativas a construção de Itaipu, e confrontando com os depoimentos dos trabalhadores e outras evidências que por sua vez traz um panorama acerca desse processo contraditório. Manarin, Odirlei. Peões da barragem. Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2008. p. 92 à 138.

<sup>158</sup> Jornal Canal de Aproximação. Edição 28, outubro de 1989. Este jornal iniciou sua publicação em 01/1987 até o ano dezembro de 1994, sendo substituído pelo Jornal de Itaipu. Era uma publicação bimestral da Assessoria de Imprensa da Itaipu Binacional, tendo sua tiragem de 3.000 exemplares. Este jornal se caracterizava como um veículo de comunicação interna entre a empresa e seus funcionários, apresentando assuntos diversos que tratavam da construção da usina; também eram destaques as notícias referentes a esportes praticados pelos funcionários, principalmente as Olimpíadas organizadas pela Entidade anualmente.

controle estava condicionada, fundamentalmente, aos fatores que, por sua vez, ameaçavam a ordem desses espaços, como pode ser entendido o segundo fator referente às ocupações de casas vazias que deu dinâmica e aceleração da decisão para o processo de venda das moradias.

“Dona” Dolores narrando sobre os fatos que precipitaram a decisão de Itaipu em vender as casas da Vila C para os trabalhadores, faz outra leitura daquela realidade:

Depois conforme foi terminando o serviço, eles não tinha como voltar para a cidade de origem porque já não sabia se ia ter o mesmo emprego de antes, começaram a ficar nas casa, e a Itaipu, ou a Unicom dava um tempo de permanecerem de 30, 60 ou até 90 dias ou no máximo 120, até eles se ajeitarem e voltarem para a cidade de origem. Quando “começo” a “complicá” e muitos deles já tinham gastado todo o dinheiro, e não tinha mais como volta, “começô” então a idéia de “preservá” as casas. Quando acontecem as primeiras notícias que as casas iriam permanecer para serem vendidas, a Itaipu começa então a lançar investimentos com a... para melhorar as condições das casas pra a venda, em questões de saneamento básico, jardinagem, lazer, instalação elétrica.<sup>159</sup>

De acordo com a interpretação de “dona” Dolores, a demissão, que implicava na saída dos trabalhadores do bairro e a volta para os seus locais de origem, se tornou um problema generalizado para os trabalhadores. A sua fala traz elementos significativos apontando que a prática dos trabalhadores quando demitidos – eles ficavam nas casas - forjava um acordo que resultava, de imediato, no aumento do prazo para a saída e desocupação das moradias, tendo em conta que quando os trabalhadores passavam a ocupar as casas, com contrato assinado por eles, estabelecia-se como prazo para desocupação de trinta dias após a saída da empresa.

Conforme a depoente, essas práticas levaram, com efeito, a entidade binacional a uma nova política em relação à “Vila Operária”, como novos investimentos que visavam melhorar os espaços de moradia, além da decisão crucial de repassar o direito dos imóveis para os moradores.

A decisão dos trabalhadores/moradores demitidos de se negarem a saírem das casas foi um processo que extrapolou a órbita do controle da empresa, pois também chegou a ser notícia no Jornal Nosso Tempo com a matéria, que tratava desses processos, “A cobiça ronda os conjuntos habitacionais de Itaipu”, que versava o desencadeamento dessas tensões que foram frequentes no final dos anos 1980:

---

<sup>159</sup> Dolores Nicoletti, outubro de 2005.

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Foz do Iguaçu está às voltas com problemas de despejo, com mandado judicial, de empregados em Itaipu das casas que ocupam. Itaipu, diz que faltam casas, por isso quer que os empregados, levarem acampamento, mas muito sem ter onde morar, não saem – caso em que requer ordem judicial de despejo. O sindicato fez então um levantamento e constatou que no Conjunto C, onde houve despejos, há 400 residências desocupadas, e no conjunto A uma centena.<sup>160</sup>

Como expressa a matéria, os argumentos utilizados pela empresa não faziam eco entre os trabalhadores, nem mesmo o peso do contrato firmado quando da entrada nas casas, levando a empresa a acionar judicialmente os trabalhadores e estabelecer a prática do despejo. Da mesma forma, a contraposição à empresa fica constatada na pesquisa feita pelo sindicato, lembrando que naquela data, em 1990, já estava em fase de montagem as últimas unidades geradoras que seriam inauguradas em 1991, determinando a redução no número de funcionários.

Por outro lado, “dona” Dolores também articula o seu raciocínio a uma questão complexa ao afirmar que os trabalhadores “ganharam muito dinheiro” na obra e não souberam aproveitar os altos salários recebidos para uma eventual prevenção após a conclusão das obras:

Só que na época consumia-se muito, gastava-se em coisa banal porque achava que nunca ia acabá e tudo foi passageiro. Então, a situação atual não é nada boa porque a realidade mesmo outra, porque essa Itaipu é como uma ilha da fantasia, quem trabalhou aqui e viveu aqui sabe que ganhô dinheiro que nem água e que gastô dinheiro que nem água mesmo e que era tudo passageiro. Porque isso aqui quando tava numa situação boa a pessoa não pensou que isso aqui ia acabá, quando caiu na real, voltou, ficô só de mala e cuia. Não tem nada, absolutamente nada! Porque o padrão de vida que se vivia na cidade, chegava no supermercado e gastava cinco, quatro seis carrinho de compra... eu mesmo fazia isso, vivi isso também. Carro, trocava-se de carro que nem se trocava de roupa: ah, esse não quero mais e não tô mais afim e vou comprar outro carro. Ia lá e comprava a vista outro carro. Você passava por essa vila aqui num dia como esse, você não passava por nem uma casa que não estivesse assando uma carne, todo mundo, som no último, churrasquinho, bastante carro pra escolhe... pertinha, até madrugada. Clube, Floresta, todo mundo se divertindo ganhando dinheiro, muito bem! Ai, quando acabou, foi pra fora e viu que era isso. Voltou aqui e não teve mais a mesma oportunidade, porque não mais como resgatá os antigos moradores, não tinha onde por tanta gente. Então entraram em desespero! Ai que começaram a briga pelas casas.<sup>161</sup>

Nesse sentido, “dona” Dolores define aquela época para os trabalhadores como uma “ilha da fantasia”, quando o trabalhador era bem remunerado, gastava o dinheiro em supermercado, trocando de carro, churrasqueira, a própria vila exalava churrasco [mas

<sup>160</sup> Jornal Nosso Tempo, 28/09 a 04/10/1990. p. 29.

<sup>161</sup> Dolores Nicoletti, outubro de 2005.

foi tudo passageiro], e [as pessoas não pensavam que isso ia terminar]. E quando terminou, as pessoas, então, entraram em desespero, sendo uma das consequências a disputa pelas casas.

Notadamente podemos apontar que essa interpretação construída pela entrevistada toma referenciais ligados a sua própria experiência – “eu mesmo fazia isso” –, mas vale ressaltar que ela era uma trabalhadora de nível médio, fazendo parte de uma outra categoria de trabalhadores melhor remunerados. Naquela situação, teve melhores condições de moradia - durante a época em que trabalhou na Unicom, morou também na Vila A - que os trabalhadores entrevistados que narrando as suas experiências daquele momento apresentam uma realidade diversa àquela.

Como exemplo, contraste a sua interpretação à de José Ramos e noto em sua trajetória elementos que fogem da explicação anterior, já que mesmo antes de sair da Unicom “seu” José já tinha comprado um lote em outra cidade para uma eventual mudança. Mas, esta situação não o impediu de decidir permanecer após a Itaipu colocar as casas à venda.

Em outros casos, como o de “dona” Cida citado no capítulo anterior, fala-se da inexistência de automóvel por parte dos moradores da Vila C e que, naquela época, a opção de lazer dos moradores era restrita aos espaços destinados no bairro para esse fim, fazendo um paralelo com a “certa facilidade” que se tem agora para os moradores se deslocarem até o centro em busca de outras opções de lazer, comércio, etc.

No que se refere à situação dos trabalhadores serem bem remunerados, apontado por “dona” Dolores para integrar a imagem de que a construção de Itaipu significou “uma ilha da fantasia”, para os demais trabalhadores isso integra uma memória que eles compartilham.

Porém, como discute Odirlei Manarin, a partir do diálogo com os trabalhadores, esta avaliação de que recebiam um salário relativamente alto na época, pode ser problematizada tendo em conta dois aspectos.

Primeiro, apontando que a boa remuneração reconhecida pelos trabalhadores era em função das horas extras e do trabalho no fim de semana (cerão). Ou seja, pela extensa jornada de trabalho a que se submetiam dentro do canteiro de obras, no total de doze horas por dia, incluindo como já mencionado o trabalho nos finais de semana.<sup>162</sup>

---

<sup>162</sup> Manarin, op. cit. p. 56 a 58.

Segundo, é que nessa versão tem que ser levado em conta a situação de trabalho e condições de vida dos entrevistados no seu tempo presente, o que parece se ligar ao caso de “dona” Dolores.

Retomando a interpretação de “dona” Dolores acerca do processo que levou a transformação de “Vila Operária” para os trabalhadores em moradia definitiva desses sujeitos, chamaria atenção para outro detalhe das consequências que permearam essa decisão:

Quando surgiu essa conversa que as casa da vila ia ser vendida imediatamente começou a aparecer gente de todos os lados e invadiram essas casa destruída. Essas casa não tinha como abriga as pessoas porque era inadequada pra morá novamente, mas veio gente de tudo quanto era lugar se inscreve, pra tê um espaço pra te onde morá de novo.

**Esse pessoal não trabalhava na Itaipu?**

Trabalhava... já [tinha] ido embora já! Então o que aconteceu, as pessoas que morava na vila e que ouviram essa notícia e tiveram parentes que foram embora da Vila, ligaram para os parentes bem distantes que já tinha se desligado da empresa e que voltasse imediatamente porque a preferência era pra quem tinha trabalhado na Itaipu de uma empreiteira ou outra. Então, o que aconteceu: muitas pessoas que tinham ido embora pra Rondônia, pra Pará, pra Mato Grosso, pra outros lugares, independente pra outros lugares fossem os parentes ligavam e falavam: voltem aqui! E traga a tua carteira, qué pra vê que você que dia que você trabalhou na Itaipu, você tem chance. Então, muita gente que já tinha ido embora, vieram de volta pra cá e nessa corrida de volta pra cá, os próprios parentes que ficaram na Vila começaram a auxiliar eles pra que entrasse nessas casas destruídas pra pode ter a chance de ganhar a casa, porque eles achavam que não ia ser vendida “prum” preço caro, então ia ser um preço simbólico. E daí foi aquele desespero, começou a minar a Vila C de gente que já trabalhou na empresa. Outros começaram abrigar e passaram a morar em duplicidade nas casas ou triplicidade muitas vezes. Não tinha espaço para aqueles dali e nem tinha espaço pra aqueles dali e chamavam outros, vem, vem! Pode vim que vai ter a venda e tal e tal! E daí nesse período ouve uma inscrição de habitação que se escreveu pra prefeitura da cidade e também pra Itaipu que se uniu, pra fazer uma avaliação de qual seria a negociação mais interessante pra que fosse vendida as casas.<sup>163</sup>

Ao fazer menção das casas destruídas, a depoente toma como ponto de partida um vendaval que destruiu algumas casas da Vila C, mais precisamente na Vila C Nova, no final dos anos 1980. Esse vendaval destruiu algumas casas, os moradores que residiam nelas tiveram que desocupá-las e depois as mesmas passaram a ser alvo de ocupações de pessoas que segundo ela retornavam e procuravam se inscrever para conseguir o direito de compra da moradia.

Sendo assim, a depoente reconstitui como eram as estratégias dos trabalhadores que ainda morava nas casas que ligavam para parentes que tinham sido demitidos e não possuíam casa própria e eram, então, incentivados a voltar para ocupar as residências

<sup>163</sup> Dolores Nicoletti, outubro de 2005.

vazias ou as que tinham sido destruídas. Essas práticas, segundo “dona” Dolores, levaram então a Itaipu a adotar algumas medidas para regularizar a venda das casas.

Os outros moradores entrevistados fortaleceram o argumento em relação às ocupações, como é o caso de “Seu” Sebastião quando perguntado a respeito.

Se eu “sube” [das ocupações ]. Olha eu “sube”... eu vi “dizê” que ouve várias invasão de casa aqui na Vila, varias invasão... agora eu não sei de “qui” forma “qui”... acho que invadia e ficava dono da casa, né? Pegava o direito da casa. Eu acho que era assim! Eu acho que os invasores ganhava direito de “permanecê” na casa depois, porque era “du” governo mesmo a casa, né? A casa já tava à venda, tinha “qui dexá” porque a casa tava precisando de dono, não é mesmo? Mas, eu vi fala de caso de invasores.<sup>164</sup>

De acordo com o entrevistado, as “invasões” de casas vazias era uma tática que possibilitava adquirir o direito de compra do imóvel, já que “era do governo mesmo” e “as casas tava precisando de dono”, relação essa que parece legitimar o processo pelo “seu” Sebastião.

A fala parece uma defesa dele, assim não se envolve, mas não acusa ninguém de “invasão”. Os moradores de modo geral comentam pouco sobre essa questão e uma das dificuldades, no mapeamento dos entrevistados, foi encontrar um desses ocupantes que se dispusesse a conceder um depoimento.

Ao dimensionarmos as ocupações como um dos fatores substanciais para o processo de transformação de “Vila Operária” para os trabalhadores em bairro dos trabalhadores, não é pretensão estabelecer um ponto único de análise e tentar atribuí-lo como um vetor responsável pela dinâmica da história.

Nesse sentido, a decisão da venda das casas foi um fator de luta e, principalmente, de disputa, e onde outros elementos podem ser acrescentados a essa discussão. Em novembro de 1990, uma Resolução da Diretoria Executiva de Itaipu, que tratava única e exclusivamente do processo de alienação das casas, aponta uma série de considerações para justificar a privatização da “Vila Operaria”:

- Que o mencionado Conjunto Habitacional, com suas 2.696 residências, já cumpriu com seu objetivo de proporcionar moradia a trabalhadores da ITAIPU e empreiteiras, na etapa da construção da Usina;
- Que os serviços de administração, manutenção e vigilância custam à Entidade em torno de US\$ 980.000.00 (novecentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América) mensais, despendidos com o pagamento de pessoal, materiais e contratos de serviços;
- (...) - Que o processo de alienação do Conjunto Habitacional não deve implicar em solução de continuidade, no que se refere a infra-estrutura de serviços

<sup>164</sup> Sebastião Ferreira Benedito, janeiro de 2008.

existentes atualmente a cargo da Entidade, tais como: energia elétrica, abastecimento de água, coleta de lixo, varrição de ruas, educação, saúde, assistência social e outros;

Que o Conjunto Habitacional “C”, executado no período compreendido entre 1977 a 1979, foi construído com materiais simples, de vida útil reduzida (10 anos), uma vez que a intenção na época era, ao final da obra, efetuar a desmontagem do mencionado Conjunto Habitacional. Com o passar dos anos, esses materiais vem apresentando com maior frequência, necessidades de reposição, onerando sobremaneira a Entidade;<sup>165</sup>

De acordo com a exposição dos argumentos dessa RDE, as diretrizes que definiam a venda das casas da Vila C era uma medida que visava racionalizar o orçamento da empresa, frente aos altos custos para manutenção da “Vila Operária”. Ou seja, como a Vila já tinha cumprido com as suas respectivas funções de fornecer moradia aos trabalhadores, o objetivo era eliminar essa fonte de gasto.

É notório observar que a manutenção das casas construídas com material de vida útil de dez anos, segundo esse argumento era oneroso para os cofres da empresa. Nesse sentido, a decisão tinha critérios racionais na ótica empresarial, com objetivo de privatizar e transferir a responsabilidade de manutenção dos imóveis aos ocupantes das casas.

Quase um ano depois, na consulta de uma nova RDE, outros elementos são acrescentados para agilizar o processo de venda. Nessa, a questão das ocupações se tornou uma preocupação irreversível para a própria Itaipu, como pode ser identificada na RDE de agosto de 1991, que sinalizava a necessidade de acelerar o processo de venda das moradias da “Vila Operária”.

Precisamente nessa reunião, a Diretoria Executiva de Itaipu definiu internamente todos os parâmetros de como ia transcorrer o processo de venda das moradias, ao mesmo tempo em que apresentava as justificativas que apontava a necessidade urgente de iniciar o processo:

Tendo em vista a exposição dos Diretores de Administração e de Coordenação sobre a necessidade de ser operacionalizada a alienação das unidades habitacionais do Conjunto C, margem esquerda e considerando:

- (...) Que a urgência nas definições para evitar as invasões das unidades habitacionais que tem sido freqüente (grifo meu);<sup>166</sup>

Sendo assim, observo uma situação na qual a prática da ocupação contribuiu fundamentalmente para a afirmação do direito pela moradia. A frequência delas se

<sup>165</sup> Resolução da Diretoria Executiva – Itaipu Binacional - RDE – 109/90 – 407º Reunião Ordinária – 29/11/1990. A RDE cria as diretrizes para a decisão de qualquer ação da entidade.

<sup>166</sup> Resolução da Diretoria executiva - RDE – 097/91 – 426º Reunião Ordinária – 29/08/1991.

tornava para a empresa um problema, até porque, parece-me, estava sintonizada com as dinâmicas das ocupações, relatada pela historiografia acima, que ocorriam em outros locais da cidade e que atingia os limites da área de domínio da Itaipu Binacional.

Os relatores dessa reunião apresentaram outras preocupações para acelerar o processo de venda das moradias.

- Que a Itaipu não tem condições de assumir diretamente a venda das residências;
- Que se torna imprescindível o financiamento das unidades habitacionais para permitir a aquisição pelos atuais moradores;
- Que COHAFRONTTEIRA obteve autorização do Ministério da Ação Social, para através da Caixa Econômica Federal, pelo Plano de Ação Imediata Habitacional PAIH aplicar recursos na venda das casas populares em Foz do Iguazu Brasil;
- Que a COHAFRONTTEIRA é agente financeiro autorizado pela Caixa Econômica Federal para micro região de Foz do Iguazu, Brasil, como único agente com a sede nesta mesma cidade, sendo empresa sem fins lucrativos, promotora de habitações populares e de classe média;
- Que os preços apresentados pela COHAFRONTTEIRA, são os de mercado, conforme o parecer da Diretoria de Coordenação em anexo;
- Que é conveniente a contratação da COHAFRONTTEIRA, como forma de agilizar a alienação das casas, pela existência do referido financiamento e que ficará ela responsável pela execução de todo, o projeto, fiscalizado pela Caixa Econômica Federal;<sup>167</sup>

Como visto, uma das propostas do relatório era entregar a venda das moradias a uma agência privada que tinha experiência com vendas de casas populares. A justificativa da entrega da venda das moradias para uma empresa privada responsável residia no fato de que a finalidade jurídica de Itaipu não permitia assumir diretamente o procedimento, pois sua finalidade era a de gerar energia.

Assim, nesse relatório já estava oficialmente escolhido o organismo que seria o agente vendedor, a COHAFRONTTEIRA<sup>168</sup>, uma empresa do ramo imobiliária da cidade, escolhida por apresentar preços satisfatórios segundo as exigências da entidade não mencionando processo licitatório para a escolha. Diante dessas justificativas ficava resolvido:

<sup>167</sup> Resolução da Diretoria executiva - RDE – 097/91 – 426º Reunião Ordinária – 29/08/1991.

<sup>168</sup> COHAFRONTTEIRA – Cooperativa Habitacional da Fronteira era uma cooperativa privada que foi responsável por diversos loteamentos em Foz do Iguazu durante a década de 1980. Nos “anos 1990, em função do escândalo da venda das casas da Vila C em função do não cumprimento do Contrato Nº 4090/91” [Agentes Envolvidos: **Itaipu Binacional** (Vendedora), **Caixa Econômica Federal**, (Credora) **Cohafronteira** (Devedora)], uma série de acusações vieram a tona contra o presidente da empresa, acusado de lotes irregulares em Foz do Iguazu. Ver: *STJ libera presidente de cooperativa habitacional do Paraná. Jorge Castagnaro e Paulo João de Souza, presos por venda de lotes irregulares em Foz do Iguazu.*

[http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=64977&acs.tamanho=100&acs.img\\_tam=1.1](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=64977&acs.tamanho=100&acs.img_tam=1.1)

Artigo 1º - Autorizar a contratação da COHAFRONTTEIRA, sediada na Rua Marechal Floriano, 183, Foz do Iguaçu para intermediar as operações de venda e regularização do loteamento do Conjunto Habitacional C margem esquerda com as seguintes condições.

- 1.1 (...) A COHAFRONTTEIRA obriga-se a efetuar as obras de infra-estrutura (pavimentação poliédrica; aproximadamente 300,000 m<sup>2</sup> com meio fio e sarjeta, fossas sépticas individuais; ligações de água potável individual; parede corta – fogo entre as moradias; regularização de loteamento junto aos órgãos envolvidos) exigida pelo Município de Foz do Iguaçu, como condições para regularização do loteamento, o que serão executadas por elas.
- 1.2 – Os ônus decorrentes das obras e da regularização do loteamento serão suportados pela COHAFRONTTEIRA, com o valor correspondente à diferença entre o valor de venda aos mutuários e o valor a ser pago a Itaipu, nos termos estabelecidos nos sub-itens 1.1 e 1.2 deste instrumento.

Artigo 2º - Autorizar a área jurídica a proceder a formalização do contrato, de acordo com o disposto na presente resolução.

Documento assinado pela Diretoria Geral Executiva da Itaipu Binacional, na referida data.<sup>167</sup>

Como podemos observar, uma série de obras no bairro e nas casas deveria ser executada para a regularização do loteamento conforme as exigências dos organismos públicos. No geral as obras procuravam descaracterizar as casas da “Vila Operária” individualizando cada moradia.

Na prática, porém, nem todas as casas passaram por essa reforma como, por exemplo, as dos seis entrevistados, nas quais, todos tiveram que fazer o corta-fogo, necessário para individualizar as moradias, além do forro e das fossas sépticas.

Se a portas fechadas, na reunião da cúpula dirigente, a pauta da venda das casas era uma medida emergencial para conter as ocupações, por outro lado, a Assessoria de Imprensa de Itaipu procurou com a oficialização da venda, em janeiro de 1991, transformá-la num ato de benevolência com o repasse das casas para a comunidade de Foz do Iguaçu. Como se depreende da matéria do Informativo Canal de Aproximação, quando o então novo “Diretor- Geral Brasileiro anuncia a venda das casas da Vila C”:

Em entrevista coletiva concedida a imprensa, o Diretor Geral Brasileiro, Fernando Xavier Ferreira, anunciou que o conselho de Administração da Itaipu Binacional aprovou a proposta de venda das casas da Vila C. Conforme explicou Fernando Xavier Ferreira, a transferência para a comunidade de estruturas importantes que a Itaipu dispõe teve uma conclusão favorável, e bem sucedida, na última reunião do Conselho de Administração, quando foi formalizada a autorização para fazer a alienação.

O Diretor Geral Brasileiro classificou a medida de grande importância social para o município de Foz do Iguaçu, porque os moradores dessa vila são, em grande parte, empregados já desmobilizados das firmas empreiteiras que teriam, por força contratual, de desocupar as residências.

<sup>167</sup> Resolução da Diretoria executiva - RDE – 097/91 – 426º Reunião Ordinária – 29/08/1991.

“Nós conseguimos viabilizar uma situação em que eles, os atuais ocupantes, terão a preferência para adquirir as moradias que ocupam, em condições compatíveis com o sistema financeiro de habitação”.

Fernando Xavier Ferreira, explicou que as moradias que não venha a ser adquiridas pelos atuais ocupantes “que signifiquem excesso ou sobra serão colocadas a disposição da comunidade para serem adquiridas”.<sup>168</sup>

A administração de Francisco Xavier Ferreira, nomeado pelo governo de Fernando Collor de Melo em 1990, desde o início tomou como alvo principal um plano que tinha como objetivo racionalizar o orçamento da empresa que implicava no desmonte da infraestrutura de apoio.

Neste período, uma série de medidas foram tomadas como corte da folha salarial, como a demissão de inúmeros funcionários, o fechamento de escritórios da Itaipu em outras cidades, além do já mencionado desmonte da infraestrutura de apoio, exemplo disso era o desligamento da “Vila Operária”.

Como visto, Itaipu transformou a decisão em um grande ato de benevolência social, conclamando a imprensa de forma geral a anunciar como uma medida de importância social para o município. Notadamente, havia uma preocupação de que as casas fossem adquiridas pelos próprios ocupantes, ou seja, os trabalhadores que tinham sido demitidos, ao passo que o restante das casas que estaria na sobra seria repassado aos demais interessados.

De algum modo, essa segunda prioridade até contradiz aos mandados judiciais de despejo que eram deferidos aos trabalhadores demitidos que se recusavam em sair das casas por forças contratuais e denunciados no ano anterior pelo Nosso Tempo.

O plano de privatização compreendia as casas e o repasse dos serviços comunitários existente na vila como:

- Serviços de eletricidade para a Companhia Paranaense de Energia – COPEL;
- Serviços de abastecimento de água para a Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar;
- Escola com Ginásio de esportes com 7.433,22 m<sup>2</sup> para a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu;
- Ambulatório com 1.996,72 m<sup>2</sup> para a prefeitura municipal de Foz do Iguaçu;
- Centro Comunitário com 2.193,42 m<sup>2</sup> para a prefeitura de Foz do Iguaçu;

---

<sup>168</sup> Jornal Canal de Aproximação, janeiro de 1991. p. 11.

- Igreja e Pavilhão Social com 1.028,96 m<sup>2</sup> para a Mitra Diocesana de Foz do Iguaçu;
- Serviços de coleta de lixo, varrição de ruas, corte de grama e demais serviços do gênero, para a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.<sup>169</sup>

As vendas das moradias intermediadas pela COAHFRONTEIRA iniciaram-se efetivamente no decorrer do ano de 1992, sob um contrato firmado no final de 1991 entre as três Agentes Envolvidas: Itaipu Binacional (Vendedora), Caixa Econômica Federal (Credora) e COAHFRONTEIRA (Devedora).<sup>170</sup>

“Dona” Dolores, moradora entrevistada que trabalhou na COAHFRONTEIRA naquele período, se lembra de como era realizada a negociação.

Nessas 2652 casas estavam incluída as invasões que as casas iam se restituída, mas iam se refeito pra pode vende. Só que as pessoas não queriam sai de dentro delas, então houve um problema ai que elas não queriam sai das casas pra pode reconstruí, elas mesmo começaram a construí por si próprio pra adquiri o direito de compra. Então nesse período ai teve pessoas que se cadastraram, que compraram, que a Cooperativa a COAHFRONTEIRA recomendava, ela só fazia a documentação. Então vamos supor na casa que você mora, só procurava na lista Ramão de Jesus, mora na rua Andradina 2, é esse que é o morador? Não! Daí existia outro nome. Então a pessoa que existia naquela listagem da Itaipu tinha obrigatoriamente que assina pra passa pra outro. Então se ela tava fazendo uma venda de direito, ela tinha que desisti pro outro, então ela tinha que primeiro cadastra pra entra nela, depois disso se ela autorizasse assinando e a esposa em caso se fosse casado, era passado pra outra pessoa, então esse próprio morador por direito ele que determinava, posso eu to negociando eu to autorizando. Então ele assinava e passava pra quem tinha vendido, essa venda de direito era dele, ele poderia vende pra que ele quisesse. Então muita gente vendeu e vendeu bem caro pra outro que veio interessado em compra, então na verdade que estava comprando tava comprando um direito de uma casa, que o morador que teve o direito de compra adquiriu provisoriamente e passo pra outro.<sup>171</sup>

Segundo a depoente a negociação de compra da residência era feita com o morador que tinha sido cadastrado anteriormente como postulante para a compra do imóvel. Caso o morador cadastrado tinha vendido o direito da casa para outra pessoa, deveria então transferir o cadastro para a pessoa que se apresentava para a compra. Dolores menciona outros problemas nessa questão do cadastro, principalmente daqueles moradores que ela chama de “invasores”, ou seja, moradores que tinham ocupado as

<sup>169</sup> Resolução da Diretoria Executiva – Itaipu Binacional - RDE – 109/90 – 407º Reunião Ordinária – 29/11/1990.

<sup>170</sup> Contrato de Empréstimo e outros pactos, através do Programa de Moradias Populares, para a construção do Empreendimento denominado, “**Conjunto Vila C de Itaipu. Contrato: Nº 4090/91**”.

<sup>171</sup> Dolores Nicoletti, outubro de 2005.

residências destruídas pelo vendaval e que moravam em casas sem condições de serem vendidas pelo fato de precisarem de reformas, no caso ela menciona que os próprios moradores faziam os reparos para conseguir o direito de compra.

Por outro lado ela avalia a raiz do problema da venda das moradias pela COHAFRONTTEIRA a uma questão complexa da quitação ou parcelamento do imóvel.

Então foi assim que surgiu. Ai então quando houve esse impasse que a Cooperativa anunciou esse trabalho todo que surgiu a idéia da quitação, segundo que a gente trabalhava nela e eu que falava pela diretoria, foi autorizado à quitação. Se o imóvel era pra se financiado vinte e cinco anos e foi avaliado em um valor X pela própria Itaipu e pela própria Caixa, que a Cooperativa efetuou pela quitação indevida ou não, eles foram autorizados pra fazer essa quitação, por alguém de força maior, pela Itaipu ou a Caixa Econômica entendeu? Houve um acordo entre eles só que foi feita essa quitação de acordo com o valor de cada um que pudesse negociar. Por exemplo, se numa casa de três quartos viesse a valer quatro mil reais ou seis, ela era vendida pelo fato de ser quitada pela metade do preço até menos talvez entende? Desde que o morador fizesse um documento que ele tava ciente e ele quito, uma parcela, duas ou dez ou doze, isso até para Cooperativa ter essa quitação e esse dinheiro de acordo com a avaliação estipulada pela Caixa e pela Itaipu. Passado algum tempo houve esse comentário que não tinha sido autorizado. Daí começo uma guerra entre a diretoria só que no começo dessa negociação adiante a coisa já tinha ido longe, tinha muita gente envolvida. Essa quitação foi ou não autorizada, já tinha sido efetuada e muitos que quitaram, quando souberam que essa negociação não foi valida foi comunicada eles e falado. Olha essa quitação ate o momento não esta sendo valida, não esta sendo reconhecida pela diretoria e mudou a diretoria, houve mudança de governo, inclusive “tirar” o Collor, porque o Collor foi considerado corrupto e a Margarida Procópio que na época fazia parte do tempo do Collor veio pessoalmente aqui de jatinho na época teve e negocio tudo, depois se sumiu essa informação, no fim das contas agente não sabe mais naquela confusão toda, tira governo o governo é corrupto, quem ta certo, que não ta certo eu não sei, daí paro tudo! Daí suspendeu as negociações, ai quem tinha financiado financio, quem assino com a Caixa Econômica e tava pagando as prestações mesmo quitada ou não e outra parte de pessoas que tinha considerado o fato já consumado. Eu já paguei, eu já quitei e não vou fazer nada, desses tanto de pessoas existia também aquele que já tinha se aposentado que dizia ter direito e que não precisava mais paga nada porque já tinha pagado uma poupança. Essa poupança era uma poupança de treze parcelas, era um carne de treze folhinhas e que dependendo do tamanho da casa eles pagavam essa poupança que era pra ajuda a Cooperativa pela negociação. Então esse carne na verdade emitiu como uma garantia de que a cooperativa estava fazendo a negociação tinha de cobrar essa taxa pelo trabalho dela, pela papelada, pelos funcionários, por tudo isso. Então esse carne de poupança que emitiu de inicio era obrigatório ser feito, só que a quitação foi nesse período do morador e que tava ou não.<sup>172</sup>

Sendo assim, “dona” Dolores toma por base que a quitação não estava definida em termos contratuais e que foi uma decisão posterior mediante ao cálculo da soma do valor total das parcelas. Para que na negociação com o morador este se dispusesse a

<sup>172</sup> Dolores Nicoletti, outubro de 2005.

pagar o valor total do imóvel, o mesmo era reduzido à metade ou até menos, segundo ela.<sup>173</sup>

É nesse impasse de quitação que, para a depoente, foi a origem do litígio entre aqueles moradores que compraram as casas e tiveram o reconhecimento da quitação do valor e do parcelamento na venda realizada pela COHAFRONTTEIRA.

Ela expande a sua argumentação em relação a isso vinculando a época em que aconteceu o problema com a venda das moradias (durante 1992) ao processo de *impeachment* do Governo Fernando Collor de Mello no final do ano de 1992. Segundo a sua interpretação, foi uma espécie de transbordamento da onda de corrupção em Brasília, verificado também nessa realidade.

No total, foram em torno de quinhentas e uma unidades residenciais que não foram reconhecidas por esse processo de venda litigioso que lesou esses moradores que pagaram o valor estipulado por esse acordo, mas não receberam a escritura do imóvel.<sup>174</sup>

Em uma matéria retirada do portal da Justiça Federal, seção Judiciária do Paraná, com o título “Justiça Federal regulariza situação de 501 moradias da chamada Vila C de Itaipu”, temos especificadas as raízes do impasse.

O juiz federal Alex Peres Rocha, da 1ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, no dia 01º de março de 2006, homologou acordo firmado entre a Caixa Econômica Federal - CEF/EMGEA, Cooperativa Habitacional da Fronteira - COHAFRONTTEIRA, ITAIPU BINACIONAL e representantes dos moradores da Vila “C” de Itaipu. A decisão põe fim ao impasse existente sobre a propriedade de 501 unidades habitacionais Vila “C” de Itaipu que haviam sido vendidas pela COHAFRONTTEIRA e cujos valores não foram repassados à Caixa Econômica Federal. A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu na divisa do Brasil com o Paraguai utilizou um enorme contingente humano. Como até mesmo a população de Foz do Iguaçu - que na época da construção contava com 30 mil habitantes - era menor que o número de trabalhadores da construção da usina, fez-se necessário a construção de casas, escolas e hospitais. No lado brasileiro foram construídos três conjuntos residenciais: as Vilas “A”, “B” e “C”. Na Vila “C”, que contava com mais de 2.600 moradias, residiam aqueles trabalhadores dos escalões mais inferiores (carpinteiros, pedreiros, mestres-de-obras). No término das obras, a Itaipu Binacional permitiu que os ex-trabalhadores ficassem por algum tempo nos imóveis da Vila “C” antes de desativá-la. Porém, com o apelo da sociedade, a Itaipu optou pela venda daquelas casas. A Itaipu, a COHAFRONTTEIRA e a CEF celebraram, em 20 de dezembro de 1991, contrato que objetivava a reforma e a comercialização de 2.652 unidades habitacionais da

<sup>173</sup> Essa argumentação de “dona” Dolores tem um relativo fundamento, pois estava definido o prazo do financiamento sem fazer menção a questão da quitação na RDE de Agosto de 1991. (...) 1.3 O financiamento ao mutuário será de até 25 anos com a mensalidade de 15,000 Cruzeiros (...); Resolução da Diretoria executiva - RDE – 097/91 – 426º Reunião Ordinária – 29/08/1991.

<sup>174</sup> Dados retirados do Portal da Justiça do Paraná da 4ª região – Seção Judiciária do Paraná. Link: <http://www.jfpr.gov.br/comsoc/noticia.php?codigo=2507>.

Vila “C”. Para tanto, a Itaipu vendeu o conjunto para a COHAFRONTTEIRA, com financiamento da Caixa Econômica Federal que utilizou recursos do FGTS. A Itaipu deu como garantia a área e as casas do conjunto habitacional e à medida que cada ocupante fosse contratando financiamento com a CEF, o valor deste abateria a dívida da Cooperativa perante o Caixa.

Em 1992, por medida judicial, os repasses do financiamento contratado foram paralisados por suspeita de superfaturamento do contrato. Neste meio tempo, a COHAFRONTTEIRA, em desobediência a cláusulas contratuais, começou a vender as casas da Vila “C” por preços bem inferiores em relação aqueles fixados pela Itaipu e pela CEF. A finalização desta operação ocorreu somente a partir da formalização de um plano de ação que possibilitou à CEF realizar os financiamentos com os usuários finais das casas da Vila “C”. Do total de 2.652 casas, 2.151 foram efetivamente financiadas para os usuários finais. Restaram ainda 501 casas a serem repassadas aos mutuários finais.

A Caixa Econômica, então, promoveu ação de execução contra a COHAFRONTTEIRA e a Itaipu para solicitar o saldo referente às 501 unidades habitacionais.

Pelo acordo firmado, a Caixa comprometeu-se a liberar a hipoteca à Itaipu, mediante pagamento. Considerando que parte dos moradores da Vila “C” não tem condições de atender às exigências da Caixa Econômica Federal para adquirir as casas, a Itaipu outorgará as escrituras definitivas dos imóveis diretamente aos moradores. Para tanto, o moradores comprometeram-se a pagar o valor referente ao que a Itaipu pagou para CEF.<sup>175</sup>

Antes de anunciar a decisão judicial, a matéria faz um itinerário histórico dos motivos da existência do bairro, recuperando a sua natureza enquanto “Vila Operária” construída para abrigar os trabalhadores braçais. Em seguida faz uma recuperação dos motivos da permanência como resultado de pressões da sociedade que levou Itaipu a vender as casas aos moradores ocupantes que se recusavam a sair das residências.

Em seguida trata das origens do impasse do processo de venda, identificado pelo não repasse do financiamento contratado a agência financiadora, no caso a Caixa Econômica Federal. Essa situação foi agravada mediante ao não cumprimento dos termos contratuais pela agente vendedora, que ainda insistiu em vender as moradias a um preço menor que o estipulado. Isso levou o não reconhecimento do processo de venda pela CEF, que não concedeu a hipoteca das casas aos moradores.

Sendo assim, a medida judicial se pautou num acordo conciliatório no qual a Itaipu Binacional se responsabilizou em repassar a quantia devida das residências para a Caixa Econômica, e onde os moradores em débito se comprometeram com o pagamento do montante da dívida ou o parcelamento para a Itaipu.

Em sua entrevista, “seu” Ramos, morador prejudicado pela venda ilícita das casas, fez vários questionamentos acerca desse processo:

---

<sup>175</sup> <http://www.jfpr.gov.br/comsoc/noticia.php?codigo=2507>

Daí surgiu e a minha memo nunca veio carta da Caixa no caso de cobrança, mais a gente ia fala ai que a quitação da COAHFRONTEIRA pra Caixa, não tinha validade, diz que não tinha conhecimento sobre isso ai. Dizendo que não tinha validade. Outra ela não tinha conhecimento, então como é que uma firma entro dentro da Vila, boto um escritório dentro da Vila e a Itaipu não sabia? Ninguém sabia que o cara tava vendendo? Porque antes quando era no inicio aqui, até quando entrava um parente o cara tinha que se identificado ali, não entrava assim de qualque manera, como é que COAHFRONTEIRA entro ai e instalo um escritório i coloco a venda as casa e a Itaipu e Caixa não sabia? Porque a maioria compro incentivado pela Itaipu né? E o escritório ali tudo certinho e eles acompanhando a venda das casa também junto. Muitos não foram nisso ai, quando eles viu que o negocio ia pega, ai cortaram seguraram, ai eles deram uma segurada lá, pra negocia direto com a Caixa, daí dexo a COAHFRONTEIRA de lado, mas uma maioria já tinha caído.<sup>176</sup>

Os moradores entrevistados, assim como “seu” Ramos, quando tentam explicar a questão não conseguem entender como uma empresa, como a COHAFRONTTEIRA, fez a negociação das residências dentro da vila e os outros agentes como a Caixa Econômica Federal alegaram depois desconhecimento no processo de venda.

Dos seis moradores entrevistados três (incluindo “dona” Cida e Valdizar por serem casados) quitaram as moradias como este trabalhador e quando perguntado a respeito:

É, eu paguei duas vezes minha casa, quitei pela COHAFRONTTEIRA né? E depois paguei di novo pra Caixa Econômica.

**O senhor colocou na justiça também?**

Sim. O processo ta rolando, não sei o que vai dar, e não tirei.

**O senhor moveu um processo individual ou coletivo?**

Coletivo, junto com outros moradores prejudicados.<sup>177</sup>

Como apontando na fala do depoente, ele pagou a moradia duas vezes além de ter movido junto com outros moradores um processo judicial coletivo<sup>178</sup> com o objetivo de restituição dos valores pagos a COHAFRONTTEIRA.

A partir de fevereiro do ano de 1994, um novo contrato foi firmado com o objetivo de cumprir o contrato N° 4090/91 CEF<sup>179</sup>, celebrado anteriormente entre as três agentes que alavancaram a venda das moradias. Sendo assim esse contrato foi uma medida conciliatória para redefinir o processo de venda:

<sup>176</sup> José Ramos, fevereiro de 2008.

<sup>177</sup> Valdizar Luiz da Silva, janeiro de 2008.

<sup>178</sup> Contrato de Empréstimo e outros pactos, através do Programa de Moradias Populares, para a construção do Empreendimento denominado, “**Conjunto Vila C de Itaipu. Contrato: N° 4090/91**”.

<sup>179</sup> Este foi o primeiro contrato celebrado para dar cabo à venda das moradias onde os agentes envolvidos eram: Agentes Envolvidos: Itaipu Binacional (Vendedora), Caixa Econômica Federal, (Credora) Cohafrenteira (Devedora). Conjunto Vila C de Itaipu. Contrato: N° 4090/91”.

O Plano de Ação elaborado tem por objetivo definir procedimentos e responsabilidades das partes que direta ou indiretamente encontra-se vinculada a imediata eficaz solução para o impasse criado no processo de venda das unidades habitacionais da Vila C.<sup>180</sup>

O plano de ação foi uma medida para tentar concluir o processo de venda, buscando resolver vários pontos que eram graves problemas. Dentre as principais medidas, tratava de vincular o financiamento das residências diretamente com a Caixa Econômica Federal. Para tanto foi realizado um levantamento acerca das obras que as empreiteiras tinham realizado na vila, em relação à construção das fossas sépticas individuais, forro de madeira nas casas e o corta-fogo (parede erguida até a cobertura para individualizar as casas).

Essas medidas permitiram que os moradores refinanciassem as suas casas diretamente pela Caixa Econômica Federal, como é o caso do depoente acima. Outros moradores como “seu” Ramos também com o mesmo problema não chegaram a refinarciar a sua moradia por esse contrato, ou seja, com a Caixa Econômica Federal, mas moveram com outros moradores lesados o processo judicial conjunto.

**E o senhor comprou e teve problema também?**

Deu. Até inclusive a nossa a gente coloco na justiça fico muito tempo na justiça, agora como a Itaipu tinha iniciativa de entrega os documento, só que “nóis” temo que paga uma parcela ainda pra ela no causo, ai esse documento já foi, acho que já ta “cum” mais de um ano até agora não surgiu nada de resposta, só deu uma iniciativa lá i num volto a resposta, como é que “nóis” “vamo” faze... se “nóis” vai, “nois” deu a proposta lá de faze “anssim” né? Se “nois” pagasse a vista já saia a escritura né no causo logo em seguida, e quem fosse paga parcelado no causo... tinha que paga 50 reais por méis né? A casa pequena dois quarto, quinze ou dezesseis prestação por 50 reais no causo, fora a escritura e os documento, daí tinha que paga mais quatrocentos e cinqüenta no causo, isso a parte, daí eles ia paga cinqüenta mais quatrocentos e cinqüenta, que o documento da casa, a escritura que eles fala né? Então quem paga isso ai já tem a escritura né, no causo, daí “nóis” continua pagando os cinqüenta ou pra Itaipu ou pro Conselho né, no causo. Mas até agora “tamo” aguardando a resposta não veio né? Não veio nada ainda! Até inclusive, passei lá esses dias pra conversa com os cara que tão comandando as venda, até agora falo que ta aguardando ainda a Itaipu, mas já teve a escritura porque o dia que “nois” foi La, teve uns dois que pego na hora, que quito assim a vista.<sup>181</sup>

No caso de “seu” Ramos, que não tem a hipoteca da casa apesar de ter pagado para a COHAFRONTTEIRA, a saída foi negociar a dívida junto com a Itaipu nos termos judiciais citados acima. Sendo assim desde 1992, o imóvel desse morador ainda na época da entrevista estava legalmente em situação irregular em termos escriturários.

<sup>180</sup> PLANO DE AÇÃO PARA CONCLUSÃO DO CONTRATO Nº 4090/91 CEF. FEVEREIRO DE 1994.

<sup>181</sup> José Ramos, fevereiro de 2008.

A saída para esse morador foi renegociar a compra definitiva do imóvel a partir da iniciativa forçada da Itaipu por mandado judicial a regularizar a hipoteca das casas pagando a quantia devida ao banco que financiou as moradias.

Entretanto, nesse caso revelam-se vários impasses ainda presentes no processo, pois além de pagar as parcelas, o morador deveria pagar a mais para a liberação da escritura hipotecária do imóvel. Apesar da indecisão mesmo com o acordo judicial na época da entrevista a situação desse morador não estava plenamente resolvida pela opção que teve em parcelar o imóvel.

Recuperando esse processo, a venda das moradias mesmo sendo uma conquista para esses moradores, também se tornou um transtorno mediante ao “golpe” da COHAFRONTTEIRA, onde parcelas desses moradores tiveram que refinarciar novamente o imóvel pela Caixa Econômica Federal. Entretanto, o que avalio o valor monetário não foi capaz de retirar a disposição dos moradores em lutar por aquele espaço e legalizar o que já era legal na prática.

Mas, no caso desta entrevistada, parece ter estabelecido uma forma de aquisição da casa, até pelo alinhamento do argumento do direito adquirido pelo trabalho e a vida despendida na construção da barragem:

Era época de eleição, e eu falei: "não, esse negócio não tá certo, né?" Aí o João “pego” e falou assim: "nós trabalhou memo. Deixei... minha saúde ficou dentro da “barrage” pra “queles” “desgramado”. Mas, o imposto da casa tem que pagar. Aí, ele falou assim: "depois, então, que passar a eleição, “nóis”...", né?<sup>182</sup>

Esse encaminhamento aceito e assumido por estes morados e que expressa no conjunto uma prática dissociada de organização coletiva, porém, na seqüência se revelaria um engodo por parte do político proponente, o que desencadearia uma nova postura dissociada de uma ação conjunta, estabelecendo estratégias individuais, quase que personalizados:

Aí, passou a eleição, ele “ganho”, nós foi lá trazer. Chegando lá, ele falou assim: "Mas, lá em Brasília, não tem nada, essas casas aqui é tudo pasto". “Dobrandino” que falou pra nós. Aí nos “falamos”... Aí, o “Dobrandino” falou pra nós assim que lá em Brasília que não tinha casa aqui, né? Aí, eu já fiquei com medo. Aí, peguei e falei assim: "Puxa vida, como é que nós “compramos” lá na Caixa a casa, né? Nós “compramos” a casa, agora já é a duas vez que nós vem aqui. A primeira vez, o senhor falou que deixasse a eleição acabar que depois agente (ela e o marido) ia conversar. Agora, vem outra vez, o senhor diz que

<sup>182</sup> Elza Soares, dezembro de 2008.

essas casa, lá em Brasília, é só pasto aqui", "né"? Aí ele pegou e falou assim: "É só pasto". Aí, "nói" "pagamo" e "viemo" embora e falei pro João: "e agora? Como nós faz?" Né? Tudo o dinheiro que nós demo, né? Aí ele falou pra mim: "deixa, deixa que Deus tá lá em cima e tá vendo", né? Aí, quando entrou outro prefeito, né? Álvaro Neumann<sup>183</sup>. "Entrô Álvaro" lá, aí ele pegou e fomos lá pra ver. Aí ele falou assim: "não precisa se preocupar não". Aí, depois, quando vir o negócio do imposto, vai vir pra todo mundo. Bom, eu já fiquei satisfeita. Não "pagamo" nada! Aí, entrou o Daijó<sup>184</sup>. Aí, nós fomo lá pra ver. Daí, o Daijó falou que precisar pagar o imposto. Daí, perguntei quanto. Aí, ele pego e falou assim: "Há quanto tempo que a senhora mora aqui?". Aí, peguei e falei, né? Aí, ele falou assim: "É dois mil e pouco". Aí, falei assim: "poxa vida, nem na casa nós não pagou dois mil"(Risos). Aí, vim embora. "Nem na casa nós não pagou dois mil. Como que o senhor quer cobrar dois mil de imposto?" Aí...nisso chegou outra pessoa lá, começou a conversar, eu peguei e sai. Cheguei lá depois... esse "japonês", "tá" querendo dois mil e setecentos de imposto da casa. Aí, o João falou: "Deus'ulivre"! Nós não vai pagar não!" Aí, quando entrou esse um agora (Paulo Mac Donald)<sup>185</sup>, aí, nós fomo lá pra ver. Fomo lá pra ver. Aí, o prefeito falou pra nós: "óia, fica em um milhão e oitocentos o imposto. Mas, como que vocês tão faz tempo aqui, trabaio na "barrage" e ... eu vou deixar por um tá?" Aí nós pago. Aí "tiram" a escritura, "pagamo" parcelado. E hoje eu tenho minha casa. Mas foi duro, foi duro. Porque o "Dobrandino"... "iih, lá é pasto, lá em Brasília!"

De maneira pontual, dona Elza reconstitui o processo de aquisição da sua moradia. Como não tinham recursos financeiros suficientes, não comprou sua casa na primeira etapa da venda pela COAHFRONTEIRA, em 1991, pois, segundo ela, a agência que intermediava não aceitava parcelas, mas somente o pagamento à vista. Sendo assim, conseguiu efetivar a compra na segunda etapa através da Caixa Econômica Federal, em 1994.

Nota-se também a preocupação da moradora com a questão dos impostos (IPTU), que mesmo efetivada a compra da moradia, foram procurar o então prefeito o Dobrandino para resolver essa questão, pois depois do desligamento do bairro da Itaipu em 1991, os moradores vão começar a pagar o IPTU, a partir da administração do então Prefeito Harry Daijó, em 1997.

Fazendo uma cronologia do desmembramento da Vila C da Itaipu Binacional temos os seguintes marcos:

- 1985 – anúncio da diretoria da Itaipu que o bairro não seria demolido;

<sup>183</sup> Álvaro Apolloni Neumann, ex-prefeito e político de Foz do Iguaçu entre os anos de 1989 a 1992.

<sup>184</sup> Harry Daijó, ex-prefeito e político de Foz do Iguaçu entre os anos de 1997 a 2000.

<sup>185</sup> Paulo Mac Donald Ghisi, político e ex-vereador e atual prefeito de Foz do Iguaçu, desde 2005, exercendo o segundo mandato como prefeito até 2012.

- 1991 – data do primeiro contrato assinado para efetivação da venda das moradias, entre Itaipu Binacional, Caixa Econômica Federal e COAHFRONTEIRA;
- 1994 – fim do primeiro contrato e aprovação do plano de ação para o refinanciamento das moradias entre Itaipu Binacional e a Caixa Econômica Federal em acordo com Associação dos moradores do bairro;
- 1997 – ano que inicia a cobrança do IPTU pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu;
- 2006 – decisão judicial para a regularização definitiva das 501 unidades residenciais.

O significativo nessa fala é a preocupação com a regularização com o pagamento dos impostos, não obedecendo aos trâmites burocráticos da prefeitura, mas numa tentativa de resolver os problemas a partir de relações pessoais entre a moradora diretamente com o prefeito.

O argumento utilizado pelo então Prefeito Dobrandino da Silva era de que o não pagamento do imposto se dava pela falta de regularização daquele espaço como área efetivamente urbana, não reconhecido pelo governo Federal – “lá em Brasília é tudo pasto”. Mesmo assim, esse argumento não tranqüilizou dona Elza e o marido, que na outra administração foram até o outro prefeito taxou um valor considerado alto aos padrões de salário desse morador.

Ao não aceitar negociação o marido de dona Elza não só nega pagar o valor, bem como se reconhece como classe ao afirmar o seu pertencimento pela sua moradia como direito por ter sido explorado e deixado a sua saúde na construção da barragem.

Concluindo é possível reconhecer que um dos fatores determinantes para a permanência do bairro que pode ser indicado o déficit habitacional recorrente na cidade durante os anos 1980. Nesse meio, a permanência do bairro se tornou uma solução paliativa frente a esse processo.

Contudo, reconhecer esse fator como hipótese que de algum modo pode ser comprovada, a intenção, sobretudo foi destacar esse processo dentro de uma dinâmica do enfrentamento a partir das relações sociais que se desenvolveram ao longo desse período que pode ser considerado inacabado. Através do cruzamento de outras possibilidades analíticas em relação aos depoimentos orais dos moradores e outras

fontes, permitiu reconstituir esse processo de forma dinâmica, não reduzido há uma fórmula matemática, onde a falta de moradia frente ao aumento populacional acabou levando a permanência do bairro.

A narrativa dos moradores ajudou entender esse processo de forma mais ampla, onde a vontade e a possibilidade de aquisição das moradias se reverteram na luta pelo direito em permanecer naquele espaço, bem como ganhou outros contornos além da permanência, mas da possibilidade de continuar morando e transformando o bairro operário construído para os trabalhadores em moradia dos trabalhadores.

## **Considerações finais**

A análise feita por essa dissertação buscou reconstituir o processo de constituição da “Vila Operária”, passando de bairro para trabalhadores em bairro de trabalhadores, na cidade de Foz do Iguaçu, entre a década de 1970 e o ano 2000. Tomou-se como eixo principal a forma como os moradores narraram e atribuíram sentidos e significados de continuar morando naquele bairro.

Dessa forma, buscou-se articular as narrativas orais confrontadas com os diversos textos, sejam eles jornalísticos ou não, que ao longo do tempo se propuseram a narrar de diversas maneiras o processo de constituição do bairro a partir da ótica empresarial.

Esse confronto permitiu visualizar, acima de tudo, um ambiente de disputa por aquele espaço. De um lado, projetos políticos distintos e arraigados pelos interesses empresariais e, de outro, interesse dos ex-operários em residir, ou insistentemente, continuar morando num espaço em que se constituíram relações sociais de diversos âmbitos e, principalmente, apreço dos moradores para com aquele local.

Sendo assim, o próprio título desse trabalho indica desdobramentos, nos quais é possível visualizar aspectos em transformação, que se operaram dentro dessa estrutura projetada para um determinado fim, mas transformada em outro. E mesmo durante essa pesquisa, observou-se que a história está se fazendo e refazendo, a todo momento, de acordo com as dinâmicas pautadas na noção do conflito e na disputa.

A forma como os moradores atribuíram sentidos e significados a esse espaço em suas narrativas, como um lugar privilegiado em que as suas vidas foram melhoradas, onde alcançaram um bem fundamental para o trabalhador brasileiro que faz parte do “sonho da casa própria”, é um traço significativo que marca a trajetória desse trabalho.

Foi possível perceber, nos depoimentos, como essa valorização do lugar foi, ao longo do tempo, sendo modificada e re-significada, em meio às dificuldades de cada um em lutar pelo seu espaço de moradia, seja adquirindo a casa através de um valor monetário, seja pelas melhoras que foram realizadas após a compra do imóvel.

Talvez, um outro traço significativo desse trabalho fique nas conclusões, ainda, a serem feitas, na não constatação de existência de formas organizadas de luta pela moradia no bairro, ou seja, de um movimento social tipicamente organizado, com

lideranças verticalizadas, mobilizações, etc. Acredito que a correlação de forças por parte da Itaipu, criando uma estrutura quase que blindada com formas de controle, mecanismos de seguranças, além de outras formas sutis de dominação, seja um fator relevante para a explicação desse processo.

No entanto, esse fato não anulou a luta pelo direito de morar, já que as fontes nos conduziram a pensar que o projeto inicial de moradia de Itaipu ao longo do tempo foi sendo refeito de acordo com as dinâmicas dos embates. Exemplo disso foi identificado na resistência de alguns trabalhadores que, quando demitidos, se recusavam a sair das casas e, também, na ocupação de casas vazias, apresentando indícios de que um projeto de dominação a partir da “Vila Operária” não pode ser entendido apenas pela lógica unilateral da dominação empresarial sobre os trabalhadores.

Procurei apontar que apesar de ser um projeto de moradia da Itaipu, no qual se pretendia formar uma estrutura homogênea e blindada dentro dos limites da cidade de Foz do Iguaçu, foi sendo afetado também de acordo com a dinâmica dos movimentos de ocupações. Movimentos estes de trabalhadores sem moradias que, durante a década de 1980, denunciaram, de acordo com as suas práticas, o déficit habitacional, oferecendo respostas ao processo excludente de valorização do solo urbano para sustentar a especulação imobiliária.

Sem sombra de dúvidas, a própria configuração dos bairros e das regiões da cidade foi sendo definida de acordo com esses embates. Se por um lado, a supervalorização dos imóveis foi um marco depois da construção da barragem, contribuindo para um processo de exclusão pelo direito de morar, por outro, as ocupações nos arredores da cidade foi uma contrapartida indelével que marcou e redefiniu a paisagem urbana.

Isso não quer dizer que se está, nesse trabalho, defendendo a ideia de que a ocupação do solo urbano deve ser ausente de planejamento e de mecanismos de regulação para a estruturação urbana. Ao contrário, percebe-se que o planejamento urbano é um elemento fundamental para a democratização do uso do solo urbano.

Mesmo assim, é possível reconhecer os limites da regulação, contrastados com a dimensão do espaço vivido e com as relações sociais que vão sendo forjadas nesses espaços e que amplificam e dão outras conotações para além da ótica do planejamento. Quando se redimensiona a importância do planejamento enquanto possibilidade efetiva para a ordenação urbana e democratização do solo urbano, concordo com a perspectiva

de Raquel Rolnik, na qual a ausência do planejamento implica numa falsa liberdade que corrobora para a valorização de determinados espaços em detrimentos de outros. Pois, nesses locais onde é cumprida a legislação onde os investimentos públicos de estruturação urbana são direcionados.

A permanência do bairro Vila C pode ser entendida, dentro dessa lógica, entre o processo de necessidade dos trabalhadores por moradia e a valorização daquele espaço como o lugar privilegiado do pertencimento das relações sociais que foram sendo desenvolvidas ao longo dos anos, o que corroborou para a inversão do projeto inicial de demolição do bairro.

No entanto, apesar dessa conquista dos moradores, em suas próprias falas fica evidenciada, também, a crítica a esse processo, seja no âmbito litigioso, no qual alguns foram afetados com a compra das moradias, seja nas necessidades básicas que o bairro carece em termos de estrutura física ou de outros avanços para essa comunidade.

## **Relação de Fontes**

### **Fontes orais - depoimentos**

**Dolores Nicoletti**, nascida em Porto Alegre-RS, chegou a Foz do Iguaçu em 1980. Trabalhou na UNICON durante onze anos como secretária. Morou na Vila A e atualmente reside na Vila C. Não possui filhos e na ocasião da entrevista trabalhava como vendedora da empresa de telefonia fixa GVT. Depoimento concedido a Rodrigo Paulo de Jesus em sua residência no dia 26 de outubro de 2005.

**José Ramos**, nascido em Igaratã-SP, chegou a Foz do Iguaçu em 1975. Trabalhou na UNICON durante quatorze anos como borracheiro. É morador da Vila C desde 1978 e atualmente trabalha em sua própria borracharia localizada em sua residência. José Ramos tem duas filhas. Depoimento concedido a Rodrigo Paulo de Jesus, no dia 04 de fevereiro de 2008.

**Sebastião Ferreira Benedito**, nascido no município de Raul Soares-Mg, chegou a Foz do Iguaçu no final de 1980. Conseguiu emprego na UNICOM como carpinteiro em janeiro de 1981, onde trabalhou até o ano de 1990. É morador da Vila C desde 1984, na mesma residência. Antes disso morou no alojamento interno na Usina, destinado aos trabalhadores solteiros e no bairro Porto Meira. Por ser ainda trabalhador de barragem, na ocasião da entrevista estava trabalhando em Nova Roma do Sul-RS. Casado tem quatro filhos. Depoimento concedido a Rodrigo Paulo de Jesus, Foz do Iguaçu, no dia 29 de janeiro de 2008.

**Valdizar Luiz da Silva**, nascido em Rancharia-SP, chegou a Foz do Iguaçu em 1977. Trabalhou durante quinze anos na construção da Usina. Atualmente é motorista da empresa Ouro Verde Transportes que presta serviços para hidrelétrica. Mora no bairro Vila “C” desde 1977 na mesma casa quando era empregado da UNICON. Tem

três filhos e está aposentado. Depoimento concedido a Rodrigo Paulo de Jesus no dia 29 de janeiro de 2008.

**Elza Soares**, nascida em Goiânia-GO, casada com o trabalhador aposentado “Seu Maguila”, José Soares que trabalhou na UNICOM como marteleiro (trabalho de perfuração de rocha com máquina pneumática) entre 1976 a 1990. É moradora da Vila C desde 1978 e tem uma filha. Depoimento concedido a Rodrigo Paulo de Jesus no dia 21 de dezembro de 2008.

**Aparecida Ribeiro da Silva** nascida em Alfredo Marcondes-SP chegou com o marido Valdizar a Foz do Iguaçu em 1977. Trabalha como costureira em casa de forma autônoma. Tem três filhos e reside na mesma residência desde que foi morar na Vila C no final de 1977. Depoimento concedido a Rodrigo Paulo de Jesus no dia 21 de dezembro de 2008.

### *Livros, revistas*

- Atos oficiais e legislação complementar. Rio de Janeiro, Itaipu Binacional - Biblioteca, Diretório Geral, 1977.
- Diário Oficial 27 de novembro de 1974. Decreto N° 74.972, do dia 26 novembro de 1974.
- Energia com Responsabilidade Social - Balanço Social 2003. Publicação da Itaipu Binacional – Diretoria Financeira Executiva, 2004.
- Energia para Todos. Publicação da Itaipu Binacional filiada à Associação Brasileira de Comunicação Empresarial – Alberje: Assessoria de Comunicação Social – Centro Executivo, maio de 2004.
- Foz do Iguaçu: Terra das Cataratas: Suplemento do Município. Renata Campos Tesin (org). História e Geografia, 2001.
- Foz do Iguaçu Plano de Desenvolvimento Urbano. Itaipu Binacional, UFPR, Governo do Estado do Paraná, 1975. p. 73.
- Instrumento de Permissão de Uso. N° 1461/83. DA/ACH. Itaipu Binacional. Foz do Iguaçu, 29 de julho de 1983.
- LIMA, Perci. Foz do Iguaçu e sua História. Foz do Iguaçu, Imprensa Serzgraf, 2001.
- Relatório Anual – Itaipu Binacional exercício 1991.
- Relatório Anual 1977 – Itaipu Binacional
- Relatório de Sustentabilidade 2004. Publicação Conjunta da Coordenadoria de Responsabilidade Sócio Ambiental da Itaipu, Superintendência-Adjunta de Orçamento e Contabilidade e Assessoria de Comunicação Social.
- Revista Construção Pesada: Energia Elétrica. Novo Grupo, editora Técnica. Ano 7 – nº 82 novembro, 1977.
- WEBBER, Darci. FOZ em números, 2003.

**Jornais Citados e reportagens citados**

Canal de Aproximação. Ano III – Nº 28 – Outubro de 1989.  
 Informativo UNICOM, Nº1. Capa. 4 de fevereiro de 1978.  
 \_\_\_\_\_ UNICOM, Nº2. 20 de fevereiro de 1978.  
 \_\_\_\_\_ UNICOM, Nº34. 04 de outubro de 1979.  
 \_\_\_\_\_ UNICOM, Nº84. 28 de novembro de 1981.  
 \_\_\_\_\_ UNICOM, Nº118. Fevereiro de 1986.  
 \_\_\_\_\_ UNICOM, Nº118. Fevereiro de 1986.  
 \_\_\_\_\_ UNICOM, Nº122. 4 de outubro de 1986.  
 Nosso Tempo. Foz do Iguaçu de 18 a 25 de fevereiro de 1981.  
 \_\_\_\_\_ . Foz do Iguaçu de 28 a 04 de setembro de 1990.  
 Revista Construção Pesada, Editora Técnica ano 7 – Nº 82, Novembro de 1977.

**Fontes eletrônicas:**

- <http://www.pontosbr.com/detalhes>.
- <http://www.itaipu.gov.br/?q=node/183>.
- <http://www.jfpr.gov.br/comsoc/noticia.php?codigo=2507>
- [www.ibge.gov.br/cidades/fozdoiguacu](http://www.ibge.gov.br/cidades/fozdoiguacu).
- [http://www2.fozdoiguacu.pr.gov.br/PlanoDiretor/VOL\\_I/14\\_Aspectos\\_urbanos.pdf](http://www2.fozdoiguacu.pr.gov.br/PlanoDiretor/VOL_I/14_Aspectos_urbanos.pdf).
- [http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=64977&acs.tamanho=100&acs.img\\_tam=1.1](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=64977&acs.tamanho=100&acs.img_tam=1.1)
- <http://www.itaipu.gov.br/?q=node/180>.
- <http://www.cmfi.pr.gov.br/noticiasdetalhes.php?p2=592>
- <http://www.vitruvius.com.br/institucional/inst26/inst26.asp>
- <http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/rodrigopaulo.pdf>

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo R; FENELON, Déa R.; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (org.). **Muitas Memórias, outras Histórias** . São Paulo: Ed. Olho d'Água, 2004.
- CATTA, Pena. **Cotidiano de uma Fronteira a perversidade da modernidade;** Cascavel, 1º edição, Edunioeste, 2003.
- CRUZ, Heloísa de Faria. “**Cultura, Trabalhadores e Viver Urbano.**” In: Revista *Projeto História*. São Paulo: PUC, n.º 18, maio/1999, 301 - 307.
- COSTA, Emilia Viotti. “**Estruturas Versus Experiência: Novas Tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina.**”. In: *BIB / ANPOCS*. Rio de Janeiro: nº29, 1º semestre / 1990, pp.03-16.
- Decca A. Maria Guzzo. In. **O Controle do Cotidiano Operário. A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo.** Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1987.
- ENGELS, Friedrich. “**A Situação da Classe Operária na Inglaterra**” In: *Marx Engels*. FERNANDES, Florestan (org.). São Paulo: Ática, 1989.
- FENELON, Déa Ribeiro. **Diálogos com E. P. Thompson.** Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC/SP. SP,1995, p. 83.
- FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs). **Muitas memórias, Outras histórias.** Olho D'água. São Paulo. 2004.
- HAUPT, Georges. **Por que a história do movimento operário?** Revista Brasileira de História - Vol. 5, nº. 10 – Março e Agosto de 1985, p. 209 – 231.
- HOBBSAWM, Eric J. A outra História – algumas reflexões. In: KRANTZ, Fredericki (org). **A outra história-ideologia e protesto popular nos séculos XVIII a XIX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- -----, **A história de baixo para cima.** Sobre História. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

- KOWARICK, Lucio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- -----, **As lutas sociais e a cidade: repensando um objeto de estudo**. Kowarick L. (org) As lutas sociais e a cidade. São Paulo: Passado e Presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.
- LIMA, IVONE TEREZINHA CARLETTO: **Itaipu: as faces de um Mega projeto de desenvolvimento (1930-1984)** - Niterói – 2004. Tese de Doutorado. p. 242.
- LEITE, LOPES, José Sergio. In. Apresentação. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”**. São Paulo: Marco Zero & Brasília-DF: Editora da UnB em co-edição com MCT/CNPq, 1988.
- MANARIN, ODIRLEI. **Peões da barragem. Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2008.
- MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**. Foz do Iguaçu: CPT (Comissão Pastoral da Terra), 1980.
- MENESES, Ulpiano B. **A história cativa da memória?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, nº 34. 1992.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PETUBA, R. M. S. **PELO DIREITO À CIDADE Experiência e Luta dos Ocupantes de Terra do Bairro D. Almir Uberlândia (1990-2000)**. Uberlândia/MG. Universidade Federal de Uberlândia, Dissertação de Mestrado em História, 2001. p.p. 29.
- POLLAK, Michael. **“Memória, esquecimento e silêncio”**. In Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol. 02, n.3, 1989, p. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. **“O Massacre de Civitella Val di Chiana: Mito e Política, Luto e Senso Comum.”** In. AMADO, F. & FERREIRA, Marieta (org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: F.G.V., 1998.
- RAGO, Margareth Luiza. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

- Rolnik Raquel. “**Lei e Política: A construção dos territórios urbanos**” In: Revista *Projeto História*. São Paulo: PUC, n.º 18, maio/1999. p. 138.
- RIBEIRO, Maria de Fátima B. *Memória do Concreto*. Cascavel, Edunioeste, 2003.
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo - 1970-1980**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.
- MENDONÇA, Sônia. **Estado e Sociedade**. In: Mattos, Marcelo B. *História: pensar e fazer*. Niterói; LDH, 1999.
- SOUZA, Edson Belo C. SOUZA, Edson Belo C. **Estado: Produção da região do Lago de Itaipu – Turismo e crise energética**. São Paulo: UNESP, Tese de Doutorado em Geografia, 2002.
- SOUZA, João Carlos. **Na luta pela habitação: a construção de novos valores**. São Paulo: EDUC, 1995.
- SOTUYO, Patricia Claudia Godoy. **SEGREGAÇÃO URBANA: ESTUDO DE CASO DAS VILAS DE ITAIPU**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, maio de 1998. p. 69-72
- THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum – estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_ **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 12.
- \_\_\_\_\_ **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha, KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.